

UNIVERSIDADE FEDERALDE SÃO CARLOS – UFSCar
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS – CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A RELAÇÃO COM A POBREZA,
DESIGUALDADE SOCIAL E EDUCAÇÃO: CONCEPÇÕES DE
EDUCADORES PAULISTAS**

VIVIANE WELICHAN

**SÃO CARLOS
2020**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCar
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS - CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE

VIVIANE WELICHAN

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A RELAÇÃO COM A POBREZA,
DESIGUALDADE SOCIAL E EDUCAÇÃO: CONCEPÇÕES DE
EDUCADORES PAULISTAS**

Defesa da dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação, na Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Subjetividade, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Cecília Luiz.

SÃO CARLOS
2020



Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Viviane Wellichan, realizada em 20/02/2020:

Profa. Dra. Maria Cecília Luiz
UFSCar

Prof. Dr. Sebastião de Souza Lemes
UNESP

Prof. Dr. Ronaldo Martins Gomes
UNESP

*Dedico este trabalho aos meus pais
Joana e José e ao meu esposo Gabriel
Attadia.*

AGRADECIMENTOS

Agradece primeiramente a Deus que sempre iluminou e tem sido tudo em minha vida.

Agradeço aos meus pais José e Joana por estarem sempre me apoiando e incentivando em minhas escolhas e que não mediram esforços para que eu pudesse realizar meus objetivos.

Aos meus irmãos Heloisa e Vitor por sempre estarem presentes em minha vida e pela amizade.

Ao meu esposo Gabriel pelo companheirismo, amizade, compreensão e paciência em todos os momentos da realização dessa pesquisa.

A minha sobrinha Maya por ser luz de Deus em minha vida.

A professora e orientadora, Prof.^a Dr.^a Maria Cecília Luiz, que me auxiliou nas orientações fornecendo muitos conhecimentos me dando suporte durante todo o processo de realização desta pesquisa.

A minha colega de jornada Célia Maria Rosa, obrigada por todas as trocas e por estar comigo nessa caminhada.

A todos os meus colegas do Grupo GEPESC, por toda ajuda e troca de conhecimentos durante o mestrado.

A toda equipe do curso “Educação, Pobreza e Desigualdade Social” pelas trocas de conhecimento durante os meses trabalhados que me ajudaram para realização dessa pesquisa.

A todos os que, de algum modo, estiveram presentes e contribuíram para a realização desta pesquisa como um todo. Muito Obrigada!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento e Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes).

RESUMO

Esta investigação teve como objetivo geral analisar as concepções de educadores paulistas (diretores, coordenadores, docentes) sobre educação, pobreza e desigualdade social, acrescido pelo entendimento do Programa Bolsa Família (PBF) modificar, ou não, a vida escolar dos beneficiários. A pesquisa qualitativa, com caráter exploratório, teve uma parte empírica, por meio de um questionário aplicado para educadores do estado de São Paulo – atividade proposta durante o Curso de Aperfeiçoamento em Educação Pobreza e Desigualdade Social (EPDS), no ano de 2018 – que foi dividido em três blocos: a) Como a pobreza e a desigualdade social refletem nas práticas escolares de educadores? b) Você considera que o Programa Bolsa Família reforça a pobreza e desigualdade social, sendo apenas um programa de assistência social, ou acredita que o Programa possa intervir na vida escolar dos beneficiários? c) O acesso e a permanência das crianças e adolescentes na escola são suficientes para que sua formação as ajude a sair do círculo vicioso da pobreza e da ausência de cidadania? Para codificação e categorização dos dados foi utilizada a análise do conteúdo, na perspectiva da Bardin, através do software IRaMuTeQ, copilando três categorias de análise: 1) Pobreza, Desigualdade Social e as Práticas de Educadores – e as três subcategorias: Contexto socioeconômico: pobreza, ensino e aprendizagem; A Função da Escola na situação de pobreza; e, Práticas Escolares e a humanização da escola. 2) PBF e a trajetória escolar dos beneficiários – e as duas subcategorias: Pobreza, desigualdade social e sua relação com o PBF; e, educação, contexto social e PBF. 3) Fluxo Escolar em situação de pobreza – e as duas subcategorias: Acesso e permanência na escola em situação de pobreza; e, O limite de intervenção da escola: círculo vicioso da pobreza. Ao recuperarmos a hipótese, comprovamos que as concepções dos educadores participantes pouco se diferenciavam, pois suas respostas eram marcadas por duas ideias principais: ou os beneficiários precisavam ter um esforço “individual” para saírem da situação de pobreza; ou foi perceptível perceber o reconhecimento de que os recursos oriundos do PBF conseguiam alterar significativamente a vida dessas famílias. Ao aprofundar suas concepções, também, aparecem dois grandes grupos possíveis de análise: os que apontam perspectivas externas à escola e os que apontam perspectivas internas. A primeira, diz respeito a uma vinculação entre a perspectiva de intersetorialidade e o acesso a serviços. A segunda, a perspectiva interna, acreditava-se que as atividades que promovem mudanças nas condições dos sujeitos estavam na escola e nas suas ações, sendo estas ações importantes para modificações não somente na vida escolar, mas também na vida social. Essas transformações são pontuadas em conjunto com uma emancipação dos estudantes, sendo que em nenhum momento foi explicitado o significado desta emancipação para os educadores.

Palavras-chave: Educação; Pobreza; Desigualdade Social; Programa Bolsa Família (PBF).

ABSTRACT

This research aims to analyze the Sao Paulo State's educators conceptions (including directors, coordinators and teachers) about education, poverty and social inequality, added by the analysis about how Brazilian assistance program called "Programa Bolsa Família - PBF" can change, or not, the scholar life of its beneficiaries. The qualitative research, with explanatory approach, was accomplished by questionnaires with Sao Paulo State's educators who attend the "Education, Poverty and Social Inequality" Course throughout the year of 2018 – which was divided in three blocks: a) How the poverty and the social inequality affect the school's practices? b) Do you consider that PBF reinforces the poverty and social inequality or can assists the scholar life of their beneficiaries? c) Are the children and teenager's school access and attendance enough for their formation helps to avoid the vicious circle of poverty and citizenship absence? For codification and categorization of the collected data the IRaMuTeQ software was use to performed the analysis under Bardin perspectives, which were compiled in three categories: 1) Poverty, Social Inequality and the Educator's practices – and three sub-categories: socioeconomic context: poverty, teaching and learning; the school's role regarding poverty; and; school's practices and humanization. 2) The PBF and the beneficiaries' school trajectory – and two categories: The link between PBF, poverty and Social inequality; and the connection between Education, socioeconomic context and PBF. 3) School's turnover on poverty situation – and two sub-categories: school's access and attendance on poverty situation; and, the edge of school's intervention: the vicious circle of the poverty. Considering the hypothesis, the analysis shows that the educators that attend the research have two main conceptions: the beneficiaries had to have an "individual" effort to overcome the poverty or the PBF really can change their families' life. Additionally, on deep dive conceptions, is possible to consider two groups of analysis: external or internal school's perspectives. The external perspective considers the link between the public's sectors and the access to their services. The internal perspective considers that the drivers of change are included in the school and its actions, being important for school and social life. Those changes are mentioned in common with the students' emancipation, considering that the emancipation concept was not explicit to the educators.

Keywords: Education; Poverty; Social Inequality; Programa Bolsa Família (PBF).

SUMÁRIO

SEÇÃO 1 – INTRODUÇÃO	8
SEÇÃO 2 – APORTE TEÓRICO SOBRE A POBREZA, DESIGUALDADE SOCIAL E EDUCAÇÃO	14
2.1. Os diferentes conceitos sobre pobreza e desigualdade social	14
2.2. Pobreza, Educação e as práticas de educadores.....	18
2.3. Direito à educação: acesso e permanência dos alunos na escola	21
2.4. Programa Bolsa Família e seu impacto na vida das famílias e dos estudantes.....	27
SEÇÃO 3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	33
3.1. O Curso de Aperfeiçoamento “Educação, Pobreza e Desigualdade Social”	34
3.2. Aspectos teóricos e metodológicos: critérios para realização da amostragem.....	37
3.3. Amostra da pesquisa: os educadores participantes	37
3.4. Análise de dados	39
SEÇÃO 4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	49
4.1. POBREZA, DESIGUALDADE SOCIAL E AS PRÁTICAS DE EDUCADORES.....	49
4.1.1. Contexto socioeconômico: pobreza, ensino e aprendizagem	51
4.1.2. A função da escola na situação de pobreza	59
4.1.3. Práticas escolares e a humanização da escola	63
4.2. PBF E A TRAJETÓRIA ESCOLAR DOS BENEFICIÁRIOS	68
4.2.1. Pobreza, Desigualdade Social e sua relação com o PBF.....	69
4.2.2. Educação, Contexto Social e PBF.....	79
4.3. FLUXO ESCOLAR EM SITUAÇÃO DE POBREZA	93
4.3.1. Acesso e permanência na escola em situação de pobreza	95
4.3.2. O limite de intervenção da escola: círculo vicioso da pobreza	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS.....	109
APÊNDICE 1	116
APÊNDICE 2	119
APÊNDICE 3	121
APÊNDICE 4	121
APÊNDICE 5	122

SEÇÃO 1 – INTRODUÇÃO

Em 2018, ao ingressar no Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) da UFSCar, estabeleci como objeto de estudo para esta dissertação, a temática da pobreza e desigualdade social. Esta decisão se deu, especialmente, por dois motivos: primeiro, a oportunidade de lecionar como professora – logo após ter cursado a Licenciatura em Pedagogia, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – em uma escola situada em um bairro periférico da cidade de São Carlos; e segundo, por ter sido selecionada e estar atuando, desde 2017, como tutora virtual do Curso de Aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS), que teve a parceria entre a UFSCar e a Secretaria de Modalidades Especializadas do Ministério da Educação (MEC).

Por ter vivenciado essas duas experiências, resolvi buscar aprofundamentos teóricos sobre as questões da pobreza, vinculada com a Educação. Como professora, presenciei na escola alunos carentes com inúmeras dificuldades de se manter estudando, e não sabia muito bem como lidar com a situação. Como tutora virtual do curso de Aperfeiçoamento em EPDS, tive a chance de estudar questões que antes eu não compreendia, e que foram importantes, tanto para a minha atuação docente como, também, para a elaboração desta investigação.

No caso da escola, ou da educação, acredita-se que quanto mais se dialoga, mais compreensão haverá com relação à vida de estudantes em situação de pobreza e pobreza extrema, com a meta de encontrar alternativas que lhes ofereçam oportunidades sociais melhores. Neste sentido, esta pesquisa se justifica, exatamente, devido à importância de estudar e investigar sobre as questões da pobreza e desigualdades sociais no Brasil, com intuito de saber mais sobre o tema, e com a certeza de que novos conhecimentos e debates surgirão, possibilitando oportunidades diferentes das de hoje.

A importância do assunto e desta investigação, com inclusão das concepções de profissionais da Educação, também, deve auxiliar e compreender como se encontra o contexto escolar brasileiro e o número significativo de estudantes em situação de pobreza. Infelizmente, por vezes, encontramos educadores(as) agindo de forma preconceituosa e/ou discriminatória com relação aos alunos pobres, e isso deve ser colocado em pauta: que educação queremos e para quem?

Ainda é comum encontrarmos docentes que julgam seus alunos – menos favorecidos economicamente – como sujeitos carentes e desprovidos de conhecimentos,

hábitos de estudo, valores, disciplina e moralidade reforçando assim a concepção de que a pobreza moral dos pobres produz a sua pobreza material e intelectual. A postura estereotipada de que o aluno que está em condição de pobreza também é incapaz de aprender ou de possuir valores não permite a reflexão sobre as privações materiais e sociais que, muitas vezes, impossibilitam esse sujeito de ter uma vida digna, ou mesmo de completar sua trajetória escolar.

Para Arroyo (2014), essa visão moralista persiste na sociedade e, conseqüentemente, na escola. O grande problema é que os pobres acabam sendo visto como sujeitos inferiores em capacidades de aprendizagem e/ou esforços para aprender, e por sua vez sendo responsabilizados por sua condição de pobreza. Esta visão reducionista sobre a pobreza leva a pedagogia a ignorar os efeitos desumanizados da vida na pobreza material. Como afirma Arroyo (2014):

O problema desse enfoque é que, se os(as) pobres são vistos(as) como carentes e inferiores em capacidades de atenção, esforço, aprendizagem e valores, acabam sendo responsabilizados(as) por sua própria condição. São, desse modo, constantemente inferiorizados(as), reprovados(as) e segregados(as). A insensibilidade dessa visão reducionista, espiritualista e moralista sobre os(as) pobres leva a pedagogia a ignorar os efeitos desumanizadores da vida na pobreza material, ou da falta de garantia de cobrir as necessidades básicas da vida como seres humanos (ARROYO, 2014, p.9).

Segundo Arroyo (2014), a situação de pobreza vem se perpetuando, no Brasil, ao longo de várias décadas, e é reforçada com os processos sociais que conferem assimetria à diversidade, em que o sujeito diferente está em condição de inferioridade. Existe uma grande população brasileira em situação de pobreza e pobreza extrema, principalmente, porque muitos sujeitos ficam sem oportunidade de desenvolver suas potencialidades e, conseqüentemente, essa falta acentua, cada vez mais, a desigualdade social.

O tema pobreza faz parte das Políticas Públicas Educacionais há vários anos e entre diferentes ações – dos diversos estados federativos brasileiros –, assim, também, o Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003, foi constituído como política nacional de enfrentamento da pobreza, com foco em erradicar a fome de famílias em estado de pobreza e/ou extrema pobreza e em combate a desigualdade social.

A perspectiva do PBF não é ser apenas uma renda complementar, mas garantir direitos sociais, por isso visa melhorar as condições de vida e ampliar as oportunidades para milhões de famílias brasileiras, segundo dados oficiais (BRASIL, 2014). Tem

como objetivo contribuir para a inclusão social de famílias em estado de miséria e também superar os indicadores de evasão, repetência e defasagem escolar que marcavam as trajetórias educacionais das crianças pobres.

Segundo Yannoulas, Assis e Ferreira (2012), temos 17 milhões de alunos que são beneficiários do Programa Bolsa Família no Brasil – em um contingente de 34 milhões – e as Políticas Públicas Federais, Estaduais e Municipais, bem como a própria escola, praticamente finge que não os veem. A maioria dos alunos brasileiros é pobre, mas o que choca é serem, também, ignorados.

Para receber o benefício do Programa Bolsa família, exige-se dos familiares a frequência escolar de seus filhos, segundo a na LDB no título II artigo 2º a educação é dever da família e do estado, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho e no artigo 3º diz que o ensino será ministrado com base em alguns princípios, sendo que um deles é de que o ensino será ministrado sobre a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Segundo também a LDB no artigo 9º inciso VI é a união que deve incumbir-se de garantir a qualidade da educação.

Obviamente, não se quer, aqui, sugerir que o Bolsa Família assuma a responsabilidade de ser a principal iniciativa no sentido de superar os desafios educacionais brasileiros. Estes desafios estão sendo enfrentados pelas políticas educacionais capitaneadas pelo Ministério da Educação (MEC). Trata-se, apenas, de ressaltar seus impactos, que são significativos e voltados para um público que, historicamente, teve dificuldades de acesso à educação de qualidade no país (PAIVA, FALCÃO e BERTHOLO p.37, 2013).

Ao propiciar a formação continuada de 180h, por meio do Curso de Aperfeiçoamento “Educação, Pobreza e Desigualdade Social”, um grupo de profissionais articulados ao Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), objetivou trabalhar com essas questões estereotipadas, principalmente, com relação ao Programa Bolsa Família na visão dos educadores. O intuito foi formar na temática da Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS) profissionais da educação básica (gestores escolares, professores, coordenadores pedagógicos) e outros envolvidos com políticas sociais que estabelecem relações com a educação para a necessidade de romper com práticas escolares que reforçam a condição de pobreza e que reproduzam as desigualdades sociais.

Para esta investigação a ideia era conhecer e compreender quais eram as concepções de educadores que não tiveram a oportunidade de realizar o Curso de Aperfeiçoamento, mas que tiveram que responder a um questionário, via cursista.

Partindo do pressuposto de que a educação pode fazer diferença na vida de sujeitos, justifica-se a importância em pesquisar esse tema a fim de identificarmos como a educação pública brasileira tem buscado, ou não, reiventar suas práticas ao considerar as particularidades do seu público alvo. A relevância social desta pesquisa está em promover conhecimento e reflexão sobre o engajamento da educação no que se refere às famílias pobres em situações de miséria e vulnerabilidade, com a intenção de obter-se, com o tempo, a redução da desigualdade social no Brasil.

Várias foram as indagações que surgiram no decorrer das reflexões sobre o tema, dando origem a este projeto de pesquisa, como: a pobreza e a desigualdade social têm impactado as práticas escolares de educadores? O Programa Bolsa Família reforça a pobreza e desigualdade social, ou realmente intervém na vida escolar dos beneficiários? O acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes propiciam formação para esses sujeitos saírem do círculo vicioso da pobreza e da ausência de cidadania?

Por essas razões e tendo em vista as Políticas distributivas, elaborou-se o objetivo geral desta dissertação: analisar as concepções de educadores paulistas (diretores, coordenadores, docentes) sobre educação, pobreza e desigualdade social, acrescido pelo entendimento do Programa Bolsa Família (PBF) modificar, ou não, a vida escolar dos beneficiários.

Para que não haja confusão quanto ao estudo realizado, faz-se necessário distinguir o que se entende por conceito e por concepção. Assim, pode-se afirmar que os conceitos a respeito do que seja pobreza, desigualdade social e educação, não são necessariamente aquilo que os educadores compreendem, ou têm como concepções. Isto porque a compreensão de um educador não é, obrigatoriamente, a mesma entre todos os demais.

Neste sentido, entende-se que existe uma unidade de compreensão acerca do que é pobreza, desigualdade social e educação, e isso decorre do compartilhamento de determinadas ideias que, mesmo sendo abstratas, nos permitem afirmar que partilhamos de um mesmo conceito. Mas, ocorre que podemos discordar quanto ao uso e significado de um conceito em determinadas circunstâncias.

Desta forma, um educador – ainda que saiba e compreenda quais são seus conceitos de pobreza, desigualdade e educação – pode acreditar que estes sejam

incorretos, isto é, discordar do seu uso. Os conceitos e seus significados são, em determinados aspectos, distintos, pois os sujeitos podem ter concepções diferentes. Mesmo assim, as concepções compartilham de determinados aspectos em comum que correspondem às ideias ou paradigmas centrais, que nos permitem afirmar que não estamos falando de coisas diferentes.

Tinha-se como hipótese que as concepções de educadores, em geral, pouco se diferenciam, isto é, compartilham de ideias e opiniões parecidas, visto que a pobreza e a desigualdade social não são assuntos debatidos no âmbito pedagógico em busca de amenizar a falta de oportunidades, tendo como consequência uma invisibilidade de alunos com dificuldade de terminar o seu trajeto escolar.

Esta pesquisa qualitativa sobre a temática educação e pobreza, com caráter exploratório, possibilitou o levantamento teórico sobre a temática, além de uma parte empírica com os educadores. A pesquisa de campo aconteceu por meio de atividades realizadas pelos educadores do estado de São Paulo que participaram do Curso de Aperfeiçoamento “Educação, Pobreza e Desigualdade Social”, no ano de 2018. Este estudo foi submetido na Plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFSCar sob o número 92747118.9.0000.5504.

Para alcançar os objetivos da investigação foi elaborado e aplicado um questionário como instrumento metodológico e a análise de conteúdo, baseada em Bardin (2011). Para a elaboração deste estudo, realizamos um levantamento de artigos publicados em periódicos a partir do ano de 2013, pois é o ano que inicia o Programa Bolsa Família (PBF) coletado a partir nos seguintes repositórios: Banco de Dados Scielo (Scientific Electronic Library) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) foram usadas às palavras: Educação, Pobreza e Programa Bolsa Família.

Este texto, encontra-se organizado da seguinte forma: na primeira seção apresentamos esta introdução, em que se evidencia o objetivo, a metodologia e todos os pontos essenciais para se compreender essa investigação.

Na seção 2, verificamos os principais referenciais teóricos sobre a pobreza, educação e desigualdade social, o direito a educação, o Programa Bolsa família, as trajetórias escolares e como diferentes autores entendem as questões da pobreza de uma maneira mais geral.

Na seção 3, relatamos a metodologia da pesquisa e os instrumentos metodológicos, desta forma descrevemos o universo da pesquisa, a análise de conteúdo de Bardin e Guerra, além do *software* IRaMuTeQ que definiu as categorias da pesquisa.

Na quarta seção explicitamos, por meio da análise de conteúdo e do *software* IRaMuTeQ, as três categorias de análise: 1) Pobreza, Desigualdade Social e as Práticas de Educadores – e as três subcategorias: Contexto socioeconômico: pobreza, ensino e aprendizagem; A Função da Escola na situação de pobreza; e, Práticas Escolares e a humanização da escola. 2) PBF e a trajetória escolar dos beneficiários – e as duas subcategorias: Pobreza, desigualdade social e sua relação com o PBF; e, educação, contexto social e PBF. 3) Fluxo Escolar em situação de pobreza – e as duas subcategorias: Acesso e permanência na escola em situação de pobreza; e, O limite de intervenção da escola: círculo vicioso da pobreza.

Finaliza-se essa investigação com algumas considerações a respeito dos dados obtidos, com a intenção de promover reflexões sobre as perspectivas da educação, desigualdade social, pobreza e pobreza extrema no Brasil.

SEÇÃO 2 – APORTE TEÓRICO SOBRE A POBREZA, DESIGUALDADE SOCIAL E EDUCAÇÃO

Nesta segunda seção, apresentamos diferentes referenciais teóricos sobre os temas: pobreza, desigualdade social, educação, Programa Bolsa Família (PBF) e os seus impactos para a educação no Brasil, bem como a trajetória escolar de estudantes que recebem o auxílio do PBF.

Buscou-se, primeiramente, analisar o que diferentes autores (ARROYO, 2014; MENDONÇA, 2019; RISCAL, 2014), entre outros contribuem a respeito do tema. A importância desta segunda seção está em atender o principal objetivo desta dissertação que é analisar as concepções de educadores paulistas (diretores, coordenadores, docentes) sobre o Programa Bolsa Família (PBF).

Para uma melhor compreensão do assunto, esta seção foi dividida em quatro grandes tópicos: o primeiro contém: Os diferentes conceitos sobre pobreza e desigualdade social; o segundo pontuam-se as questões de pobreza vinculada com a Educação pensando nos impactos dela dentro da vida escolar dos alunos pobres: Pobreza, Educação e as práticas de educadores; o terceiro, diz respeito ao direito à educação: acesso e permanência dos alunos na escola; e, por fim, o quarto, focaliza o Programa Bolsa Família e seu impacto nas trajetórias escolares.

Esta seção justifica-se devido à obtenção de um aporte teórico sobre o tema e, também à urgência de reconhecer e refletir sobre a existência da miséria e da desigualdade social, ambas fazem parte da realidade da sociedade e das escolas, por isso, não podem passar despercebidas.

Quando buscamos caminhos e possibilidades de reflexão e de ação, problematizando a temática da pobreza e das desigualdades sociais no contexto educacional, também desvelamos a situação de exclusão social. Ao focarmos o PBF como um estudo de grande importância na área, tem-se como propósito analisar e dirimir situações de exclusão de estudantes brasileiros.

2.1. Os diferentes conceitos sobre pobreza e desigualdade social

Entendendo que a pobreza é um fenômeno social amplo, com raízes históricas e sociais, este estudo busca apropriar-se de conhecimentos científicos a respeito da pobreza e das desigualdades sociais em suas relações com questões étnicas, raciais, de gênero, de espaço social e de todas as vulnerabilidades associadas à pobreza. A

pobreza existe e isto é fato, ela tem sido uma realidade persistente na história da humanidade.

Nas últimas décadas, principalmente, depois do Governo Lula (2003–2011), a pobreza passou a ser encarada como um problema nacional e politicamente relevante. O que antes era um tema contido, no âmbito dos grandes debates nacionais, foi adquirindo um papel proeminente e substantivo nas discussões políticas da nação.

A pobreza resulta de fatores políticos, socioculturais, geográficos ou históricos e, é revelada por meio de: divisões entre homens e mulheres, negros e brancos, pobres e ricos, em que sujeitos considerados inferiores, ou "os outros", são deixados à margem da sociedade, subsistindo sem acesso a seus direitos básicos. Esta realidade se arrasta desde a época da colonização, fundada na visão de inferioridade moral, civil e cultural dos que são considerados diferentes.

Para Ferreira (2016), a pobreza se refere a algum tipo de privação, impedindo que os indivíduos desfrutem de uma vida plena, essa privação por sua vez pode ser por questões da renda, que para ele é uma visão unidimensional da pobreza e que não deve ser apenas vista assim, mas a pobreza deve ser vista com uma visão multidimensional já que está relacionada também com as questões de infraestrutura, acesso ao saneamento básico, escolaridade e outros.

Portanto, a abordagem da pobreza como insuficiência de renda pode vir a ser o primeiro passo para determinar as condições de pobreza de uma sociedade, porém não se deve limitar a esta. Outra deficiência da abordagem por insuficiência de renda, não captura as peculiaridades necessárias como, por exemplo, os papéis sociais desempenhados pelas diferentes pessoas (FERREIRA, 2016, p. 272).

Para o autor (2016), a abordagem das questões da pobreza apenas no indicador de renda é insuficiente para explicar a complexidade da pobreza, é preciso pensar em todas as deficiências que interferem na qualidade de vida dos sujeitos.

Portanto, conceituar o que é pobreza torna-se relevante quando traz em seu escopo a multidimensionalidade. Sem desconsiderar o papel de uma insuficiência de renda, mas não se restringindo tão somente a essa, as abordagens das necessidades básicas e das capacitações podem indicar um conjunto de fatores essenciais tais como qualidade da saúde, educação, estar empregado, saneamento básico entre outros, que podem ser determinantes para que indivíduos gozem de uma vida sem privações (FERREIRA, 2016, p.282).

Partindo deste mesmo ponto de vista Codes, (2008) afirma que a pobreza é um fenômeno multidimensional e complexo. A perspectiva da pobreza como carência de renda é parcial, pois existem também as privações de necessidades materiais, as oportunidades de se viver socialmente, uma vez que a investigação com base apenas na renda é extremamente vaga.

É preciso se atentar também as questões das necessidades básicas que ressalta a escassez de vários tipos de bens e de capital por parte dos pobres com maior fonte de privação. A questão da multiplicidade de carências impostas ao sujeito que vive em situação de pobreza faz com que sua existência possa ser encurtada, dura e dolorosa. Uma vez que esse fenômeno provoca sentimentos de impotência, falta de esperança, vulnerabilidade social e insegurança diante do seu destino.

Segundo Codes (2008), as provações impostas aos sujeitos pobres relacionadas ao fator socioeconômico afetam o sentimento de falta de dignidade e autoconfiança, segundo o autor:

Além disso, como a pobreza não se esgota nos aspectos materiais e individuais, mas inclui as relações sociais, como o acesso ao trabalho e à assistência, as abordagens multidimensionais abarcam ainda dimensões sociais e mesmo políticas relacionadas a essa questão (CODES, 2008, p.24).

As investigações de Deepa Narayan (2000), permitiram concluir que muitos fatores convergem para tornar a pobreza um fenômeno multidimensional inter-relacionado:

Isso significa que a pobreza e suas causas variam segundo a idade, gênero, cultura e outros contextos sociais e econômicos. A pobreza é definida, geralmente, como a falta do que é necessário para o bem-estar material especialmente alimentos, moradia, terra e outros ativos. Em outras palavras, a pobreza é a falta de recursos múltiplos que leva à fome e à privação física. Há o aspecto psico- lógico da pobreza. Os pobres têm consciência de sua falta de voz, poder e independência que os sujeita à exploração. A pobreza os deixa mais vulneráveis a humilhação e ao tratamento desumano pelos agentes públicos e privados a quem, frequentemente, solicitam ajuda (GUROVITZ, 2003, p. 48).

Essa verificação de que a pobreza não é apenas uma questão de ausência de recursos financeiros, mas, também, produz dificuldades psicológicas e físicas ao ser humano é que deve mobilizar o seu enfrentamento, a partir de diferentes atuações concomitantes.

Outra questão sobre a situação de pobreza é sua relação com a cidadania, segundo Pinzani e Rego (2014), o ser cidadão, significa ser filho da intensa luta social

de homens e mulheres por liberdade e autonomia. Ter cidadania está ligado à democracia e supõe a existência de um status social e político. Os sujeitos pertencem ao ordenamento do Estado, portanto como cidadãos deveriam ser considerados iguais perante o Estado.

Nesta perspectiva, as instituições públicas teriam obrigação de proteger a vida e a dignidade de cada cidadão, concedendo direitos e deveres que configuram um sistema de reciprocidade das relações de sujeitos entre si, e do Estado.

Convém, por isso, lembrarmos que a existência da cidadania como situação histórica supõe, necessariamente, um complexo de condições políticas, sociais, econômicas e culturais. Por exemplo, se uma sociedade não garante que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades de acesso ao bem-estar, à cultura e à educação em sentido amplo, tal sociedade apresenta *déficits* enormes de democratização de sua estrutura social e política. Isso contamina, de forma nociva, o convívio cívico do corpo social, pois o hábito de conviver com a injustiça, o desrespeito e a desigualdade torna todos(as) os(as) habitantes de uma nação embrutecidos(as) e insensíveis à dor do outro (PINZANI E REGO, 2014, p.9).

Para Pinzani e Rego (2014), a pobreza está ligada aos cidadãos que foram excluídos do direito ao bem-estar, educação e à cultura, por isso seus direitos foram prejudicados e, muitas vezes, de forma irreparável. A liberdade, a capacidade de escolha e decisão sobre a vida foi ferida, instalando-se assim injustiça social, econômica, política e jurídica. O sofrimento do sujeito pobre está fundado na indiferença e na crueldade, naturalizando-se preconceitos e estereótipos contra eles, configurando-se a situação de pobreza como uma situação normal.

Para os autores (2014), algumas pesquisas da filosofia e sociologia sabem, há tempo, que os pobres têm dificuldade de ter voz, de expressar suas necessidades exatamente por serem pobres, e sem isso não é possível interferir na marcha do mundo, de modo geral eles não são ouvidos e nem respeitados.

Além disso, a situação de pobreza está vinculada à desigualdade social, uma vez que uma está relacionada com a outra. Segundo Mendonça, (2014) quando uma sociedade considera a pobreza e as injustiças sociais como situações naturais, ela está afirmando que a cultura de direitos nunca se fez presente. É preciso ter cuidado e perceber que a naturalização acaba favorecendo a aceitação e apatia social. A ausência de direitos como trabalho, educação, saúde, moradia e alimentação cria sérios

impedimentos ao exercício de direitos humanos fundamentais, aumentando desse modo a desigualdade social.

A pobreza é um problema nacional e que não deve ser vista apenas no âmbito das questões de renda, mas sim que vai além, o sujeito pobre, nesta situação, perde sua voz e seus direitos.

2.2. Pobreza, Educação e as práticas de educadores

Para Arroyo, (2014) o profissional da Educação Básica precisa admitir que pobreza e desigualdade social existem, e desta forma, refletir sobre a relação entre ambas e a educação, com vistas a melhorar a atuação em seu trabalho.

Parte-se do pressuposto de que a sociedade, em geral, enxerga a pobreza com uma perspectiva preconceituosa, e que, infelizmente, esta concepção também é compactuada dentro das escolas, visto que segundo Arroyo (2014), os educadores possuem a mesma percepção, de que estudantes pobres – apercebidos como carentes de material, de conhecimento e de valores –, não finalizam suas trajetórias escolares e estão fadados ao insucesso. Para o autor (2014), ao contrário desta perspectiva, o discente que está em condições econômica inferior, mas que obtém incentivo em suas trajetórias escolares pode obter novos rumos, e a “escolarização seria um antídoto para a pobreza” (ARROYO, 2014, p.10).

Apesar deste problema social não estar no âmbito de solução do ambiente escolar, acredita-se que a escola auxilia e/ou muda a visão, a postura da sociedade com novas perspectivas, além de formar alunos – com poucos bens econômicos e culturais, capazes de enfrentar a vida social com qualificação adequada para o trabalho.

Arroyo (2014) faz um destaque importante:

Podemos observar que a pedagogia e a docência tendem a considerar, sobretudo, supostas carências intelectuais e morais que os(as) estudantes pobres carregariam para as escolas. Essas são carências de conhecimentos, de valores, de hábitos de estudo, de disciplina, de moralidade. Desse modo, reforça-se uma concepção moralista sobre os(as) pobres que se encontra há muito tempo em nossa cultura política e pedagógica: a pobreza moral dos(as) pobres produzindo a sua pobreza material (ARROYO, 2014, p. 8).

Isto tem sido uma verdade na área da educação, infelizmente, falar da pobreza não é tarefa fácil no Brasil, por isso torna-se muito mais cômodo fingir que ela não existe, sua invisibilidade é condescendente ao seu descaso. Fazer de conta que a pobreza

não existe – estando ela presente em locais urbanos e rurais –, significa naturalizá-la, e/ou normatizá-la, algo inadmissível.

Segundo Oliveira e Saraiva (2015), foi com as reformas da década de 1990 que pudemos ver mudanças na gestão de orientação das políticas educacionais – aproximação da educação com a assistência social –, com o principal objetivo de diminuir a pobreza da população brasileira. A educação e seus educadores discutem e defendem as questões de igualdade, uma vez que nela estava o princípio de justiça nas políticas educacionais. Esse modelo de igualdade considerava que todos tinham seus direitos assegurados e eram iguais perante a sociedade, apesar das críticas com relação à questão da igualdade jurídica: “uma vez que na sua essência desconsiderava as desigualdades antecedentes à escola e as características individuais dos alunos” (OLIVEIRA E SARAIVA, 2015, p. 629).

A desigualdade social está intrinsecamente ligada à escola, por isso a distinção entre os sujeitos acarreta em diferenças sociais e escolares. Crianças e adolescentes oriundos de um grupo social menos favorecido têm probabilidade de abandonar a escola mais cedo, tendo como um dos maiores motivos ajudar na renda familiar, isto é, ingressar no mercado de trabalho antecipadamente. A pobreza intensifica a desigualdade social, e uma das funções da escola é de diminuí-la, principalmente, quando toma postura e/ou atitude de mudanças do *status quo*.

Quando educadores começam a refletir sobre essas questões, a percepção do papel da escola na sociedade fica mais clara, e a busca por melhorias nas condições históricas, sociais e educacionais ficam fortalecidas. Esse fortalecimento, também aumenta as expectativas de estudantes, evidencia os seus direitos, e como consequência uma melhor condição escolar e de vida.

Qualquer criança e/ou adolescente que chega à escola, hoje, não está, desprovido de conhecimentos, de valores, de hábitos de estudo, de disciplina, de moralidade, ele chega com uma bagagem, mas, mesmo assim, existe uma concepção moralista sobre estudantes pobres. Parece que somente esses alunos – em situação de pobreza – são desprovidos de tudo. Há tempos que a sociedade brasileira possui uma cultura política e pedagógica que relaciona a pobreza com a moralidade, o que faz com que esse sujeito seja enquadrado em um formato, um tipo de pobreza material, isto é, se ele tem carência de recursos econômicos, também, está fadado a ter um tipo social e, às vezes, até subjetivo.

Para autores como Arroyo (2014), que defendem a igualdade econômica e social, ao educar os estudantes pobres no ambiente escolar sem conhecer a realidade que enfrentam, apenas focando valores do trabalho, da dedicação e da perseverança, não reverterem suas condições de pobreza. É falsa a concepção de vários educadores a respeito de discentes como sujeitos preguiçosos, incapazes, imorais etc., sendo que, muitas vezes, estes não conseguem frequentar adequadamente a escola – alguns por necessidade de trabalhar ou ajudar em casa –, e abandonam suas trajetórias escolares, seus sonhos.

Quando se imputa aos(as) pobres a sua condição de pobreza e considera-se que são carentes de valores, passa-se a entrever apenas uma solução: educá-los(as) nos valores do trabalho, da dedicação e da perseverança, desde a infância. Nesse contexto, a tarefa da escola diante de milhões de crianças e adolescentes na extrema pobreza seria de moralizá-los(as) nesses valores, que eles(as) supostamente não recebem das famílias e dos coletivos empobrecidos. A escolarização, então, seria somente um antídoto contra a pobreza ao moralizar as infâncias e adolescências pobres (ARROYO, 2014, p.10).

Inserida neste contexto, a educação escolar compreende a pobreza com certo preconceito e, as representações sociais vinculam-se as representações pedagógicas, reforçando concepções de que a ausência de condição econômica social impossibilita a capacidade intelectual.

O estudante acaba sendo culpabilizado por sua própria condição, o que acaba por ocultar a responsabilidade do Estado, da sociedade, em assuntos importantes e complexos como o social, econômico, político etc. Com essa postura parcial a escola enfraquece sua função social, uma vez que não consegue identificar um aluno pobre como alguém que possui reais potenciais cognitivos e acaba por não auxiliá-lo no enfrentamento de lacunas ou dificuldades escolares.

De outro lado, é tarefa árdua para as escolas e seus(suas) gestores(as) não se deixarem contaminar por essas representações sociais dos(as) pobres. Difícil não ver crianças, adolescentes e jovens pobres como seres destituídos de valores, preguiçosos, sem dedicação ao estudo, indisciplinados e até violentos. As representações sociais pesam sobre as representações pedagógicas (ARROYO, 2014, p.11).

Em um mundo globalizado todos deveriam fazer parte da aquisição e construção de conhecimentos, mas é importante que se afirme que não cabe à escola a tarefa de solucionar a questão da pobreza no país e, nem, muito menos, ela é a única instituição que detém todos os conhecimentos da sociedade. A ideia de que escola é uma

instituição que facilita o acesso e as possibilidades de desenvolver a autonomia intelectual do sujeito, por meio do ensino e da aprendizagem de diversos conhecimentos, assim, ela torna-se peça fundamental quando garante os direitos subjetivos de seus estudantes e propicia educação de qualidade a todos.

Mesmo tendo essa certeza, Fonseca e Conceição, (2012, p. 7) afirmam:

Ainda temos uma escola com uma estrutura muito rígida, com uma grade de disciplinas distribuídas hierarquicamente, uma sequência de conteúdos – pré-estabelecidos por um grupo de professores, ou determinado pelas avaliações externas, ou pelas universidades – considerados essenciais.

Para Arroyo (2012, p. 39), com a precariedade de cursos de formação continuada os educadores não têm sido preparados para lidar com a realidade da sala de aula, nas quais crianças e adolescentes não podem ser vistos pobres, incapazes, desprovidos, mas como sujeitos com capacidades de aprenderem no cotidiano da escola.

Quando a pobreza primária é definida, compreende-se que as necessidades básicas, como: acesso à moradia, ao saneamento básico, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à saúde, dentre outros direitos fundamentais não está sendo cumprida. Na pobreza primária, o sujeito não vive, mas sobrevive de modo precário.

Políticas Públicas devem ser pensadas neste contexto da pobreza primária, de modo a solucionar essa situação, com perspectivas de garantir a estes sujeitos seus direitos, muitas vezes, violados. Mais que solucionar a fome, as políticas públicas deveriam resgatar a autonomia, a cidadania, a liberdade de sujeitos em situação de pobreza que sofrem com humilhações e com a exclusão da própria sociedade.

2.3. Direito à educação: acesso e permanência dos alunos na escola

Pensar a contextualização da pobreza, desigualdade social e educação, também nos faz refletir sobre questões do direito à educação e de como este direito está sendo garantido por lei. Vários estudos educacionais sobre trajetórias escolares, isto é, o direito do acesso e permanência das crianças e adolescentes na escola estão relacionados com as questões de pobreza no Brasil, mas como tem sido garantido esse direito?

O direito à educação é garantido pela Constituição Federal de 1988, pela Lei nº 13.005/2014, de 25/06/2014, e pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Neste sentido, mesmo com a universalização da educação básica no Brasil, dificuldades e desafios como o abandono, a evasão e o fracasso escolar estão presentes nas escolas brasileiras, e

o mais preocupante com estatísticas que nos faz refletir sobre a questão da qualidade do ensino e da aprendizagem. Várias instituições escolares possuem estudantes pobres, que devido às desigualdades sociais e econômicas não finalizam suas escolaridades – pelo menos a Educação Básica: Ensino Fundamental e Médio – ou, quando conseguem, não obtêm uma boa formação para continuarem seus estudos – Ensino Superior.

A Constituição Federal estabelece no artigo 6º e 205:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, podemos afirmar que ainda é possível o debate em torno dos direitos fundamentais para todos, uma vez que ela regulariza grandes desafios do Estado e da sociedade como vimos nos artigos citados e também em seu artigo 206 inciso VII quando indica que o ensino será ministrado com garantia de um padrão de qualidade, colocando assim que o compromisso do Estado não é só o de garantir a educação, mas uma Educação de qualidade que deve ser oferta para todos e que seja capaz de atender os diferentes interesses da população.

Desse modo, a educação é o desenvolvimento pleno da pessoa, em que todos devem ter acesso e direito de uma educação pública e de qualidade, porém não podemos nos preocupar só com o acesso a escola, mas também as questões de permanência. Para Cury (2011) não adianta que as crianças e adolescentes tenham acesso à escola é preciso, também, que elas permaneçam, pois somente assim se garante critérios extrínsecos e intrínsecos ao ato pedagógico. Para que o aluno permaneça na escola é preciso que haja interação entre escola e família ou responsáveis.

Hoje, praticamente, não há país no mundo que não garanta, em seus textos legais, o direito de acesso, permanência e sucesso de seus cidadãos à educação escolar básica. Afinal, a educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania e tal princípio é indispensável para a participação de todos nos espaços sociais e políticos e para (re)inserção qualificada no mundo profissional do trabalho (CURY, 2007, p. 484).

Segundo o Plano Nacional de Educação (PNE) o direito a educação deve garantir que todos os cidadãos tenham oportunidades de acessar as instituições escolares e ter condições para concluir suas etapas com níveis satisfatórios de aprendizagem. Ou seja, o direito à educação deve ser de qualidade, significativo e que possa transformar a vida dos educandos e que sejam capazes de modificar de maneira positiva a sociedade.

É importante identificar as práticas educacionais, presentes no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), que visam promover a inclusão, o respeito à diversidade e a redução das desigualdades sociais e entender como a educação tem se responsabilizado com o desenvolvimento social e com o protagonismo de alunos advindos de famílias em condições de pobreza.

O PNE (BRASIL, 2014), é constituído por 20 metas, com finalidade de consolidar um sistema educacional capaz de concretizar o direito à educação garantindo o acesso e a permanência, reduzindo as desigualdades promovendo os direitos humanos. Algumas dessas metas dizem respeito diretamente ao direito à Educação Básica (EB) de qualidade. A meta número 1, por exemplo, tem como intuito o foco ao atendimento às crianças de 0 a 5 anos de idade na educação infantil (EI). Por meio da Constituição Federal de 1998 a EI passa a ser vista como um dos elementos constitutivos do direito à educação, e não somente uma forma de cuidado e atendimento.

Outra meta que trata da questão do direito é a meta número 2, que tem por objetivo o acesso ao Ensino Fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos de idade, uma normativa que está prevista na Constituição de 1988 e no artigo 4º da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional de 1996.

A meta número 3, efetiva o direito à educação e de ampliar os níveis de acesso para jovens de 15 e 17 anos, elevar o percentual daqueles que frequentam a escola e aumentar o total de jovens cursando o Ensino Médio, com a intenção de melhorar o atendimento e aumentar a taxa de conclusão na idade certa, de cada etapa da EB. A meta número 5 tem como objetivo à alfabetização das crianças até o 3º ano do Ensino Fundamental, para tanto, foi preciso construir um indicativo nacional: em 2013, foi implementada a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), que sugere ações e monitora a alfabetização escolar, bem como direito à educação de qualidade.

Ainda na meta número 6, destina-se a ampliação da educação em tempo integral, isto é, atender pelo menos 25% dos alunos da EB com ensino integral. Espera-se que essa educação integral promova avanços na educação no Brasil, com garantias de mais acesso a leitura, escrita, artes, música etc. A meta número 7, traz a questão da melhoria

da qualidade da educação, melhorando o fluxo escolar e de aprendizagem dos estudantes de modo a atingir o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). A meta número 8 diz sobre o direito à educação para as populações que não tiveram acesso a escola na idade considerada adequada, por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA), prevista no art. 37 da LDB é destinada para esta população, constituindo-se, portanto, em direito social. A meta número 9, tem como alvo elevar a taxa de alfabetização da população e erradicar o analfabetismo funcional, pois segundo o PNE o Brasil ainda tem uma taxa de analfabetismo significativa, e que está relacionada na maioria dos casos com condições socioeconômicas e com o usufruto do direito à educação.

As metas do PNE são claras e garantem o direito à educação, um direito de todos e um dever do Estado. Essa garantia de oferecer a EB obrigatória e gratuita para crianças e jovens de 4 aos 17 anos, ainda tem o acréscimo de incluir aqueles que não tiveram acesso a escolaridade em idade apropriada, ou seja, é preciso garantir o direito a educação para 100% da população.

Para Garcia e Yannoulas (2017), a universalidade e obrigatoriedade são questões que estão ligadas com o direito à educação. A condição de universalidade está relacionada com o sujeito e a sociedade desejada.

Mas a universalização da educação enseja uma reflexão um pouco mais complexa, visto que, para além do alcance, está em jogo, principalmente, a qualidade e o papel da educação no contexto social. A condição de universalidade está sempre relacionada ao tipo de sujeito e de sociedade desejado (GARCIA, YANNOULAS, 2017, p.23).

Segundo Garcia e Yannoulas (2017), também, é preciso lutar pela garantia à educação pública de qualidade para todos, em todos os níveis. A educação além de ser um direito é uma obrigação, por isso a escola pública deve ser organizada, com uma base curricular que estabeleça relações com a compreensão da realidade social em que vivemos. A pobreza constitui tal realidade, e precisa ser discutida no interior da escola pública.

Ao apresentar essa proposição, não entendemos que a universalização da educação e sua obrigatoriedade, mesmo com a garantia da qualidade desejada, possibilitem a erradicação da pobreza. Se a pobreza é, em si, uma medida, uma ordem social de classes não pode erradicá-la, visto que a desigualdade social sempre colocará uma parcela da população nessa condição,

independentemente do parâmetro adotado. Contudo, é fundamental que se exija aquilo que a própria ordem social, com base em seu corolário legal e político, diz ser capaz de realizar. Essa é a forma de confrontar essa ordem (GARCIA, YANNOULAS, 2017, p.37).

Neste mesmo sentido, para Horta (1998) o direito à educação está vinculado com a obrigatoriedade escolar, visto que é direito do sujeito ter acesso à escola pública e deve ser obrigatoriedade do Estado garanti-lo. Para o autor (1998), o direito à educação é um direito social, porém, no Brasil, essa garantia não tem acontecido:

Tal direito diz do poder de ação que a pessoa possui de proteger ou defender um bem considerado inalienável e ao mesmo tempo legalmente reconhecido. Dá decorrer a faculdade, por parte da pessoa, de exigir a defesa ou proteção do mesmo direito da parte do sujeito responsável (HORTA, 1998, p.8).

A partir das leis brasileiras, toda a população tem o direito de estar na escola, mas nos indagamos: será que realmente esse direito está sendo garantido?

Mendonça (2014), afirma que é preciso refletir sobre a relação de educação e direito, pois a escola deve ser um local onde todos possam ter seus direitos assegurados:

Para isso, ela precisa ter como parte de suas ações pedagógicas iniciativas que promovam o enfrentamento da violação de direitos humanos e permitam a vivência irrestrita desses direitos (MENDONÇA, 2014, p.8).

Portanto, a escola deve ser um espaço em que todos os sujeitos possam adquirir consciência de si como pessoas de direitos, sendo assim, os educadores precisam acreditar em ações pedagógicas que promovam iniciativas positivas, o enfrentamento de violação de direitos humanos e, também, a vivência desses direitos.

Sabemos que a escola é historicamente um espaço de reprodução da limitação dos direitos dos sujeitos, seja pelos conhecimentos que privilegia seja pelas vivências que cerceia, portanto, ela deve ser considerada como um espaço a ser repensado e transformado para tornar-se um espaço de direitos (MENDONÇA, 2014, p.9).

Segundo Mendonça (2014), quando se entende que os direitos humanos são direito de todos, há uma vida digna de condição de existência, também, se reconhece que a pobreza é uma transgressão desses direitos.

Se a sociedade mantém uma visão estereotipada de que a situação de pobreza está relacionada com a ausência de esforço individual, ou seja, a culpa da pobreza é do próprio sujeito pobre, não vai conseguir percebê-la como uma violação de direitos

humanos, e nem de compreender os limites e liberdades individuais e/ou coletivas de sujeitos pobres que não conseguem viver dignamente, sem chances reais de sair deste círculo vicioso:

Aceitar que a pobreza é uma violação dos direitos humanos implica a necessidade de eliminar as causas que lhe dão origem e as injustiças cometidas contra esses contingentes populacionais, criando condições para que se ampliem com objetividade os graus de consciência sobre a dimensão desse problema e dos fatores que o geram. Com isso, é necessário rebater a percepção preconceituosa que identifica a pobreza como fatalidade ou consequência de atitudes individuais (MENDONÇA, 2014, p.29).

Trabalhar os direitos humanos na escola é uma maneira de trazer esses saberes mais efetivamente para o dia-a-dia das pessoas, com intuito de propiciar não somente o conhecimento das leis, mas que estes sejam garantidos de fato na prática. A Educação em Direitos Humanos, na concepção de Adams (2009):

[...] é essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Portanto, a formação desta cultura significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados – os quais devem se transformar em práticas (ADAMS, 2009, p. 7).

Para Adams, trabalhar os direitos humanos no cotidiano escolar possibilita uma formação de atitudes e posturas na vivência diária de cidadãos e suas práticas, com caráter mais naturalizado do que imposto.

Nessa mesma perspectiva Luiz e Souza (2019) falam que os direitos humanos são garantidos a todos os cidadãos, porém a história se caracteriza por violação desses direitos.

Desde 1948, quando foi proclamada a Declaração dos Direitos Humanos, o Brasil tem sido signatário dos principais documentos, ratificando a condição de universalidade, indivisibilidade e interdependência desses direitos. Entretanto, sua efetivação nem sempre encontrou o respaldo da legislação em vigor, em especial nos períodos de ausência do Estado de Direito, como na ditadura militar (Luiz e Souza, 2019, p.38).

Para as autoras a educação tem papel fundamental na promoção da equidade e igualdade social, uma vez que ela é reconhecida como direito fundamental da sociedade.

A concepção de direitos humanos se constitui como um direito universal uma vez que pretende envolver todos os seres humanos. “Não se refere, portanto, a uma ordem política específica, mas a toda a humanidade e seu fundamento é a dignidade humana” (Luiz e Souza, 2019, p.40). O direito à educação ocupa lugar central nos direitos humanos, não por ser um direito humano fundamental, mas por ser essencial para o exercício de todos os outros direitos.

A instituição escolar constitui-se o mais notável e privilegiado espaço de mediação de conhecimentos sistematizados, pois sua função social está em informar e formar cidadãos com capacidade de compreender as diferentes relações plurais e antagônicas das mais variadas situações que a convivência social impõe – acontecimentos em diversos locais como movimentos sociais, igrejas, famílias etc.

O sujeito de uma sociedade é fruto do seu meio social, por isso se faz necessário que a escola seja cidadã, e tenha a sensibilidade de revelar a forma organizacional de como a sociedade é estruturada, especialmente partindo da realidade local – do estudante –, e depois nortear o processo educacional de seu público alvo, com ênfase em refletir sobre o conhecimento como algo do cotidiano diário, sendo que todos somos agentes e protagonistas desta história.

Finalizando este tópico, a relação entre a educação e os direitos torna-se de suma importância, cabendo à escola revisar suas práticas e princípios, com o propósito de garantir a vivência de ideais e valores da cidadania aos seus alunos, e estes possam entender e exigir seus direitos, perante a sociedade em que vivem.

2.4. Programa Bolsa Família e seu impacto na vida das famílias e dos estudantes

Ao tratar do funcionamento do Programa Bolsa Família e seu impacto na trajetória escolar de estudantes beneficiados, busca-se compreender como este Programa possibilita, ou não, o aumento de que estudantes pobres permanecerem na escola.

Segundo o Cireno, Silva e Proença (2013), o PBF tem efeito positivo na trajetória escolar de discentes, pois, apresenta uma diminuição na desigualdade educacional, auxiliando na diminuição do ciclo intergeracional da pobreza e diminuindo as desvantagens que essa condição gera no percurso escolar dessas crianças.

A história do PBF no Brasil é longa e complexa. Começa com um marco mundial nos anos de 1990, em Jomtien na Tailândia, que moveu vários países a se comprometerem com a garantia do acesso e da permanência de estudantes na Educação

Básica, por meio da satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Nesse contexto sócio-histórico, a declaração “Educação Para Todos”, também, mobiliza o Brasil, com diversos programas e planos de governo, e com a perspectiva de garantir os direitos dos cidadãos como: dignidade, renda, saúde, alimentação, moradia e assistência social e a educação. A partir desse período, diversas políticas sociais foram criadas com o intuito de combater a fome e a miséria no Brasil.

Segundo Zimmermann (2006), algumas iniciativas foram tomadas pelo então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, que apostou, primeiramente, na estabilização econômica com o Plano Real e, posteriormente, nas políticas de segurança alimentar. Houve, também, programas de distribuição de benefícios financeiros às famílias, a maioria trazendo consigo o incentivo e o fortalecimento das áreas de educação e saúde. Ainda, segundo o autor (2006), em 1996, foi criado o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); em 1997, o Programa de Garantia de Renda Mínima – que passou por reformulação, em 2001 e mudou a nomenclatura para Programa Bolsa Escola, com administração e responsabilidade do Ministério da Educação (MEC). No ano de 2001, foram implementados os programas: “Agentes Jovens” e “Bolsa Alimentação”, ambos geridos pelo Ministério da Saúde; e em 2002, o Programa “Auxílio Gás” aos cuidados do Ministério de Minas e Energia; e, o programa de doação de Cestas Básicas.

Mesmo com essas ações do Governo Federal, na época, várias foram as críticas quanto à execução de cada Programa, pois sem intersetorialidade entre os diferentes benefícios e Ministérios, estes representavam grandes gastos financeiros com baixa efetividade, além da ausência dos direitos humanos.

De 2003 a 2006, com a mudança do governo federal, com o então presidente Lula, foi criado o Programa Fome Zero, que era subsidiado pelo novo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), o qual, após um ano de existência, foi substituído pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (ZIMMERMANN, 2006).

A princípio, utilizou-se o “Cartão Alimentação”, mas, ainda em 2003, foi denominado “Programa Bolsa Família”, com centralidade de ações em um único ministério (MDS), e assim, a política de Assistência Social tornou-se a responsável pelos benefícios sociais. O Programa Bolsa Família (PBF) unificou os programas Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, Bolsa Escola e o Cartão Alimentação e permanece vigente até hoje.

Em 2016, com a junção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), sob o governo do então presidente Michel Temer, está sendo gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA).

Segundo Testa *et al.* (2013), o PBF foi utilizado como ferramenta se cumprir um compromisso assumido pelo Brasil, junto à Organização das Nações Unidas (ONU), de atingir as Metas de Desenvolvimento do Milênio, até o ano de 2015.

Famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, medidos pela renda mensal *per capita*, são beneficiadas pelo PBF, com exigências e condicionalidades a serem atendidas, como: a manutenção dos filhos na escola e o acompanhamento da saúde de crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes, como a vacinação, pesagem e pré-natal. O descumprimento dessas condicionalidades pode resultar em cancelamento do benefício. (ZIMMERMANN, 2006).

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado no ano de 2003, sendo a primeira vez que a política pública nacional foi voltada para o enfrentamento da pobreza com o intuito de garantir as famílias não apenas uma renda complementar, mas também direitos sociais. Conforme Decreto Nº 5.209 de 17 de setembro de 2014, os objetivos básicos do Programa Bolsa Família são

Art. 4º [...] I - promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; II - combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; III - estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; IV - combater a pobreza; e V - promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público. (BRASIL, 2014).

A princípio seu objetivo era a promoção do acesso à rede de serviços públicos, especialmente de Saúde, Educação e Assistência Social dos que eram beneficiários.

O PBF visa melhorar as condições de vida e ampliar as oportunidades para milhões de famílias brasileiras. O objetivo do PBF é contribuir para a inclusão social das famílias brasileiras em estado de miséria e também superar os indicadores de evasão, repetência e defasagem escolar que marcavam as trajetórias educacionais das crianças pobres, busca ainda apoiar o desenvolvimento das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza e no combate a desigualdade.

No início do Programa, segundo Campello (2013), para cumprir as metas e caminhos rumo à universalização foi preciso construir um conjunto de procedimentos, portanto, era preciso unificar os programas setoriais de transferência de renda e

consolidar o Cadastro Único para Programas sociais (CadÚnico). Para conseguir que todas as famílias em situação de pobreza tivessem acesso ao programa era preciso superar registros duplicados, fragmentos incompletos para assim viabilizar efetivamente o CadÚnico.

Mas não se tratava apenas de unificar a gestão e as bases de dados dos beneficiários e consolidar o CadÚnico. Era preciso criar uma estratégia federativa de gestão do cadastro (CAMPELLO, 2013, p.15).

Os dados coletados pelo CadÚnico contribuem para que os governos federal, estadual ou municipal possam conhecer os perfis das famílias cadastradas, com intenção de promover políticas públicas e programas de governo que ajude estes sujeitos. A desigualdade de renda é responsável pelo aumento dos índices de patologias psiquiátricas, de uso de substâncias psicoativas, de gravidez e trabalho precoce, de violência, de homicídios, dentre outras situações. Infelizmente, o Brasil faz parte do grupo dos dez países com pior nível de concentração de renda do mundo e as crianças são parte desta população pobre mundial (ESMANHOTTO, 2009; UNICEF, 2000). Ainda que não solucionem o problema, os programas de transferência de renda contribuem para minimizar esses efeitos que está relacionado diretamente à essência do sistema capitalista e da má distribuição de renda.

Para Campello (2013), o PBF superou as expectativas, apresentando resultados relevantes no que diz respeito à redução da desnutrição e diminuição da mortalidade infantil. Esse atendimento básico foi fortalecido por conta do PBF que, também, impactou na questão da amamentação em crianças de até seis meses de idade, bem como o aumento de pais que levavam seus filhos para completar o calendário de vacinação, reduzindo substancialmente as taxas de hospitalização entre menores de 5 anos de idade.

No que diz respeito à educação, segundo Campello (2013), houve uma redução quanto à evasão escolar e também uma regulamentação das trajetórias escolares, permitindo assim que a frequência e aprovação melhorassem. Com 10 anos do PBF, os objetivos foram alcançados, diminuiu o número de crianças fora da escola na faixa etária de 6 aos 16 anos de idade.

Os alunos acompanhados pelo Bolsa Família não se limitaram a melhorar seu desempenho ou a se igualar à média nacional em termos de evasão ou aprovação. Ao longo dos últimos anos, as taxas de abandono escolar no ensino fundamental e médio foram menores entre

os alunos beneficiários que entre os demais alunos da rede pública. As taxas de aprovação, que melhoram gradativamente para os alunos do ensino fundamental, passaram, no ensino médio, a ser mais favoráveis aos alunos do Bolsa Família que à média nacional do ensino público. Pela primeira vez, os mais pobres se saem melhor que os demais em indicadores relativos à educação (CAMPELLO, 2013, p.19).

Craveiro e Ximenes (2013), falam que o objetivo do programa é o de garantia dos direitos a saúde, alimentação, educação e assistência social, contribuindo pra o rompimento do ciclo da pobreza entre gerações, superando situação de vulnerabilidade e pobreza.

Apesar de grande avanço quanto à abrangência de famílias beneficiadas, sob a ótica dos direitos humanos, o PBF, segundo Zimmermann (2006), ainda não atende aos direitos humanos em dois fatores: primeiro, porque limita um número máximo de famílias por município a serem contempladas, o que por si só descaracteriza o PBF como direito. E, segundo, porque, ao condicionar o recebimento do benefício ao cumprimento de exigências e condicionalidades, o que fere, de acordo com o autor, o Comentário Geral n.º. 12 elaborado pelo Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas. Para o autor (2006), o direito à alimentação adequada deve ser garantido ininterruptamente.

Referente à educação os autores indicam que quando uma família se torna beneficiária ela assume o compromisso de manter a frequência escolar – em escola pública – do seu filho, uma vez que alguns estudos realizados sobre o acesso e permanência demonstram que a desigualdade social tem dificultado a universalização da EB. Ao longo das décadas constatou-se, também, que as famílias (em situações de pobreza) apresentaram dificuldades em garantir a suas crianças e jovens o acesso e permanência nas escolas:

O insucesso na trajetória escolar pode acarretar também menor acesso a direitos básicos, acabando por reproduzir o ciclo de pobreza da geração anterior. A educação exerce, certamente, papel fundamental no rompimento deste ciclo à medida que consegue assegurar aos sujeitos de direitos uma educação de qualidade social com aprendizagens significativas. Para a conquista desta qualidade socialmente referenciada, a assiduidade nas atividades escolares é condição fundamental (CRAVEIRO, XIMENES, 2013, p.110).

Para Brandão, Pereira e Dalt (2013), são nas questões de educação que o PBF possui grandes responsabilidades, pois tem demonstrado uma melhora na frequência escolar, bem como na diminuição do abandono e na evasão escolar. Os dados indicam

que ocorre maior progressão escolar entre os estudantes que são oriundos de famílias beneficiárias.

Pensar na inserção da criança na educação escolar significa compreender um processo mais amplo, que representa muito mais que o cumprimento de uma condicionalidade, está ligado à permanência do discente na escola, isto é, colabora com a sua formação como cidadão. A educação, quando ofertada ao cidadão com qualidade, traz consigo mais do que este inicialmente buscava; traz a esperança, a autonomia do sujeito, e sua inclusão social.

Todavia os educadores de escola pública, principalmente, na educação básica devem estar preparados para reconhecer e lidar com a vulnerabilidade social como parte integrante do seu trabalho docente. É preciso que a escola compreenda que o ensino e a aprendizagem devem estar contextualizados com a comunidade e suas expressões sociais. A educação escolar responsável e de qualidade precisa aprender a trabalhar com seus alunos levando em conta suas particularidades. É necessário que seja realizado um trabalho que faça os pais conhecerem o ambiente em que seu filho está para que, quando esteja em casa, saiba de que modo pode auxiliar.

Crespo e Gurovitz (2002, p. 11) apresentam em um artigo intitulado “A pobreza como um fenômeno multidimensional” uma pesquisa encomendada pelo Banco Mundial e reproduzem as falas de pessoas pobres, com a seguinte frase:

Pobreza é fome, é falta de abrigo. Pobreza é estar doente e não poder ir ao médico. Pobreza é não poder ir à escola e não saber ler. Pobreza é não ter emprego, é temer o futuro, é viver um dia de cada vez. Pobreza é perder o seu filho para uma doença trazida pela água não tratada. Pobreza é falta de poder, falta de representação e liberdade. (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p. 11).

O PBF foi concebido para emancipar as famílias, por isso os benefícios representam uma ajuda mínima para as necessidades básicas que possam favorecer a aprendizagem dos discentes. É enriquecedor saber que o conhecimento pode mudar as concepções de sujeitos que, muitas vezes, baseiam-se em senso comum.

Por isso conhecer o PBF e suas ações diretas nas vidas de sujeitos excluídos pela sociedade permite novas perspectivas de seu entendimento. Por vezes, o PBF é duramente criticado por uma parcela da sociedade brasileira, que o vê como assistencial e como reprodutor das desigualdades, mas, na verdade, o Programa procura garantir os direitos básicos para as famílias em situações de pobreza e extrema pobreza no Brasil,

auxiliando-as ter acesso a condições básicas de saúde e educação, nesta uma maior valorização sendo um grande avanço na tentativa de dirimir as desigualdades sociais.

SEÇÃO 3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na terceira seção são descritos os aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa, iniciando com a compreensão de como foi realizado o Curso de Aperfeiçoamento “Educação, Pobreza e Desigualdade Social”. Além disso, explicitam-se os critérios de seleção dos participantes da pesquisa, compilando as concepções de educadores do estado de São Paulo que responderam a um questionário, no ano de 2018, e a utilização da análise do conteúdo de Bardin (1977) para a elaboração das categorias de análise.

Lembrando que o objetivo geral desta investigação é analisar as concepções de educadores paulistas (diretores, coordenadores, docentes) sobre educação, pobreza e desigualdade social, acrescido pelo entendimento do Programa Bolsa Família (PBF) modificar, ou não, a vida escolar dos beneficiários.

Assim, esta pesquisa qualitativa, com caráter exploratório, também, teve uma parte empírica, por meio de um questionário – atividade proposta durante o Curso EPDS – que foi dividido em três blocos, a saber, (Apêndice 1): na primeira e segunda parte, obtivemos dados sobre os educadores que não participaram do Curso EPDS – mas responderam o questionário –, seus locais de trabalho e suas formações. Na terceira parte, apresentam-se as respostas de três questões abertas elaboradas para esses educadores¹:

- a) Como a pobreza e a desigualdade social refletem nas práticas escolares de educadores?
 - b) Você considera que o Programa Bolsa Família reforça a pobreza e desigualdade social, sendo apenas um programa de assistência social, ou acredita que o Programa possa intervir na vida escolar dos beneficiários?
 - c) O acesso e a permanência das crianças e adolescentes na escola são suficientes para que sua formação as ajude a sair do círculo vicioso da pobreza e da ausência de cidadania? Por quê?
- (Questionário para educadores que não cursaram o EPDS, 2018).

A perspectiva era analisar quais eram as concepções de educadores que não participaram do Curso EPDS.

¹ O questionário tinha seis questões abertas, mas para esta pesquisa, selecionamos apenas três. Devido ao tempo escasso foram escolhidas três questões, tendo como critério optar pelas indagações que melhor atendiam ao objetivo da pesquisa.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico do tema que resultou em fichamentos, resenhas e resumos de pensamento e concepções de diversos autores que refletiram sobre a educação, pobreza, desigualdade social e o PBF como aporte teórico para as análises.

3.1. O Curso de Aperfeiçoamento “Educação, Pobreza e Desigualdade Social”

O Curso de Aperfeiçoamento “Educação, Pobreza e Desigualdade Social” teve início em 2018, e foi direcionado para educadores do estado de São Paulo sendo eles Coordenadores Municipais e Estaduais do Programa Bolsa Família, e profissionais da educação básica (gestores escolares, professores e coordenadores pedagógicos).

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em parceria com a Secretaria de Modalidades Especializadas do Ministério da Educação (MEC), executou o curso e selecionou os profissionais que atuavam em escolas municipais e estaduais do Estado de São Paulo, organizado na modalidade a distância, contendo a divisão de 4 módulos temáticos. Desta forma, o Curso ocorreu com: o acesso e adaptação ao Moodle (10h); com o Módulo Introdutório (40h) iniciando a temática da Pobreza, Desigualdades e Educação; e os demais módulos, organizados em: a) Pobreza e Cidadania (40h); b) Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação (40h); c) Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza (40h); d) Trabalhos Finais de Curso (10h).

A proposta abrangeu um processo introdutório, com o processo formativo em sua totalidade; acesso aos módulos, no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVA); encontros presenciais para esclarecimentos de dúvidas, socialização de atividades do curso, preferencialmente, ao final de cada Módulo e início do Módulo subsequente, podendo ser realizados em polos de apoio presencial; e encontro final para apresentação de alguns trabalhos desenvolvidos no curso.

Para a concretização desse curso, formou-se uma equipe pedagógica com um coordenador geral; dois coordenadores do AVA; doze tutores virtuais e seis tutores presenciais, estes ficavam em polos nas cidades de Araras, Itapetininga, Itapevi, Jaú, São Carlos e São José dos Campos, no estado de São Paulo. No que se refere à formação a equipe UFSCar foi selecionada a partir de edital, dando prioridade aos tutores virtuais que já tivessem experiências em educação a distância e também formação na área de educação, o mesmo ocorreu com os tutores presenciais. Além da equipe pedagógica contamos também com uma secretaria administrativa da Secretaria

de Educação à Distância (SEaD) da UFSCar. Depois de constituída, a equipe articulou ações coletivas, como: elaboração de atividades; avaliações; revisão do material pedagógico e criação do ambiente Moodle. A intenção foi garantir a participação dos cursistas, evitando a evasão do curso. A meta da equipe era valorizar estudos teóricos, na perspectiva de reflexão sobre temas importantes, mas também práticos, com ações de cursistas que atuavam em escolas públicas. Como toda a equipe já tinha experiência foi mais fácil organizar o trabalho bem como o manejo do Moodle.

Os cursistas também foram selecionados por edital e ao final foram matriculados 360 educadores, entre eles: coordenadores municipais e estaduais do Programa Bolsa Família e profissionais da educação básica (gestores escolares, professores, coordenadores pedagógicos).

O Curso de Aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS) teve a finalidade de provocar o debate e a reflexão, no que se refere aos processos de educação envolvendo sujeitos que vivenciam a pobreza ou a pobreza extrema. Esse esforço visa o cumprimento de um dever do Estado, portanto, um direito da população, garantido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei nº 13.005/2014, de 25/06/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Justificou-se devido ao conhecimento aprofundado do lugar social de origem de crianças, adolescentes e jovens, bem como da realidade das escolas públicas brasileiras. Considerando os desafios da quase universalização da educação básica, ou dos questionamentos referentes ao tensionamento das relações entre educação, pobreza e desigualdade social, a formação continuada dos profissionais da educação tinha como alvo a transformação de suas percepções e/ou conceitos.

A pobreza faz parte da realidade da sociedade brasileira e está presente nas escolas, mídias, ruas etc., mas, infelizmente, as diversas questões relacionadas aos problemas, desigualdades e entraves sociais que ela propicia ainda são silenciadas, pois se tornaram naturalizadas. Essa perspectiva – da normalidade da pobreza – tem sido um transtorno para muitos brasileiros que não têm uma vida digna, com condições de sobreviver economicamente e socialmente em uma sociedade desigual, com poucas oportunidades de mudanças. A ausência de indignação diante da pobreza é um fato a ser estudado, e este tem sido um dos focos de várias pesquisas na área da educação.

Segundo Barros, Henriques e Mendonça (2000) há uma enorme desigualdade na distribuição de renda e elevador níveis de pobreza, um país desigual exposto a um desafio histórico que enfrenta uma herança de injustiça social que exclui parte da

população, a desigualdade é tão da história brasileira que adquire conceito de coisa natural.

Para a viabilização virtual do curso foram criados alguns espaços no ambiente de aprendizagem Moodle, hospedado no servidor da UFSCar. Assim, o cursista tinha acesso à sala geral, local onde todos tem livre acesso, com as orientações gerais do curso – cronograma, toda a equipe e contato, um vídeo de apresentação do curso e material extra. Além disso, a divisão de fóruns foi realizada por módulos, em que os alunos realizariam as atividades do curso. Para avaliação e acompanhamento do andamento da aprendizagem em cada módulo, foi solicitado que os cursistas realizassem duas atividades virtuais (valendo de 0 a 10). Cada módulo tinha prazo para postagem das atividades bem como os critérios de avaliação, as atividades se dividiam em fórum de debates, produção de texto ou questionários.

Os alunos que não participaram dentro da data estipulada de alguma atividade, também tinham a oportunidade de realizar uma recuperação paralela ao término de cada módulo de estudo. Esta recuperação poderia ser feita também pelos cursistas que não atingiram média nas atividades. Durante o Curso de Aperfeiçoamento os participantes concretizaram várias atividades que possibilitaram a apropriação de conhecimentos sobre as questões como pobreza, desigualdade social, cidadania, direitos humanos e educação com finalidade de provocar o debate e a reflexão no processo educacional envolvendo sujeitos que vivenciam a pobreza.

Dentre essas atividades, selecionamos uma tarefa – um questionário elaborado pela equipe da UFSCar – em que os cursistas (educadores matriculados no Curso de Aperfeiçoamento EPDS) aplicavam um questionário para um educador em exercício, de qualquer escola pública que aceitasse participar, com um único critério: este educador (coordenador pedagógico; coordenador da PBF; gestor; funcionário; professor etc.) nunca ter participado do Curso de Aperfeiçoamento EPDS. Este questionário tinha como objetivo analisar quais eram as concepções dos educadores – profissionais em exercício ou coordenadores do PBF que nunca foram matriculados em formação continuada a respeito da temática educação e pobreza –, por meio de suas respostas.

Neste contexto, surge esta dissertação, com o objetivo de analisar concepções de educadores paulistas sobre a questão da Educação, Pobreza e Desigualdade Social e como estes educadores percebem a intervenção do Programa Bolsa Família (PBF) na vida escolar dos beneficiários.

3.2. Aspectos teóricos e metodológicos: critérios para realização da amostragem

Para a elaboração desta pesquisa e a realização da coleta de dados e alguns pressupostos que envolvem um trabalho intelectual e reflexivo sobre uma dada realidade embasam sua constituição. Segundo Pinzani e Rego (2014), infelizmente existe muito preconceito em relação aos pobres a maioria baseado em um conhecimento escasso sobre a situação. Portanto são importantes alguns estudos da temática para se tem uma visão mais ampla e complexa da pobreza no Brasil. Embora a pobreza seja identificada no Brasil apenas com a questão da baixa renda, temos que levar em conta que existem outras facetas para compreendermos a pobreza.

Nesta investigação vamos levar em conta as questões de pobreza e desigualdade social relacionada com as questões de educação e do Programa Bolsa Família, para Leite (2014), a situação das crianças pobres no Brasil deixam à mostra as desigualdades sociais e a falta de direitos como estudar em uma escola pública de qualidade, diferentes crianças e jovens não tem acesso aos mesmos direitos, como por exemplo, acesso as escolas. Um dos programas que auxilia para a redução dessas desigualdades é o Programa Bolsa Família, que garante direito à educação de crianças e jovens em situações de pobreza.

Dos 360 inscritos no Curso de Aperfeiçoamento, apenas 230 quiseram participar da pesquisa e enviaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), autorizando as análises. Foram vários educadores, diferentes escolas e distintas cidades do estado de São Paulo. A partir das respostas, analisamos os conteúdos das respostas e por meio dos enunciados obtivemos algumas compreensões.

Outra perspectiva que auxiliou na coleta e análise dos dados empíricos foi ter participado de discussões e reflexões relacionadas ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Subjetividade (GEPESC) do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos (DEd/UFSCar).

3.3. Amostra da pesquisa: os educadores participantes

É importante destacar que o questionário tinha dois objetivos definidos: conhecer melhor as ações da escola escolhida e de um dos seus educadores e; investigar as facilidades e dificuldades dos alunos participantes do Programa Bolsa Família quanto ao acesso, à permanência e à conclusão da escolaridade obrigatória.

Os educadores participantes desta pesquisa foram aqueles que responderam o questionário do curso EPDS e autorizaram sua análise. Saber o perfil de cada educador participante, bem como algumas características da escola em que atuavam, significou compreender e analisar melhor suas concepções. Os participantes que responderam o questionário foram escolhidos pelos alunos do curso, o único critério para a escolha do entrevistado era trabalhar na escola, é interessante destacar que os participantes têm mais confiança nas respostas de diretores e coordenadores como mostra o quadro 2, por se tratar de uma política distributiva (PBF). Um indício de que os professores pouco entendem ou têm relação com os alunos do PBF, muitas vezes os professores na sala de aula não tem conhecimento dos alunos que recebem o benefício. A partir do questionário respondido pudemos vislumbrar quem eram eles.

No primeiro quadro (Apêndice 2) está representada a cidade da escola que o educador trabalhava, podemos verificar que a maior porcentagem eram de cidades como Araras (15%), São Paulo (9,7%), Suzano (6,2%), Aguai (4,9%) e Assis (3,2%). As demais cidades tiveram abaixo de 2% de educadores que responderam o questionário.

O quadro 2 (Apêndice 3) diz respeito quanto à função dos participantes, podemos notar que a maioria 21% dos educadores que responderam o questionário exercia a função de Coordenador Pedagógico, 19,3% tem função de diretor, 3,5% de vice – diretor, 6% trabalham na escola, porém em outras áreas e 50,2% são professores das diversas etapas da Educação Básica.

O quadro 3 (apêndice 4) é referente à formação dos educadores respondentes do questionário, podemos perceber que a maioria apresenta além da graduação, pelo menos um curso de especialização na área de educação (64,3%), e que apenas 3,4% apresentam alguma pós-graduação, os demais, 31% tinham apenas a graduação.

O quadro 4 (apêndice 5) foi elaborado segundo as divisões do questionário em três blocos, o primeiro: a qual rede de ensino a escola pertencia, obtivemos 84,4% da rede municipal, 14,2% da rede estadual e que 1,2% não responderam a essa questão. O segundo bloco se referia a qual região a escola pertencia, dentro da rede Municipal, tivemos escola da região central (19%), da área rural (4,2%), bairro (37,6%) e de bairros periféricos (39,2%). E dentro da rede Estadual foram indicadas escolas da área central (18,2%), de bairro (45,4%) e bairro periférico (36,4%). E o terceiro bloco sobre a renda socioeconômico do público atendido na escola, essa divisão foi feita a partir das áreas que essas escolas se encontravam.

3.4. Análise de dados

Para analisar e interpretar os dados – material extraído das respostas do questionário – utilizou-se a análise de conteúdo, e dessa percepção organizaram-se as categorias. Segundo Bardin (1977), a função da análise do conteúdo é o seu desvendar crítico. Para a autora (1977, p.9), “a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológicos em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”.

A análise do Conteúdo, segundo Bardin (1977), teve início das necessidades no campo da sociologia e da psicologia, e se concretiza por meio da prática. Assim, essa metodologia é dividida em três fases: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material e; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A primeira fase é a de organização e seu objetivo é o de sistematizar as ideias iniciais para como as próximas operações irão ocorrer e identificar quais materiais serão tratados (BARDIN, 1977, p.95). A pré-análise é dividida nas seguintes etapas, segundo Bardin (1977): leitura flutuante, consistente em estabelecer contato com os documentos que serão analisados para a coleta de dados, são as impressões iniciais do material a ser analisado; escolha dos documentos são os documentos dos quais irá se efetuar a análise; formulação de hipóteses e dos objetivos, qual é a nossa finalidade geral; a referenciação dos índices e elaboração de indicadores, realizado por meio de recortes dos documentos da análise; e, preparação do material.

A segunda fase – exploração do material – consiste na aplicação do que foi sistematizado na primeira fase, com foco em encontrar nos documentos, as categorias de análise – os conteúdos de fala – de forma organizada, conforme cita Bardin:

A partir do momento em que a análise de conteúdo decide codificar o seu material, deve produzir um sistema de categorias. A categorização tem como primeiro objetivo (da mesma maneira que a análise documental), fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos (BARDIN, 1977, p.119).

E na terceira e última fase – tratamento dos resultados – os dados já estão tratados, tornando a pesquisa mais significativa. Neste momento as informações são sintetizadas e passa por interpretações inferenciais:

O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos

objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas (BARDIN, 1977, p.101).

Na fase de tratamentos de dados suas dimensões se destacam e a codificação e caracterização possibilitam interpretações e inferências. Para Bardin (1977), é necessário saber a razão do porque e como se analisa, e para isso é preciso tratar o material, ou seja, codificá-lo. Essa codificação corresponde a uma transformação dos dados brutos por meios de recortes, agregação e enumeração que permitem atingir uma representação do conteúdo esclarecendo ao analista sobre suas características que poderão servir de índices. Segundo a autora (1977, p.119) “A partir do momento em que a análise de conteúdo decide codificar o seu material, deve produzir um sistema de categorias”.

Após definir as unidades de registro por meio da codificação é preciso seguir o próximo passo a categorização. A categorização é definida por Bardin (1977, p.117), como “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos”.

Segundo a autora (1977) um conjunto de categorias devem possuir algumas qualidades: exclusão mútua: cada elemento não pode existir em mais de uma divisão; homogeneidade: um único princípio de organização deve nortear a sua organização; pertinência: quando o material pertence ao quadro teórico definido; objetividade e fidelidade: as categorias devem refletir o objetivo de classificação e, produtividade: o conjunto de categorias deve produzir bons resultados.

Depois de categorizar os dados é preciso interpretar, o que para a autora é o processo de inferência permitindo a construção dos dados descritos, através de um método de análise.

Além da Bardin, outra autora que nos ajuda a compreender a análise do conteúdo é Guerra (2006), para ela a análise de conteúdo tem duas dimensões a descritiva que conta o que foi narrado e a interpretativa que decorre das interrogações do objeto de estudo a partir de conceitos teóricos que nos ajuda formular as regras de inferência.

Para a autora é preciso ir além de um método hipotético-dedutivo, então ela sistematiza a partir de Demazière e Dubar metodologias de análise de conteúdo

baseadas em paradigmas mais indutivos, embora a diferença entre eles e forma de material recolhido.

Baseando-se nesse paradigma existem três tipos de análise de conteúdo: A análise proposicional do discurso: o objetivo é demonstrar a forma como o discurso se relaciona com os objetos e fatos; A análise das relações por oposição: consiste em um método de exploração de entrevistas e Análise indutiva e processo de teorização: a proposta Demazière e Dubar: consiste em uma teoria construída interrogando indutivamente os dados.

Outra técnica utilizada por Guerra (2006), é sobre a análise tipológica, categorial e temática a partir das propostas de Poirier e Valladon.

Esta proposta tem, no entanto, alguns pressupostos que assentam nos interesses da análise em sociologia, nomeadamente no facto de estar orientada para um número razoável de entrevistas (pelo menos 15 a 20 entrevistas), pois baseia-se numa análise comparativa através da construção de tipologias, categorias e análises temáticas. (GUERRA, 2006, p.69)

Segundo Guerra (2006), utiliza-se uma diversidade de técnicas para análise de conteúdo realizada da seguinte forma: transcrição, leitura, construção das sinopses, análise descritiva e análise interpretativa.

A transcrição da entrevista segundo a autora leva de três a quatro horas para ser realizada e é preciso ser feito de forma fiel ao que foi dito. Depois de realizada essa etapa é preciso realizar uma leitura cuidadosa das entrevistas, para a autora a leitura consiste em duas fases, a primeira em que se deve sublinhar algumas frases das entrevistas e a outra realizar anotações. A etapa da construção das sinopses trata-se do material descritivo que identifica as temáticas e as problemáticas, as sinopses são sínteses que contêm a mensagem essencial das entrevistas, e tem como objetivo reduzir o montante do material, permitir o conhecimento total do discurso e ter percepção da saturação das entrevistas.

Na análise descritiva, ainda não vai se interpretar os dados apenas descrever, a proposta é realizar três tipos de análises descritivas: análise tipológica que consiste em ordenar os materiais escolhidos, classifica-los, encontrar semelhanças e diferenças; análise categorial onde vai ser formar as categorias para análise, é normal na mesma nos discursos dos entrevistados variáveis. “Assim, é uma análise que faz a mediação para uma explicação e para a construção ideal típica que se aprofundará a seguir.” (GUERRA, 2006, p.80) e análise de conteúdo tradicional onde se identifica o corpus da

entrevista para analisar em profundidade. E a última etapa é a análise interpretativa aonde vai se explorar e organizar o conteúdo estudado.

Como tivemos um universo muito amplo de questionários respondidos à análise do conteúdo colocada pelas autoras será o método ideal para analisar todo o material da pesquisa.

Como temos um grande número de questionários para ser analisado, para auxiliar na codificação, organização e separação das informações dos dados será utilizado o software IRaMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires) na versão 0.7 alpha 2, para Camargo e Justo (2018) ele viabiliza diferentes tipos de análise, possibilitando identificar o contexto em que as palavras ocorrem, uma vez que a distribuição do vocabulário pode ser organizada de forma compreensível e visualmente clara com representações gráficas pautadas nas análises utilizadas.

Vale ressaltar que o usuário deve ter em mente que a análise automática apresenta resultados genéricos que indicam caminhos a serem explorados e interpretados manualmente. Sendo assim para representar as três questões foram colocadas à análise de similitude e a nuvem de palavras.

Segundo Camargo e Justo (2018) a análise de similitude permite identificar as ocorrências entre as palavras e seu resultado traz indicações da conexão entre elas, permite também identificar as partes comuns em função das variáveis. A nuvem de palavras agrupa as palavras e as organiza em função da sua frequência, trata-se de uma análise lexical mais simples, porém ela permite a identificação mais rápida das palavras – chave de um corpus, as palavras maiores são as que mais aparecem e estão no centro gráfico.

Os dados processados pelo *software* IRAMUTEQ apresentam-se na nuvem de palavras nas figuras 1, 3 e 5 e na análise de similitude nas figuras 2, 4 e 6.

As figuras 1 e 2 representam a questão: a) Como a pobreza e desigualdade social refletem nas práticas de educadores?

A análise da nuvem de palavras apesar de ser simples e indicar apenas a frequência em que as palavras aparecem ela é visualmente interessante, as palavras maiores que aparecem no núcleo da nuvem detém certa importância no corpus textual, além de fornecer uma ideia inicial do conteúdo do material, com ela podemos identificar núcleos de sentido, cujas semelhanças compõem um conjunto de expressões, por meio de pontos de vista os indivíduos percebem e definem suas concepções.

Ao analisamos a figura 1 percebemos que os termos correspondentes às palavras que aparecem na imagem são os mais frequentes com o tamanho de fonte maior. Quanto maior a fonte do termo na figura, maior sua frequência na amostra, assim como menor o tamanho da fonte, menor sua frequência. Sendo assim, podemos perceber que os termos mais frequentes são: não, escola, aluno, criança, pobreza, desigualdade, social, falta, família, condição e aprendizagem.

Analisando as palavras que mais aparecem na primeira nuvem (Figura 1) nota-se o “não” em destaque, podendo estar vinculado com todas as outras palavras, deste modo pode-se observar que a concepção de educadores vem sendo negativa, pois, para eles as questões de pobreza e desigualdade refletem de forma negativa na escolaridade do aluno.

O “não” também pode estar relacionado com a questão de aprendizagem dos alunos; ou, “não” existe uma preocupação com a pobreza e desigualdade social na escola; ou, “não” existe o apoio da família com a educação – uma vez que, em suas visões, os familiares “não” têm condições de orientar seus filhos. Como os alunos têm total dependência em relação aos adultos, culpabilizam a família pela falta de reflexão sobre a condição do discente dentro da escola.

Segundo Camargo e Justo (2018) a análise de similitude estuda as relações de objetos de um dado conjunto, permitindo identificar as coocorrências entre as palavras trazendo resultados da conexidade entre elas auxiliando na identificação da estrutura do conteúdo de um corpus textual, permitindo também identificar as partes comuns e as especificidades das variáveis identificadas na análise.

Na figura 2 podemos verificar a palavra “não” no centro se relacionando com as demais palavras como aluno, escola, desigualdade social, criança. A palavra “não” aparece como centro da figura e as ramificações os ligam com as demais palavras, diferente da nuvem de palavras, aqui podemos identificar melhor as palavras que estão ligadas uma com as outras, podendo então constatar que realmente as concepções de negatividade estão conectadas com a aprendizagem dos alunos, com a questão família com relação à educação.

Outra análise interessante da figura são as ramificações divididas em cores que também se ligam com o núcleo: não, escola, aluno, família, educação e condição, como vê-se a seguir:

Na segunda questão representada pela nuvem de palavras na figura 3 podemos observar que a palavra “não” também está no núcleo da nuvem, outras palavras que também aparecem com mais frequência são: aluno, criança, educação, permanência, pobreza, social.

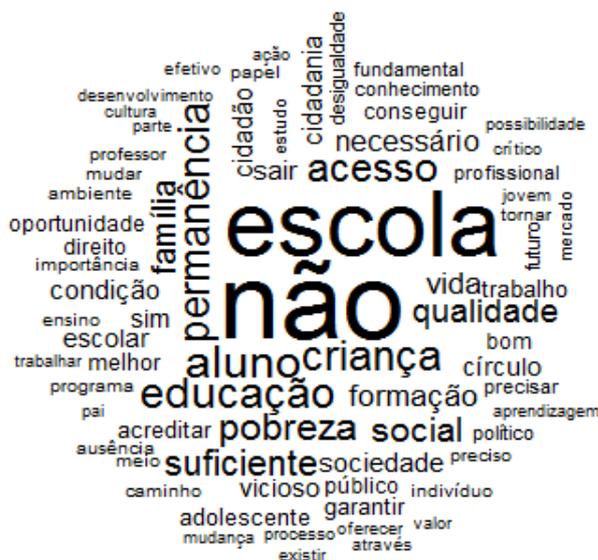
A palavra “não” faz referência quando os educadores dizem que o Programa Bolsa Família “não” intervém na vida dos beneficiários, uma vez que, a única condição para receber o benefício é de que o aluno frequente a escola.

Pode-se evidenciar a palavra “não” quando os educadores dizem que o programa Bolsa Família não reforça a pobreza e a desigualdade social, porém a desigualdade interfere na aprendizagem, e que é preciso que dos alunos frequentem a escola para “não” perderem o benefício.

Na análise de similitude (Figura 4) podemos verificar com mais clareza as ligações das palavras, o “não” se encontra no centro das ramificações, ligada mais forte com as palavras família e o PBF reforçando o que já foi dito anteriormente com a análise da nuvem de palavras.

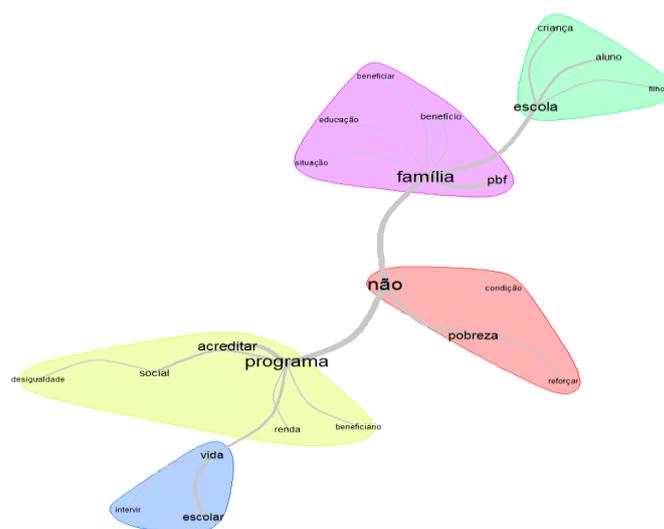
Cada grupo apresentado pelas cores são aqueles que têm mais interligações, porem todos estão ligados, formando as diferentes concepções dos educadores que analisaremos na próxima seção.

Figura 3 – Nuvem de palavras fornecidas pelo software IRaMuTeQ



Fonte: Elaboração da pesquisadora

Figura 4 – Análise de similitude fornecida pelo software IRaMuTeQ



Fonte: Elaboração da pesquisadora

E as figuras 5 e 6 representam a questão: c) O acesso e a permanência das crianças e adolescentes na escola são suficientes para que sua formação as ajude a sair do círculo vicioso da pobreza e da ausência de cidadania? Por quê?

Na questão três representada pela nuvem de palavras da figura 5, a palavra “não” aparece novamente no centro na mesma fonte aparecem às palavras programa e família, a segunda podendo estar relacionada com o programa bolsa família ou com a participação das famílias na vida dos filhos.

Em um primeiro momento podemos notar que a maioria dos educadores acredita que o acesso e a permanência na escola “não” são suficientes para que eles saiam da pobreza, é preciso que a aprendizagem da escola seja significativa e de qualidade e que “não” basta apenas o aluno estar na escola – por isso a família deve se conscientizar da importância dos estudos dos seus filhos.

Porém alguns educadores colocam que apesar de não ser suficiente, o PBF é um incentivo. Na análise de similitude (Figura 6) podemos evidenciar fortemente isso, pois no grupo verde o “não” se encontra ligado com as palavras aluno, suficiente, social, educação, necessário entre outros, mostrando uma concepção negativa dos participantes quanto ao acesso e permanência dos alunos na escola.

Só conseguimos fazer essas identificações pela nuvem de palavras e pela análise de similitude, por já termos um conhecimento prévio do que os educadores tinham respondido nas questões colocadas, apesar dos gráficos ajudarem na hora de analisar as questões por organizarem as palavras, eles são simples e temos que levar em conta a leitura prévia de cada resposta do questionário.

Desta forma, pudemos identificar, pela nuvem, quais eram as frequências das palavras e a partir da análise de similitude indicar como essas palavras estavam relacionadas. Esses gráficos nos ajudaram a visualizar o universo da pesquisa de uma maneira mais geral e legitimar as categorias que iremos identificar, segundo a análise do Conteúdo de Bardin.

Para Camargo e Justo (2018), as respostas abertas de um questionário deve compor um corpus de respostas para garantir que estejam tratando do mesmo tema. Se isso não acontecer – as questões estejam relacionadas a outros temas – faz-se necessário realizar uma análise para cada questão.

SEÇÃO 4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, apresentam-se as análises das categorias, nos baseando no referencial teórico adotado e no objetivo geral proposto. Buscou-se entender por meios das respostas dos educadores no questionário, quais eram suas compreensões sobre as dificuldades e facilidades de alunos beneficiários do PBF com relação ao acesso e permanência na escola, e como a situação de pobreza estava interferindo, ou não, nas práticas escolares.

Retomando o objetivo geral: analisar as concepções de educadores paulistas (diretores, coordenadores, docentes) sobre educação, pobreza e desigualdade social, acrescido pelo entendimento do Programa Bolsa Família (PBF) modificar, ou não, a vida escolar dos beneficiários; e a hipótese desta dissertação: as concepções de educadores, em geral, pouco se diferenciam, isto é, compartilham de ideias e opiniões parecidas, visto que a pobreza e a desigualdade social não são assuntos debatidos no âmbito pedagógico em busca de amenizar a falta de oportunidades, tendo como consequência uma invisibilidade de alunos com dificuldade de terminar o seu trajeto escolar. Buscou-se apresentar os dados sistematizados e suas análises:

4.1. POBREZA, DESIGUALDADE SOCIAL E AS PRÁTICAS DE EDUCADORES

Como já foi dito, educadores (que não eram cursistas) responderam a um questionário, para ajudar na realização de uma tarefa de educadores cursistas, durante o curso EPDS. Para dividir as respostas em categorias, utilizamos os autores Camargo e Justo (2018), e a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que é um método que tem por objetivo reagrupar as linhas em função de sua similaridade entre si e a partir das análises o *software* organiza os dados em um dendrograma que ilustra as relações entre as classes. O instrumento metodológico foi o IRaMuTeQ.

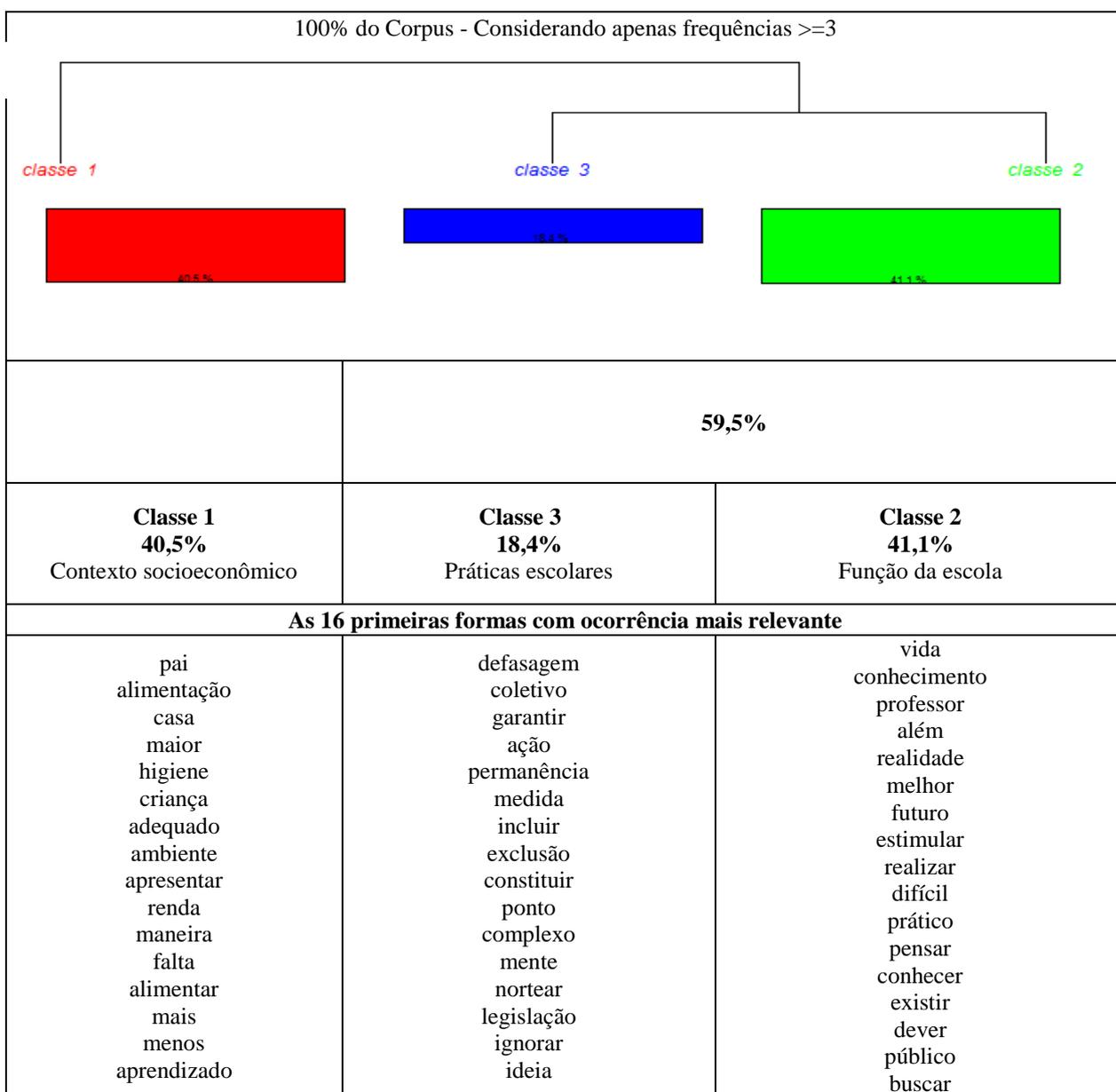
Segundo Carmargo e Justos (2018) a leitura do dendrograma (na forma que vamos apresentar aqui) é feita de cima para baixo conforme a relação entre as classes; são indicadas as formas ativas (palavras) contidas nos segmentos de textos associados a cada classe.

O software divide a amostra em dois grupos, destes dois grupos surgem três classes em cada um delas e dentro destes subgrupos podemos perceber que ele aproxima

ainda mais os vocábulos entre as classes, tornando clara a afinidade entre elas. A classificação (CHD) para quando as classes se mostram estáveis, ou seja, compostas por segmentos de texto com vocabulário semelhante.

A figura abaixo representa o dendrograma gerado pelo *software*, para definir as categorias de análise da questão A:

Figura 7- Dendrograma da CHD (classificação Hierárquica Descendente) do corpus questão A



Fonte: Elaboração da pesquisadora

Sendo assim a partir das classes geradas pelo software, isto é, pelos dendrogramas surgiu as categorias resultantes, que foram definidas pelo pesquisador, do processamento automático de cada corpus, como vemos no quadro 5:

Quadro 5 - Denominações utilizadas para indicar as categorias do corpus da questão A

Classes do dendrograma gerado pelo software IRaMuTeQ - Figura 7	Categorias definidas pelo pesquisador
Classe 1	1) Contexto socioeconômico: pobreza, ensino e aprendizagem
Classe 2	2) A função da escola na situação da pobreza
Classe 3	3) Práticas escolares e a humanização da escola

Fonte: Elaboração da pesquisadora

Na questão (A): Como a pobreza e a desigualdade social refletem nas práticas escolares de educadores? De acordo com o quadro 5 é possível observar, a partir das respostas, três categorias de análises: 1) Contexto socioeconômico: pobreza, ensino e aprendizagem; 2) A função da escola na situação de pobreza; e, 3) Práticas escolares e a humanização da escola. As respostas dos participantes foram divididas por funções que exerciam na escola.

4.1.1. Contexto socioeconômico: pobreza, ensino e aprendizagem

Segundo Riscal (2019), a pobreza é uma construção social que supera a concepção tradicional que a naturaliza. O termo pobreza pode ter uma variedade de significados com diferentes conotações que suscitou ao longo da história. Ela diz que a pobreza não existe como uma condição absoluta, pois a concepção de pobreza é uma representação que fazemos da realidade, ou seja, “sua objetividade depende da cultura, da constituição social e do momento histórico a que nos referimos” (p.13).

As concepções de pobreza estão ligadas a algo negativo, remetendo a falta ou carência. Riscal (2019) mostra em seu texto a concepção de pobreza em diferentes períodos da história e que o termo pobreza como conhecemos hoje pode ser percebido a partir da ascensão da classe burguesa e que resulta num processo de empobrecimento Global. No capitalismo a pobreza se torna mais evidente ainda, pois é necessária uma massa desempregada para a estrutura capitalista.

Mas, acima de tudo, pretendemos mostrar que, por não se tratar de uma fatalidade histórica ou de um fenômeno atemporal, a pobreza pode ser combatida e erradicada (RISCAL, 2019, p.33).

É indiscutível o potencial da educação para com o desenvolvimento social dos sujeitos, assim, educação, pobreza e desigualdades sociais são questões interligadas e de contínua discussão na sociedade, em todos os níveis, ou mesmo, em qualquer governo partidário.

Neste sentido, ao ouvir e analisar o que os educadores participantes entendiam sobre o assunto, levamos em conta que atualizações curriculares e engajamento social são fundamentais para colaborar, efetivamente, com a melhoria das condições e qualidade de vida dos estudantes. Práticas educacionais tradicionais e rígidas desconsideram a diversidade socioeconômica e cultural dos alunos bem como as especificidades do contexto familiar.

Foi possível verificar, em suas respostas, que a situação social e econômica das famílias dos alunos interfere em suas vidas escolares, uma vez que muitos vão à escola sem se alimentar, sem cuidados, higiene etc.:

Em classes menos favorecidas a baixa renda familiar tem como consequência uma alimentação inadequada e moradia precária **sem condições de descansos ou ambientes adequados para o estudo** (Resposta do Coordenador Pedagógico A, grifos nossos).

A falta de alimentação adequada que vem a interferir no desenvolvimento do aluno, **podendo causar atrasos em sua aprendizagem** (Resposta do Coordenador Pedagógico B, grifos nossos).

Essas questões **afetam diretamente a aprendizagem do aluno que carece de necessidades básicas**. A falta de alimentação, cuidados médicos, moradia, afetam o aluno (Resposta do Diretor A, grifos nossos).

Refletem diretamente no rendimento do aluno em sala de aula, uma vez que antes de iniciar a parte pedagógica, é necessário o cuidar, tanto na higiene, como alimentação, os alunos vêm para a escola da maneira que acordam, **não tem nenhum tipo de cuidado dos pais antes que chegar à escola** (Resposta do Professor de Educação Infantil A, grifos nossos).

Alimentação precária influencia no desenvolvimento da aprendizagem. Falta de acesso a cultura (Resposta do Professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental B, grifos nossos).

Diretamente. **Crianças pobres, por mais dedicados que sejam, estão em desvantagem** têm menos acesso a informação e cultura, há menos estímulos, má nutrição, estão mais suscetíveis a algumas doenças, portanto **é natural que aprendam menos** que as outras mais privilegiadas (Resposta do Professor dos Anos Finais do Ensino Fundamental A, grifos nossos).

Hoje, é comum a mídia divulgar e acentuar uma preocupação exacerbada com a questão da alimentação e a preocupação com os aspectos físicos como: obesidade, desnutrição, colesterol e outros, mas já existem pesquisas científicas que comprovam que a alimentação pode nos beneficiar, ou não, também em outros aspectos, como: ansiedade, depressão, atenção e déficit de aprendizagem.

A alimentação tem sido alvo de investigações em diferentes áreas do conhecimento e os resultados sempre concluem que sua ausência influencia em diversas áreas da vida humana. A qualidade da alimentação de um público alvo está atrelada à condição de vida, que por sua vez está condicionada a questão econômica, por isso sofre variações de região para região, com o fator relevante do aspecto cultural.

Segundo Custódio (2019), o sucesso de qualquer atividade educacional depende de ir além dos muros da escola, isto é, segundo as suas pesquisas o consumo exagerado de gorduras trans pode comprometer o desempenho cerebral, déficit de atenção e ansiedade que são comuns em sala de aula. A autora (2019), também afirma que a falta de proteínas prejudica a produção de dopamina e adrenalina e, conseqüente falta de energia e diminuição no estado de alerta, o que provavelmente justifique o desinteresse observado pelos professores.

Além da ausência de alimentação e/ou maus hábitos alimentares que prejudicam a saúde dos alunos, a baixa escolaridade de seus familiares – que, por vezes, não têm condições de orientar seus filhos e/ou o pouco convívio familiar –, é levantado pelos participantes da pesquisa, como um problema – essas dificuldades acabam interferindo no rendimento da aprendizagem escolar:

Devido à situação econômica crítica de muitas famílias muito de nossos alunos não possuem acesso a informações, **os familiares possuem baixo nível de escolaridade, não podendo nossos alunos contar com orientações e nem estímulos para seus estudos** (Resposta do Coordenador Pedagógico L, grifos nossos).

Os pais também não tem um tempo maior para se dedicarem aos filhos, pois muitas vezes só a mãe trabalha na casa e esse aluno fica só ou acompanhado de irmãos (Resposta do Diretor C, grifos nossos).

A pobreza dentro da sala de aula é percebida pela falta de capital cultural e escolaridade dos responsáveis. Normalmente, a criança pobre, vem de uma família de analfabetos ou analfabetos funcionais. Percebo também casos de **falta higiene e comprometimento no convívio com as outras crianças** (Resposta do Professor de Educação Infantil D, grifos nossos).

A desestruturação familiar é um agravante e os alunos tem apresentado muita carência afetiva, pois desde pequenos são deixados em creches distanciando do convívio familiar, pois **a maioria das vezes a mãe também precisa trabalhar para ajudar nas despesas da casa** (Resposta do Professor de Educação Infantil A, grifos nossos).

Segundo Rocha (2003) a desigualdade de renda reflete nas desigualdades de escolaridade, que são transmitidas dos pais para os filhos, mesmo que a pobreza seja um fenômeno complexo, ela ainda está associada ao baixo nível de escolaridade. Para a autora, a redução da pobreza e da desigualdade passa pela democratização do ensino de qualidade, capaz de instrumentalizar o jovem para o mercado de trabalho, se justifica na melhoria do nível de escolaridade com o objetivo de política pública. “o desafio consiste em fazer que a escola recupere o seu papel fundamental de mecanismo de mobilidade social, o que depende do provimento de ensino público de qualidade”. (ROCHA, 2003, p.185)

Rocha (2003) evidencia que devido às características do ciclo familiar, início dos pais no mercado de trabalho, nascimentos dos filhos, as crianças são mais vulneráveis a pobreza, naturalmente, a baixa renda combina-se com a fragilidade física e total dependência das crianças em relação aos adultos da família.

É, portanto, prioritária a focalização de políticas antipobreza em famílias de baixa renda com crianças em idade pré-escolar, sejam essas políticas de transferência direta de renda, sejam baseadas em outros mecanismos assistenciais centrados no eixo alimentação-higiene-saúde. (ROCHA, 2003, p.188).

Outro ponto que destacamos nas respostas foi à importância da escola na alimentação das crianças, já que muitas têm sua única refeição na escola. Em alguns casos o irmão mais velho tem que ajudar a cuidar do mais novo, ou até mesmo ajudar nos afazeres de casa, também a questão da falta de condição das famílias que geram problemas de saúde e por conta de tudo isso as crianças acabam tendo excessos de faltas na escola e conseqüentemente à evasão escolar. Muitas vezes pelas condições de vida as famílias acabam não priorizando os estudos.

Crianças que têm suas únicas refeições na escola. Temos reponsabilidades pelos cuidados e higiene que não acontecem em casa e assim por diante (Resposta do Coordenador Pedagógico L, grifos nossos).

Sou professora de educação infantil, leciono para os pequenos, sendo estes dentro desta faixa etária, crianças que ainda não perceberam a real dimensão de tudo isso, porém, os pais deixam transparecer nos diálogos diários que tenho com eles na porta da sala, a vida difícil que levam, e a luta para que o filho venha pra escola, **onde em muitas vezes, para se alimentar a priori** (Resposta do Professor de Educação Infantil D, grifos nossos).

Em respostas ao questionário, alguns educadores participantes manifestam a preocupação de que a escola é um local único para oferecer refeições, pois muitos alunos vão para escola sem se alimentar, devido à situação de pobreza:

É triste presenciarmos crianças que encontram na escola um local para comer, pois em casa não há o que comer (Resposta do Professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental C, grifos nossos).

Além da educação formal, nossa escola fornece gratuitamente três refeições para todos os alunos, visto que esses não têm condições de adquiri-las num estabelecimento comercial (Resposta do Coordenador Pedagógico C, grifos nossos).

Na alimentação: **muitas crianças vêm para escola sem se alimentar direito pela precariedade/pobreza e isso reflete em todo o desenvolvimento delas: cognitivo, físico, acesso à informação**: é difícil fazê-los compreender que a informação, o saber científico é uma forma de conscientização que colabora para mudança da realidade de todos a sua volta: família, comunidade, nelas próprias e que a educação proporciona escolhas (Resposta do Coordenador Pedagógico L, grifos nossos).

Para a Lavinás (2002), a pobreza é uma construção social relacional, assim, dar assistência aos pobres torna-se um fator de equilíbrio e coesão social, é como um mecanismo de proteção da própria sociedade. Uma injustiça, pois é um mecanismo limitado que não promove a igualdade de oportunidades, mas garante ligações sociais – pois sua extrusão desestruturaria a social existente.

Isso explica por que tradicionalmente as políticas assistenciais de combate à pobreza adotam distintos níveis de patamares mínimos, onde o que está em jogo é a definição ótima desse mínimo necessário à manutenção dessa relação em condições aceitáveis, pois conceder mais do que o mínimo seria ética e moralmente indesejável, indo além do que implica o dever de assistir (LAVINAS, 2002, p. 34).

Além da questão da fome ou da falta de alimentação adequada, os educadores pontuaram suas concepções de como a pobreza e as desigualdades sociais são refletidas na escolaridade dos alunos:

A pobreza e a desigualdade refletem de que maneira: elas **deixam cicatrizes terríveis na vida das pessoas**. Repito: a frequência passa a

ser baixa, sonhos, metas, objetivos são abandonados. Por quê? Porque é necessário trabalhar para o sustento da família. Isso **acarreta abandono dos estudos, pessoas analfabetas [...]** (Resposta do Professor dos Anos Iniciais, do Ensino Fundamental E, grifos nossos).

Acredito que **famílias e crianças que passam por privações materiais (pobreza) e vivem em situação de pobreza não veem a escola e os estudos como prioridade e podem não ter bom desempenho, já que as prioridades passam a ser condições de sobrevivência** (comida, água tratada, local para morar, etc.). O que não significa que todos os alunos pobres terão pior desempenho... [...] Porém **não podemos negar que as oportunidades não são as mesmas entre ricos e pobres.** (Resposta do Professor dos Anos Iniciais, do Ensino Fundamental C, grifos nossos).

A **pobreza traz uma carga pesada no desenvolvimento cognitivo do aluno e em sua interação com os profissionais da escola.** Os problemas relacionados aos alunos mais pobres **carregam a falta de perspectiva dos pais desses alunos com os filhos, um histórico de violência na família, à falta de alimentação adequada, a indisciplina, a evasão escolar,** enfim, essas são apenas algumas das dificuldades de muitas que chegam até a sala de aula (Resposta do Professor dos Anos Finais do Ensino Fundamental D, grifos nossos).

A pobreza e a desigualdade social refletem sim no ambiente escolar como um todo, pois uma criança de 4 a 10 anos precisa ter garantido os preceitos básicos como alimentação adequada e higiene para assim ter a tranquilidade respeitada e favorecida para um universo letrado de aprendizagem, **a partir do momento que uma criança de 7 anos tem que fazer a comida e cuidar dos irmãos menores sua mente não estará focada no que é necessário, concluindo então que a aprendizagem se torna prejudicada** (Resposta do Professor da Educação de Jovens e Adultos B, grifos nossos).

Segundo Pinzani e Rego (2013) as instituições escolares frequentemente são incapazes e impossibilitadas de lidarem com as dificuldades das famílias e dos educandos e, muitas vezes, crianças são culpabilizadas pelos resultados insatisfatórios do processo de aprendizagem.

Em várias respostas dos participantes percebe-se certo preconceito com relação à pobreza. Por vezes, as famílias em situações de pobreza acumulam vulnerabilidades e, também, incidência no sucesso do estudante na vida escolar. Mas, somente um educador aponta para a importância da permanência desses alunos na escola (mesmo com a urgência do básico para sobreviver), ele compreende que existe um impacto subjetivo que tais famílias atribuem quando conseguem manter os filhos na escola.

Hoje se percebe, claramente, que as famílias se constituem de maneiras diferentes, não apenas com o padrão da família nuclear (pai, mãe e filhos), isto é, encontram-se famílias de todo o tipo, como: aquelas chefiadas pelas mães; ou somente

pelos pais; formadas com a presença de padrastos e madrastas; meio-irmãos; crianças e jovens criados pelos avós, tios etc. Isso tem modificado a forma de como as crianças e jovens são educados e de como eles são inseridos na escola.

A busca por melhores condições de vida, ao direito à educação e ao trabalho representa para muitas famílias a sobrevivência diária de sujeitos que possuem empregos com baixa remuneração, ou trabalham por tempo determinado em algum local sem ter garantia de continuidade (emprego fixo), em condições precárias, se sujeitando a pouca remuneração, por não terem qualificação para ser admitido no mercado de trabalho especializado.

Verifica-se, também, que famílias residentes em locais diferenciados, como na zona rural, passam por situações diversas, com condições difíceis de sobrevivência, dependendo apenas de extrativismo ou de pequenas culturas sem condições econômicas favoráveis. Da mesma forma, aquelas que vivem na zona urbana, também, sobrevivem com dificuldades imensas, morando em comunidades – denominadas favelas – sem saneamento básico, com alocações desordenadas, sem segurança etc.

Famílias que migram de outros estados com a esperança de encontrar melhores condições de vida, de trabalho, saúde e educação; e acabam, muitas vezes, desempregados ou sobrevivendo em condições sub-humanas, sem poder retornar ao local de origem.

Na maior parte, são essas famílias que acreditam na educação, esperam que a conclusão da escolaridade e o diploma da Educação Básica melhore o futuro de seus filhos, para que estes possam resistir à pobreza. Infelizmente, esta convicção torna-se uma falácia, pois, segundo Fonseca e Conceição (2012, p. 4), “[...] não basta incluir [...], é importante garantir a permanência na escola, que não se restringe a educação como a única solução para terminar/amenizar a desigualdade social”.

Isso não significa que Políticas Públicas, como o Programa Bolsa Família não produza resultados como afirma Weissheimer (2006, p. 11): “[...] seus resultados já mostram o impacto que políticas públicas de distribuição de renda podem ter na vida diária da população mais pobre”. Essas famílias começam a usufruir de algumas condições de melhora de suas situações econômicas, além da obrigatoriedade da frequência de seus filhos na escola. Mas, ainda há um longo caminho a percorrer na questão da igualdade real de inclusão, e talvez o acesso à escola para essas crianças e jovens que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza ainda não seja o suficiente, mas várias conquistas foram alcançadas.

Mesmo com todos os pesares e as difíceis lutas pela sobrevivência, outros olhares estão se formando quando essas famílias levam seus filhos para frequentarem a escola, isto é, ela não serve somente para colocá-los no mercado de trabalho, mas para que estes possam viver com dignidade e se sentirem no direito de frequentá-la.

Para Pinzani e Rego (2013) um dos aspectos mais afetados pela desigualdade e que contribuiu para perpetuá-la é a educação, os resultados escolares são influenciados pela posição social dos pais, crianças de famílias pobres não vivem em um ambiente favorável a suas atividades de estudo.

Muitos discentes precisam deixar a escola para trabalhar e assim contribuir com a renda familiar, eles lidam com situações domésticas que são obstáculos para os estudos como falta de um local adequado para o estudo, ausência de livros, acesso à internet, muitos tem obrigações em casa além de muitas vezes precisar cuidar dos irmãos, e na maioria dos casos não recebem apoio adequado dos pais, pois possuem baixa escolaridade, ou nula, não sendo capazes de apoiar seus filhos em seus deveres escolares.

Nada disso trata-se, efetivamente, de mérito individual. Crianças inteligentes e aplicadas podem, com efeito, encontrar obstáculos insuperáveis na péssima qualidade do ensino recebido ou em um ambiente doméstico desfavorável (PINZANI e REGO, 2013, p.25).

Para os autores (2013), resultados fracos não são reflexos de falta de inteligência ou de esforço por falta dos estudantes e, sim, a ausência de circunstâncias favoráveis à aprendizagem.

Como vimos em algumas respostas à escolaridade dos familiares está ligada com a de seus filhos, desse modo às autoras Longo e Vieira (2017) afirmam que uma população mais escolarizada favorece melhores condições de vida, uma vez que faz melhor uso das informações, exercendo poder de crítica e contribuindo para o desenvolvimento da sociedade, porém, o acesso à educação não depende só do indivíduo ou dos esforços de suas famílias.

Podemos supor que as políticas voltadas para a ampliação do acesso e da permanência dos estudantes no sistema escolar são mecanismos que contribuem para o aumento da escolaridade. Sendo as políticas educacionais um instrumento do Estado, as mesmas são delineadas de acordo com a conjuntura política do país (LONGO e VIEIRA, 2017, p.1056).

Podemos identificar por meio das respostas dos participantes que o contexto socioeconômico acaba afetando diretamente a escolaridade das crianças por falta de alimentação adequada – muitas crianças precisam da escola para se alimentar – falta de higiene, por conta de moradias precárias que afetam também a saúde. Altos índices de falta que acabam gerando evasão escolar que estão vinculadas as questões de renda familiar, muitas crianças deixam de frequentar a escola, pois precisam ajudar em casa, trabalhando ou mesmo cuidando dos irmãos mais novos.

4.1.2. A função da escola na situação de pobreza

Segundo Crahay (2000), as políticas educacionais são influenciadas pela perspectiva da igualdade de oportunidade e de conhecimento. Apesar de ser comprovado que todos possuem capacidade de aprendizagem (conforme seu ritmo) e com ajuda de metodologias diferenciadas, o grande problema encontrado na educação, por vezes, é tratar os desiguais como iguais. Isso significa que os que estão em situação desiguais, como o caso de estudantes em condição de pobreza, não podem ser tratados igualmente aos demais, do contrário, negamos o direito à educação.

O princípio da equidade encontra-se justamente no tratamento diferenciado para os desiguais, isto é, oportunizar ensino para todos, de forma igual, se constitui em refletir sobre como os sujeitos aprendem e que, além desse fator particular cognitivo também existe a questão socioeconômica, portanto, é estabelecer que haja individualidade quanto aos diferentes conhecimentos e às condições de acesso às linguagens de aprendizagem. Este destaque aparece nas respostas dos educadores participantes, de forma interessante:

O contexto atual assinala a emergência de realizar-se uma revisão da cultura escolar sob o viés da diversidade, ou seja, para **além do debate sobre a igualdade é preciso colocar em questão a diferença** (Resposta do Diretor C, grifos nossos).

A escola da atualidade necessita configurar-se **como espaço para as diferentes culturas na escola**. É preciso pensar políticas e práticas educativas que deem conta, efetivamente, da diversidade, **para que os coletivos historicamente vítimas das desigualdades sociais consigam se sentir pertencentes ao espaço escolar**, percebemos que não basta incluir, garantir o acesso, pois este ponto já foi vencido, agora é importante garantir a permanência na escola, que não se restringe à educação como a única solução para terminar/amenizar a desigualdade social (Resposta do Diretor D, grifos nossos).

A escola tem como propósito a aprendizagem e para isso necessita saber lidar com a diversidade de ordem econômica, social, cultural, ou

ao contrário estaremos perpetuando o acesso à escola sem acesso à educação. Está posto que se torna necessário repensar a escola de modo que esta constituísse em lócus de educação para todos, isso **implica repensar o seu papel diante dos desiguais**. Para tanto, possivelmente o primeiro passo seja **caracterizar estes desiguais, afinal não basta saber que a desigualdade existe e que está no interior da escola, é importante caracterizá-la, pensar quais são os seus interesses, saber qual é a sua classe social, a sua etnia, o gênero**. Ou seja, é fundamental sairmos da definição genérica que frequentemente acaba marginalizando os coletivos. **Os desiguais precisam ser vistos a partir de suas especificidades**. Ignorar o coletivo das vítimas de desigualdade e vê-lo apenas como destinatário das políticas termina empobrecendo a visão do Estado e as análises de suas políticas e instituições (Resposta do Diretor F).

Para eles, lidar com as diferenças não é aceitar as desigualdades sociais. A escola precisaria respeitar à cultura e às especificidades de seus alunos, desenvolvendo uma prática inclusiva e emancipadora. Haja vista que reconhecer a diversidade cultural e superar as desigualdades é função da escola, e a presença da cultura de alunos e da comunidade dentro dela – sendo respeitada e valorizada – contribui para formação de estudantes e não de objetos, cooperando para que o ensino e a aprendizagem aconteçam de forma significativa.

Segundo pesquisas de Guimarães-Iosif (2009), realizadas em escolas públicas que atendem populações em situações de pobreza e vulnerabilidade, muitos são os educadores que resistem ao ter que trabalhar com questões relacionadas ao social e econômico, mas a escola está associada à comunidade, faz parte e trabalha com sujeitos que vivem no local em que ela está inserida.

Assim, mesmo com educadores participantes respondendo que a escola deveria ter como função a superação das desigualdades, outros declaram que os familiares incomodam e vice-versa e, o pior, afirmam que esses familiares atribuem funções à escola que seriam deles, de educar seus filhos:

Refletem a partir da postura da família, muitas colocam a criança como um empecilho, como “uma boca” a mais dentro de casa, como um problema a ser solucionado, e tenta passar tal função para a escola. Outra situação corriqueira é o fato da família não possuir uma rotina em seu lar, não há horário para nada, ou seja, não se cria uma perspectiva para nada, e **a escola passa a ser mais um incômodo na vida dessa família** (Resposta do Coordenador Pedagógico B, grifos nossos).

A maioria dos pais não gosta de participar da vida escolar da criança; visualizam a escola como um lugar de deixar o filho; não acompanham o rendimento escolar da criança, não contribuem

adequadamente no que se diz a educação e deveres de casa, entre outros fatores que não colaboram nas praticas escolares, **dificultando ainda mais o trabalho do professor** (Resposta do Professor de Educação Infantil B, grifos nossos).

Famílias que precisam correr atrás do sustento e veem na escola uma tábua de salvação, e um lugar onde o filho vai ganhar comida e material e não conseguem se comprometer com a aprendizagem do filho, pois acreditam que esse papel é só da escola. **Crianças que veem a escola como o lugar onde podem almoçar e brincar, sendo protegidas e cuidadas por um adulto enquanto seus pais trabalham** (Resposta do Professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental E, grifos nossos).

A interdependência entre as condições sociais de origem das famílias e os vínculos que estabelecem com as escolas são importantes, assim como a necessidade de considerar a relação família-escola de maneira contextualizada, com suas condições históricas e socioculturais.

Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) a escola é quem deve se responsabilizar pela aprendizagem dos alunos, especialmente em face de problemas sociais que afetam os estabelecimentos de ensino.

Entre o arcabouço de teorias pedagógicas que definem a função da escola, encontra-se nas respostas dos educadores participantes uma visão de pedagogia do pessimismo, em que o sistema escolar é tido como manutenção da ordem social constituída, ou apenas como local em que os programas de transferência de renda são constituídos, sem ocorrer transformações.

Uma pedagogia do otimismo em que a escola é apresentada como remédio para os problemas sociais (violência, desemprego, marginalidade etc.), e a escolarização como tática de mobilidade social ou para o progresso do país. Mas, raramente uma pedagogia emancipadora, com propostas de práticas sociais e educativas, como: Pedagogia da Educação Popular, Pedagogia Social, Pedagogia do Campo, Pedagogia dos Movimentos Sociais, entre outras. Neste interim, o que se observou nas respostas desses educadores é uma mistura de pedagogia ora pessimista, ora otimista, mas poucos que indicaram uma educação emancipadora.

Alguns educadores participantes responderam sobre a importância da escola, que valoriza, estimula, possibilita mudanças em seus destinos, porém ela não é a única responsável por toda a mudança:

A pobreza e a desigualdade social geram nas pessoas uma sensação de incapacidade, de desconfiança na própria inteligência,

e isso influencia diretamente no meu trabalho. Fazer uma pessoa acreditar nela, na sua capacidade de mudança, de superação das adversidades, de crescimento pessoal é um dos maiores desafios que enfrento (Resposta do Diretor B, grifos nossos).

No dia-a-dia, como professora, procuro abordar questões que **valorizam o trabalho e a escola como possibilidades para ascensão social** (Resposta do Professor do Ensino Médio A, grifos nossos).

A educação escolar é a ferramenta que gera a cidadania, **sendo capaz de mudar destinos cruéis, o que realmente torna uma nação desenvolvida.** Mas não se pode exigir que a educação seja a grande responsável por tudo aquilo que as políticas públicas não fizeram: gerar condições de desenvolvimento pessoal pleno e em todos os sentidos. Assim, nota-se que **a educação é capaz sim de resolver as desigualdades sociais que existem em nosso país, mas não poderá arcar sozinha com o ônus que há anos está batendo à nossa porta** (Resposta do Coordenador do Programa Bolsa Família A, grifos nossos).

Outros educadores participantes responderam que a escola é fundamental para mudança da realidade dessas famílias, pois eles entendem que a instituição dá oportunidade de transformação em suas vidas. Porém, a falta de recursos e estrutura física afeta o trabalho do educador:

É preciso muito mais que a boa intenção dos educadores de mostrarem possibilidades. É preciso que elas existam de fato. A escola sozinha não é capaz de promover esta mudança, porém é fator fundamental para que ela ocorra (Resposta do Coordenador Pedagógico E, grifos nossos).

A maioria dessas pessoas só tem contato com os livros e outros bens culturais quando vão para escola e veem nela a oportunidade de mudar as suas condições de vida. No entanto, muitas vezes quando chegam à escola **se deparam com um ambiente com falta de recursos que comprometem a infraestrutura e o trabalho educacional** (Resposta do Coordenador Pedagógico D, grifos nossos).

[...] procuro sempre inserir em minhas aulas questões relacionadas à saúde, higiene e discussões sobre direitos e deveres do cidadão, pois o acesso já é muito difícil, então **a escola tem a obrigação de orientar e encaminhar esses pequenos cidadãos** (Resposta do Professor da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental A, grifos nossos).

Assim, como ausência de material escolar, dificulta o ensino e a aprendizagem:

Eu sou professora na rede pública, **então a estrutura física das escolas em bairro carentes, prejudica o ensino, por algumas vezes faltar materiais que são importantes para o aprendizado** (Resposta do Professor de Educação Infantil A, grifos nossos).

Motivar significa predispor o estudante para certo comportamento desejável naquele momento. O aluno está motivado para aprender quando está disposto a iniciar e continuar o processo de aprendizagem, quando está interessado em aprender e obter conhecimentos, em resolver problemas, etc. A educação formal possui uma complexa trama que, que estabelece relação entre Estado e sociedade, ela abarca uma quádrupla perspectiva – educativa, econômica, cultural e política – e carrega mecanismos específicos de discriminação que atuam na relação entre a pobreza e a educação.

Os estudos que tratam os mecanismos de discriminação de gênero, raça, cor e classe social colaboram para análises nas relações entre a educação formal e a situação de pobreza. Quando se percebe estes mecanismos de discriminação, também fica claro porque não acontecem mudanças profundas quanto ao formato escolar.

A função social da instituição escolar é de informar e formar sujeitos que tenham capacidade de compreender as diferentes relações das mais diversas situações de convivência social, uma vez que ela se constitui como um local privilegiado de mediação de conhecimentos sistematizados.

4.1.3. Práticas escolares e a humanização da escola

Com relação às práticas escolares, os educadores participantes afirmaram que é preciso adequar o conteúdo da sala de aula com a realidade dos alunos, pois a pobreza e a desigualdade social interferem na escolha dos temas, sendo assim é preciso que as atividades sejam diferenciadas, adequando o currículo de acordo com a realidade dos alunos.

O principal ponto de tensão é ver se cada turma está disposta a interpretar isso de modo crítico e criativo a partir do que a disciplina pode oferecer de positivo. **Obviamente isso nem sempre acontece facilmente e muitas vezes nem chega acontecer. Acredito que combater uma situação tão complexa como essa, só seria possível se tivéssemos um trabalho coletivo pedagógico e uma definição mínima de pontos e metas incomuns** (Resposta do Professor do Ensino Médio B, grifos nossos).

O principal reflexo é nos exemplos que utilizo, pois procuro sempre que possível, **relacionar os conteúdos com a realidade e desnaturalizar muitas questões, entre elas a pobreza**. É preciso, contudo, muito cuidado para não ofender as pessoas e ao mesmo tempo incentivá-las a pensar sobre sua condição ou a condição dos colegas de classe, **sem parecer preconceituoso** (Resposta do Professor do Ensino Médio D, grifos nossos).

É necessário, em alguns momentos, realizar a adequação do currículo escolar para atender as demandas vindas das crianças que se encontram nessas condições, essas tem carências de conhecimento, competência, hábitos, valores, etc. **Sendo necessárias as adaptações para suprir o mínimo que seja dessas carências** (Resposta do Coordenador Pedagógico B, grifos nossos).

Pensando na Educação como meio de mudança da realidade **procuro buscar novas práticas que valorizem os alunos e que estimulem sua aprendizagem, colaborando para que todos tenham iguais direitos e que a aprendizagem seja realmente significativa**. Porém, ainda é necessário que haja um enfrentamento político em relação à desigualdade social, em busca de uma sociedade mais justa (Resposta do Diretor A, grifos nossos).

Nas minhas práticas tenho que usar atividades diferenciadas para atingir as diversas dificuldades apresentadas pelos alunos. Por exemplo, em uma lista de frutas feita pelos alunos, se um aluno em uma situação mais favorável cita frutas como caju ou graviola, nem todo mundo sabe o que é. (Resposta do Professor de Educação Infantil A, grifos nossos).

Quando nos deparamos com tantas informações e questões relacionadas ao tema, nos propomos ampliar nossa visão e pensamentos, **modificando algumas práticas, ampliando outras e nos preparando para solucionar a medida do possível as inúmeras situações que aparecem ao longo da nossa trajetória como formadores e que são fundamentais para o desenvolvimento do aluno** (Resposta do Professor de Educação Infantil C, grifos nossos).

Nos estudos desenvolvidos por Connell (2002), existem laços entre justiça social e currículo escolar. Para a autora australiana, os programas compensatórios possuem três pressupostos problemáticos: esse problema afeta somente alunos pobres; o estudante pobre é diferente da maioria; e, a resolução do problema deve ser por meio da técnica.

Desta forma, verificou-se também entre os educadores participantes esta concepção de que os problemas educacionais relacionados à pobreza têm o foco apenas nos educandos e nas suas famílias, isto é, houve total ausência de avaliar o sistema escolar e/ou o sistema capitalista como um todo.

Este é um erro recorrente de educadores que não reveem a forma como um currículo é construído e os interesses daqueles que o concebe, e isto, tem mantido a educação longe de obter um currículo justo. Os programas escolares, geralmente, perpetuam princípios universalistas, com ênfase em política pública educacional que atenda o planejamento esperado por governos e partidos políticos.

Segundo Leite (2014) colocar os sujeitos no centro do processo educativo consiste em organizar tempos e espaços, agrupamentos e conteúdos escolares, é mudar o lugar dos educando na dinâmica do trabalho e transformar a vida da escola entendendo-a como um espaço de cultura. Isso exige uma nova forma de pensar o processo de aprendizagem vinculando-o com o processo de formação do sujeito. Quando se compreende que o aprendizado envolve além de aspectos cognitivos, mas também experiências culturais e sociais, as dificuldades de aprendizagem podem ser amenizadas.

Foram colocadas pelos educadores participantes algumas questões que interferem em suas práticas escolares:

Defasagem de aprendizagem; falta de interesse; alunos com fome (Resposta do Professor do Ensino Médio D).

Nas minhas práticas escolares a pobreza e a desigualdade social **refletem nas dificuldades de aprendizagem dos alunos dentro da escola**, muitas vezes gerado por falta de recursos como alimentação inadequada, saúde e comprometimento da família (Resposta do Coordenador Pedagógico E, grifos nossos).

Refletem de forma negativa, pois propicia vulnerabilidade social, evasões escolares, defasagens de aprendizagem, negligencia o direito fundamental à educação e ao pleno desenvolvimento dos alunos (Resposta do Professor dos Anos Finais do Ensino Fundamental F, grifos nossos).

A pobreza e a desigualdade social refletem muito nas práticas escolares. Na maioria das vezes **alunos com essas condições possuem mais dificuldades na aprendizagem e na socialização e convívio com os demais, possuem menos bagagem cultural, atribuem menor valor à educação** (Resposta do Professor de Educação Infantil D, grifos nossos).

Segundo Pinzani e Rego (2014), o sujeito pobre acaba não tendo voz, não se expressando com relação às suas necessidades, pois a pobreza mantém o sujeito no mundo dos “incapacitados”. Ao retirar-lhe o direito de formação e de exercer sua própria voz, o sujeito em situação de pobreza perde o direito de ser ouvido, ou respeitado. Por vezes, são vistos como alguém na condição de “assistidos” e não como sujeitos de vontade própria.

Apenas um educador colocou no questionário, que apesar dos alunos apresentarem dificuldades, eles se esforçam muito:

Em minhas práticas pedagógicas, percebo que mesmo diante às dificuldades os alunos se esforçam e se destacam (Resposta do Professor do Ensino Médio F).

Ao reconhecer as questões de pobreza e desigualdades sociais, o educador percebe as práticas pedagógicas e a gestão educacional com outra visão, isto é, de forma mais consciente de como deve lidar com estudantes em situação de pobreza, de como compreender melhor as vivências da pobreza, e de como pode ajudar nas precariedades e/ou dificuldades que demandam às práticas escolares para esses alunos.

Outra vez apareceu a questão de falta de recursos e, principalmente do comprometimento dos familiares, como pontos que dificultam as práticas escolares desses educadores participantes:

Nas práticas escolares temos como princípio a igualdade. A influência desses fatores caracteriza a adequação da escola com a realidade da comunidade. **Às vezes alguns trabalhos são prejudicados pela falta de recursos, não só da escola como do ambiente familiar** (Resposta do Coordenador Pedagógico C, grifos nossos).

As práticas escolares ficam muito comprometidas especialmente pela falta total de apoio das famílias. Faltam recursos para a qualificação do processo pedagógico e **não se pode contar com os pais também nesse sentido** (Resposta do Diretor A, grifos nossos).

O desenvolvimento dos alunos seria mais adequado se houvesse maior participação e responsabilidade também das famílias na escola e não somente dos alunos. Não generalizando, mas as **famílias esperam que alguém faça o papel dela**, professores, escola ou governo e infelizmente deixam de beneficiar com seu apoio, a própria criança (Resposta do Professor de Educação Infantil B, grifos nossos).

É importante que a escola tenha sensibilidade de revelar sua forma organizacional e nortear o processo educativo na forma de refletir o conhecimento pensando na realidade local do estudante, que é fruto do meio social e faz parte da história. Outras respostas consistiram em afirmar que suas práticas devem garantir os direitos de seus alunos:

Como educador, tenho sempre em mente a legislação que garante os direitos das famílias dos alunos. **Essa ideia é que norteia minhas atitudes e direcionamentos pedagógicos** (Resposta do Coordenador Pedagógico F, grifos nossos).

Procuro atuar da seguinte forma: não tratar a educação apenas como transmissora de conteúdos, tendo como foco o desenvolvimento do aluno, **fazer com que o aluno entenda que o conhecimento não acontece apenas na escola**, o aluno deve ser ponto central do processo ensino – aprendizagem (Resposta do Professor dos Anos Finais do Ensino Fundamental G, grifos nossos).

Segundo Mendonça, (2014) quando uma sociedade considera a pobreza e as injustiças sociais como situações naturais, ela está afirmando que a cultura de direitos nunca se fez presente. É preciso ter cuidado e perceber que a naturalização acaba favorecendo a aceitação e apatia social. A ausência de direitos como trabalho, educação, saúde, moradia e alimentação cria sérios impedimentos ao exercício de direitos humanos fundamentais, aumentando desse modo a desigualdade social.

Para Arroyo (2014) é fundamental reconhecer a pobreza e as desigualdades, pois isso significa levar em conta que os pobres nas escolas brasileiras trazem reflexões tanto para prática pedagógica como para gestão educacional. Portanto é importante saber que nas escolas tem meninos e meninas pobres, mas, além disso, “questionar quais exigências essas vivências da pobreza da precariedade material extrema, demandam de nossas práticas” (p.7).

Para Bzuneck (2009), um estudante motivado tem impulso interno que o leva para uma ação, sendo o seu fazer, o motivo e a satisfação em atender as suas necessidades. A motivação é importante no processo de ensino e de aprendizagem em sala de aula, visto que um discente desmotivado apresenta desempenho abaixo de suas reais potencialidades, isto é, não participam da aula; estudam pouco; distrai-se facilmente etc.

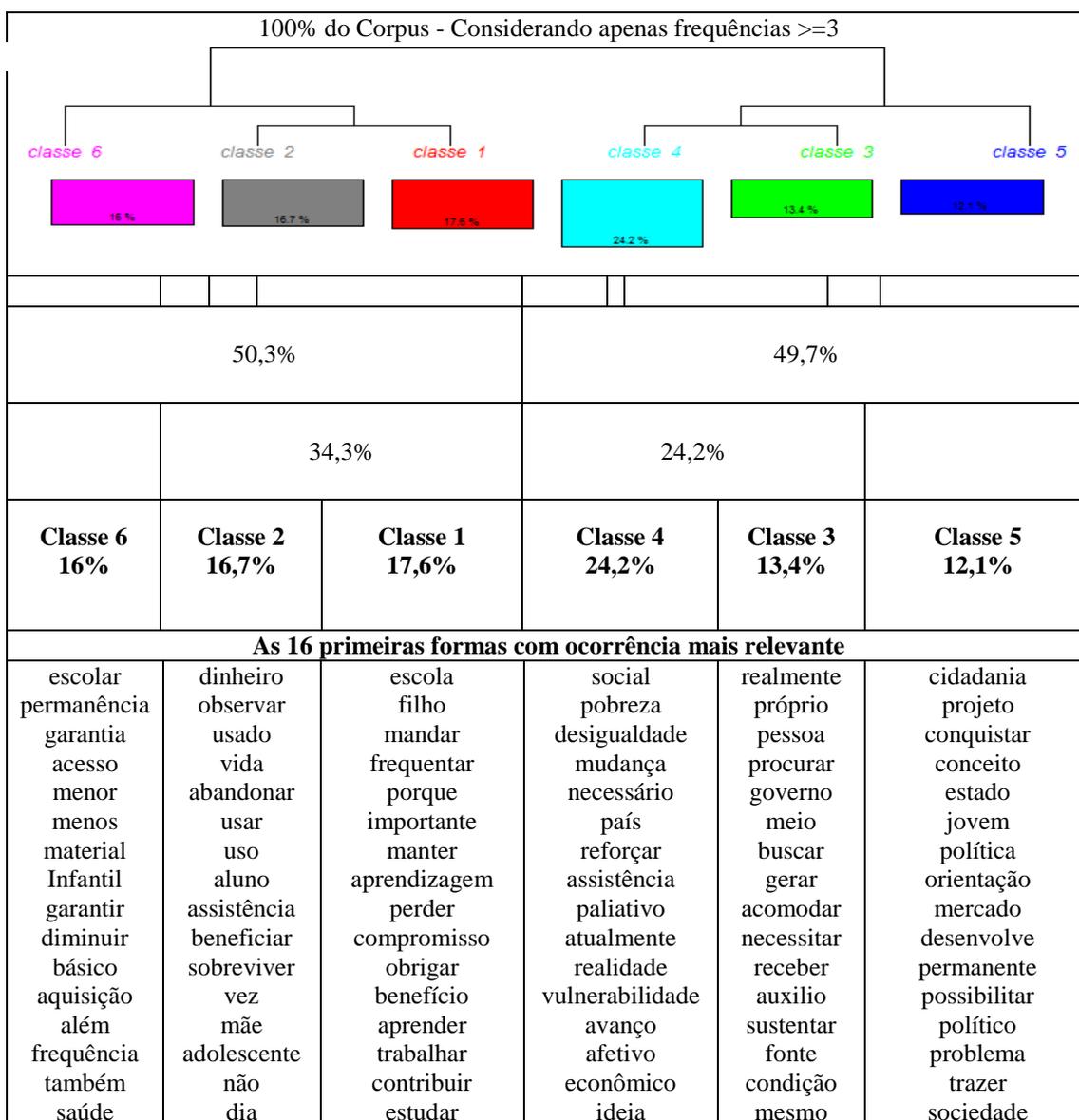
Ao contrário, um aluno motivado mostra-se envolvido de forma ativa no processo de aprendizagem, com esforço, persistência e até entusiasmo na realização das tarefas, desenvolvendo habilidades e superando desafios. O primeiro passo é identificar os obstáculos encontrados por esses alunos e profissionais para relacionar pobreza e educação. Cabe a todo educador, propiciar condições para estudantes desinteressados tornem-se aprendizes, isso requer proporcionar um ambiente que sustente a curiosidade e a autonomia intelectual de cada sujeito.

4.2. PBF E A TRAJETÓRIA ESCOLAR DOS BENEFICIÁRIOS

Assim como foi realizado o uso do software IRaMuTeQ para definir as categorias da questão A o mesmo procedimento foi feito para as categorias da questão B.

A figura abaixo representa o dendrograma gerado pelo *software*, para definir as categorias de análise da questão B:

Figura 8- Dendrograma da CHD (classificação Hierárquica Descendente) do corpus questão B



Fonte: Elaboração da pesquisadora

Sendo assim a partir das classes geradas pelo software, surgiu as categorias resultantes, que foram definidas pelo pesquisador, como vemos no quadro 6:

Quadro 6 - Denominações utilizadas para indicar as categorias do corpus da questão B

Classes do dendrograma gerado pelo software IRaMuTeQ - Figura 8	Categorias definidas pelo pesquisador
Classe 1, 2 e 6	1) Pobreza, desigualdade social e sua relação com o PBF
Classe 3, 4 e 5	2) Educação, Contexto Social e PBF

Fonte: Elaboração da pesquisadora

Na questão (B): Você considera que o Programa Bolsa Família reforça a pobreza e desigualdade social, sendo apenas um programa de assistência social, ou acredita que o Programa possa intervir na vida escolar dos beneficiários?

De acordo com o Quadro 6 é possível observar, a partir das respostas apresentadas pelos participantes as seis classes do dendrograma, mas com a apreciação esmiuçada das respostas foi possível compor duas categorias de análises: 1) Pobreza, desigualdade social e sua relação com o PBF; 2) Educação, Contexto Social e PBF. Assim como na questão “A” as falas dos participantes também estão divididas por funções que exerciam na escola.

4.2.1. Pobreza, Desigualdade Social e sua relação com o PBF

Segundo Campello (2013), esperava-se que o PBF auxiliasse a educação na redução da evasão, propiciando a trajetória escolar com médias de frequência melhores, aprovação e menor defasagem idade-série para discentes de famílias beneficiárias. Para a autora (2013) alguns estudos mostraram que os resultados na educação foram positivos, aos longos dos anos as taxas de abandono escolar diminuíram no ensino fundamental e médio, bem como a aprovação melhorou gradativamente, O PBF reduziu a pobreza e a desigualdade, promoveu a inclusão de políticas públicas de educação bem como fortaleceu a trajetória escolar de crianças e adolescentes, afirmando um novo patamar de garantias sociais.

Ao analisar, a partir das respostas dos educadores participantes, observaram-se vários pontos de vista diferentes nessas respostas, em relação ao PBF e sua interferência na educação. Assim, alguns educadores acreditam que as famílias não estão preocupadas com a aprendizagem dos seus filhos, mas, sim, em receber o benefício,

além disso, afirmam que a maioria – das famílias – vive em situação tal de pobreza que não tem condições de manter uma vida digna aos seus componentes, e nem condições de pensar sobre questões referentes à educação.

Por meio das respostas dos educadores, notou-se que muitos acreditam nos benefícios do PBF, pois afirmam que o programa garante melhores condições financeiras para famílias, contribuindo para a superação da pobreza e também garantindo o acesso e a permanência das crianças na escola.

Acredito nos benefícios deste programa, pois além de **garantir condições financeiras de acesso** e manutenção na escola, exige esta permanência, para a continuidade do benefício, o que faz com que pais, que **não tem a consciência do papel da educação como agente transformador, sejam obrigados a manter seus filhos na escola**, tirando-os da possibilidade de pararem de estudar para trabalhar e garantir o sustento da família (Resposta do Coordenador Pedagógico, grifos nossos).

O PBF em alguns aspectos **melhora a qualidade de vida e permanência da criança na escola**, porém, o contrário também ocorre: famílias apenas garantem que seus filhos não frequente a escola, mas não se preocupam com sua aprendizagem, desenvolvimento, não participam/preocupam com seus filhos (Resposta do Coordenador Pedagógico, grifos nossos).

Inicialmente não tinha uma opinião formada sobre o Programa Bolsa Família, sobretudo porque atuava em uma escola com poucos alunos beneficiários. Mas desde que passei a trabalhar em unidades com a maioria dos alunos beneficiados pelo programa, constatei a importância dele e vejo seu objetivo sendo alcançado, pois **muitas famílias conseguem deixar que os filhos permaneçam estudando, graças ao benefício**. Em contato com os pais e responsáveis, ouvi inúmeros relatos que o benefício proporciona às famílias e defendo tudo o que o programa contribui (Resposta do Vice-Diretor, grifos nossos).

Acredito que o Programa Bolsa Família, **tem papel importante para manter os beneficiários na escola, contribuindo sim para superação da pobreza**. Visto que no passado muitos deixam a escola para ajudar a família na luta pela sobrevivência. Se o programa contribui para mantê-los na escola e a educação fizer o papel de não perpetuar a desigualdade, **com certeza é uma boa arma contra a pobreza** (Resposta do Supervisor, grifos nossos).

Para mim o Projeto Bolsa Família tem proporcionado a muitas crianças em situações de extrema pobreza a **possibilidade de frequentarem uma escola**, o que talvez não acontecesse se esse benefício não existisse (Resposta do Professor Ensino Fundamental Anos Iniciais, grifos nossos).

Segundo Craveiro e Ximenes (2013), o objetivo central do PBF é de garantir direitos não apenas de renda, mas de proporcionar as famílias que vivem em situação de

pobreza ou extrema pobreza acesso aos direitos básicos de saúde, alimentação, educação e assistência social. A família ao se tornar beneficiária do programa assume compromissos nas áreas de saúde e educação. Segundo os autores (2013), na área da educação é estabelecido que para receber o benefício os alunos, necessitam ter frequência mínima em instituições pública de ensino. Na LDB, em seu artigo 24 inciso VI, é exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação.

Para os autores (2013), a educação é uma relevante estratégia para romper com a pobreza no Brasil, alguns estudos realizados sobre questões de acesso e permanência dos estudantes na escola demonstra que a desigualdade social tem dificultado a universalização da educação básica. As famílias que se encontram em situações de pobreza apresenta maior dificuldade em manter suas crianças e adolescentes na escola, isto ocorre em razão da precoce inserção no mercado de trabalho formal ou informal, bem como da incompreensão da família sobre a importância da educação. “O insucesso na trajetória escolar pode acarretar também menor acesso a direitos básicos, acabando por reproduzir o ciclo de pobreza da geração anterior”. (CRAVEIRO e XIMENES, 2013, p.110).

Sendo assim, para os autores (2013) a educação exerce papel fundamental no rompimento deste ciclo, uma vez que consegue assegurar aos sujeitos uma educação de qualidade. Para isso é preciso que a frequência nas atividades escolares seja condição fundamental.

Craveiro e Ximenes (2013), mostram em seu texto como é realizado o acompanhamento da frequência escolar do PBF, ele ocorre bimestramente em parceria com os entes federados, representados pelos estados, municípios e Distrito Federal no período de fevereiro/março, abril/ maio, junho/julho, agosto/setembro e outubro/novembro. Durante esses períodos sob orientação da coordenação geral de acompanhamento da Inclusão Escolar do Ministério da Educação e das coordenações do Programa Bolsa Família, os operadores municipais do programa consultam as escolas para levantar informações sobre a frequência escolar dos beneficiários do PBF.

No caso de descumprimento (não frequência ou baixa frequência), é necessário registrar o motivo indicativo, para que ações complementares sejam planejadas com a finalidade de enfrentamento e superação destes motivos, com vistas à melhoria da qualidade da educação das populações em situação de risco e de vulnerabilidade social. Estes registros são efetivados diretamente pelas unidades escolares. (CRAVEIRO e XIMENES, 2013, p.113).

Segundo os autores (2013) o acompanhamento da frequência escolar tem se mostrado efetivo em seu propósito, pois se tem notado uma menor taxa no abandono escolar tanto no nível fundamental como no médio. Essas questões vêm de encontro com um dos objetivos do PBF, em relação à educação, quando se trata da frequência escolar, os educadores respondem que a assiduidade é algo importante para educação. Isso ocorre graças ao PBF, pois as famílias acabam sendo obrigadas a levar os filhos na escola para não perderem o benefício – os educadores acreditam que mesmo não compreendendo a importância da aprendizagem, os familiares ajudam os estudantes a concluir suas trajetórias escolares.

Nesse mesmo sentido alguns educadores acreditam, sim, na intervenção do PBF, pois pelo menos as famílias precisam manter os filhos na escola para não perder o benefício, além disso, o PBF pode apoiar o desenvolvimento das famílias suprindo algumas necessidades básicas permitindo melhores condições de vida.

Acredito na intervenção, porque **algumas famílias mantêm os filhos na escola por medo de perder o benefício**. Acaba sendo um benefício para o filho não faltar da escola (Resposta Coordenadora Pedagógica, grifos nossos).

Acredito que possa intervir na vida escolar dos beneficiários, pois podemos verificar na escola, o quanto contribuiu para melhoria da autoestima dos alunos que fazem parte do Programa e, conseqüentemente, no **estímulo em frequentar a escola, na motivação para aprender, cursar uma boa faculdade, no desejo de tornar-se alguém, ter um bom emprego** (Resposta do Professor Ensino Fundamental Anos iniciais, grifos nossos).

Acredito que o Programa Bolsa Família **pode apoiar o desenvolvimento das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza**, isso porque, tal programa contribui para o alargamento das potencialidades individuais, a partir da inclusão dos beneficiários no Programa. Assim, as famílias beneficiadas por este programa podem suprir suas necessidades básicas, como alimentação, educação e roupas, possibilitando, assim, que os beneficiários adquiram maior autonomia nas decisões financeiras e familiares, **permitindo mesmo que minimamente, condições para que se estabelecesse algum alargamento das potencialidades individuais e conseqüentemente na vida escolar dos alunos** (Resposta do Coordenador do Programa Bolsa Família, grifos nossos).

Eu acredito que **o programa possa intervir na vida escolar de forma positiva**, pois os alunos têm um incentivo maior, como por exemplo, **não abandonar os bancos escolares** (Resposta do Professor de Ensino Fundamental Anos Finais, grifos nossos).

Porém, observaram-se, também, concepções diferentes referentes ao PBF, pois para alguns desses educadores participantes as famílias mantêm os filhos na escola somente porque precisam receber o benefício:

Depende da família assistida, porque algumas vão mostrar para os filhos a importância do estudo, vão valorizar a escola e os profissionais que estão dentro dela e outras, simplesmente vão mandar seus filhos para a escola sem auxiliarem em nada, abandonados à própria sorte **somente para receberem o benefício** que, a meu ver é irrisório (Resposta Coordenador Pedagógico, grifos nossos).

O Programa Bolsa Família, no âmbito na nossa realidade escolar, não apresenta interferências na vida escolar dos beneficiários. Observa-se que a grande maioria dos alunos **apenas frequenta a escola por questões de provimento do dinheiro recebido**. No meu ponto de vista, o Programa é meramente assistencialista (Resposta Coordenador Pedagógico, grifos nossos).

Poderia ser revisto o programa e beneficiar pessoas em estudo, emprego, enfim, onde pessoas usassem para melhorar de vida e não se acomodarem, como a maioria das famílias da minha escola, **mandam seus filhos até à escola pensando somente no benefício**, esquecendo-se de suas responsabilidades quanto à educação dos mesmos (Resposta do Diretor de Escola, grifos nossos).

Lecionei em uma escola de periferia, onde a maioria dos alunos era beneficiário do PBF, oriundos de pobreza, desigualdade social, sem perspectiva de futuro e **que somente frequentavam escola para cumprir o requisito de assiduidade**, pois segundo eles a escola não lhes daria futuro e que viver na ilegalidade daria melhor condição de vida, pois era o contexto de vida deles (Resposta do Diretor de Escola, grifos nossos).

Em minha opinião esse benefício pode ajudar sim, mas tem um grande problema; **muitas famílias mandam seus filhos para escola forçados para que não percam o benefício**, e acabam empregando o dinheiro em coisas supérfluas, mas, porém, eu ainda acredito que esse dinheiro é muito pouco, mas ajuda algumas famílias a não passar fome (Resposta Professor Mediador, grifos nossos).

Quanto à vida, escolar as famílias têm mantido seus filhos na escola e **há uma preocupação com a frequência escolar** e poucos se preocupam com o rendimento/ desenvolvimento, no entanto, a escola tem se desdobrado para que a criança tenha sucesso apesar das dificuldades (Resposta do Professor Fundamental Anos Iniciais, grifos nossos).

Para Soares e Satyro (2009), alguns autores defendem que as contrapartidas do PBF (assiduidade escolar e acompanhamento da saúde), acabam sendo mais importantes do que o benefício em si, pois essa vertente sobre programa de transferência de renda enfatiza seu caráter condicionado, sendo assim, de acordo com essa visão o PBF seria um programa de incentivo ao capital humano das famílias mais pobres.

Outra vertente segundo os autores é de que o PBF é antes de tudo, proteção social, se as contrapartidas forem excessivas essa função de proteção social enfraquece, uma vez que as famílias mais vulneráveis não conseguirão cumprir com as condições mais rígidas. Um argumento que faz crítica as contrapartidas do PBF é de que se ele é um direito as contrapartidas não deveriam ser cobradas.

Segundo Matos *et al.* (2018), a interação da família com a escola é importante para compreender fatores que auxiliam famílias diante das dificuldades. A escola sendo fator fundamental do desenvolvimento humana, reflete nas mudanças da sociedade ao mesmo tempo precisam se adequar a elas, porém uma das dificuldades encontradas na escola é de que professores, alunos e famílias estejam aptos a viverem e superarem as adversidades encontradas na sociedade, permeada por conflitos sociais e econômicos que influenciam de maneira significativa na relação escola-família.

Segundo os autores (2018), todos os profissionais da escola influenciam direta ou indiretamente no desenvolvimento das crianças e jovens. Porém, são os professores que tem maior contato com as famílias se comparados aos outros profissionais, sendo assim, os docentes tem um importante papel para estimular o potencial dos alunos, devendo levar em consideração as diferenças socioculturais em que eles vivem.

Como vimos nas respostas os educadores afirmam que são poucas as famílias com interesse em ajudar no rendimento escolar dos filhos e não cumprem suas responsabilidades com relação à educação dos mesmos, para Matos *et al.* (2018), essa visão pessimista dos docentes em relação as famílias, acaba por implicar em menores oportunidades de aprendizagem e assim “em baixos níveis de aproveitamento e no rebaixamento da autoestima dos alunos e de suas famílias”. (MATOS *et al.*, 2018, p.495).

Muitas vezes, as próprias famílias que têm baixos índices de escolaridade, e acabam motivando muito pouco os seus filhos para progredirem nas aprendizagens. Na perspectiva dos educadores, os familiares possuem preocupação somente com o benefício que é um modo de sobrevivência, já que vivem em situações precárias.

Outro ponto de vista aparece com relação ao PBF: de que ele da oportunidade para as famílias de terem acesso à escola, proporcionado igualdade social e influenciando de maneira positiva na vida dos educandos e dessas famílias, colaborando para que a situação de desigualdade não aumente.

Com certeza este programa intervém na vida escolar dos seus beneficiários, **pois dá oportunidade a muitas pessoas de terem**

acesso à escola, proporcionando a igualdade social (Resposta do Professor de Educação Infantil, grifos nossos).

O programa beneficia e ajuda muitas famílias que dele dependem. Para muitos o pequeno valor influencia de maneira positiva na vida dos educandos (Resposta do Coordenador Pedagógico, grifos nossos).

A relação da desigualdade e escola está muito ligada, pois ela interfere na aprendizagem do aluno, **sendo assim o PBF tem colaborado para que essa situação de desigualdade não aumente.** Mas também ficamos observando e orientando a família para que a mesma não perca o benefício, caso o aluno tenha grande números de faltas (Resposta do Diretor de Escola, grifos nossos).

Segundo Silveira, Campolina e Horn (2013), os programas de transferência de renda tem efeito central no desempenho escolar e na inserção de crianças e adolescentes no mercado de trabalho, uma vez que estes foram concebidos a fim de combater a pobreza. O que acontece é que a insuficiência de renda da família requer uma complementação que acontece por meio da inserção das crianças e adolescentes no mercado de trabalho, isso acaba implicando no tempo de estudo que esses jovens têm e muitas vezes no abandono escolar, reproduzindo assim a realidade dos pais com baixo nível de escolaridade.

Vale ressaltar que o PBF tem como objetivo contribuir com a renda familiar, além de incluir, socialmente, a famílias brasileiras que vivem em estado de pobreza e extrema pobreza, superando questões de repetência, assiduidade e abandono escolar que marcam as trajetórias escolares de seus filhos, combatendo a desigualdade social.

Alguns educadores colocaram também em suas respostas como vem sendo utilizado esse dinheiro pelas famílias, eles colocam que muitas famílias usam o dinheiro para outros fins e não para a educação, uma vez que as crianças vão mal arrumadas para a escola e as mães tem celulares caros e modernos:

Acho que o PBF é um programa que pretende ajudar as famílias a manter seus filhos na escola, porém há muitas falhas, muitos alunos não participam do programa e **muitas famílias usam esse benefício para outros fins e não para a educação.** Falta acompanhamento efetivo junto às famílias e planejamento do uso desse benefício. (Resposta do Professor Educação Infantil anos iniciais, grifos nossos).

Eu acredito que não possa intervir na vida escolar das crianças, pois, **na maioria das vezes o PBF é usado indevidamente, onde as crianças estão sempre mal arrumadas, vestidas, e as mães com celulares caros e modernos.** O cartão do PBF deveria ser usado somente para comida e roupas para as crianças, pois muitas mães não trabalham, tem vários filhos que ficam o dia todo na escola, e fazem o uso indevido dos benefícios (Resposta do Coordenador Pedagógico, grifos nossos).

Acredito que seja uma questão individual e que **o uso desse recurso muitas vezes é feito de modo incorreto e por isso não interfira diretamente na vida das crianças, pois muitos pais não usam o dinheiro para melhorar a vida das crianças**, acredito que muitos se acomodam com esse dinheiro e não se preocupam em buscar emprego e realmente mudar sua situação social (Resposta do Professor de Educação Infantil, grifos nossos).

O PBF ter como principal objetivo auxiliar na superação da pobreza e sua inclusão social, no entanto, a realidade é bem diferente da expectativa. Na maioria dos casos a família não se preocupa com o bem estar da criança e **utiliza os recursos disponibilizados sem orientação e fiscalização. Utiliza de forma indiscriminada e não prioriza a alimentação, a saúde e a educação da criança**. Deixando toda sua responsabilidade para assistências sociais ou demais órgãos públicos (Resposta do Professor de Educação Infantil, grifos nossos).

Um dos pontos positivos do PBF é o auxílio à sobrevivência da família, sendo um meio de adquirir materiais básicos como roupas, sapatos, alimentos e materiais escolares, mas apenas um educador coloca a utilização do dinheiro, como não sendo um erro, pois muitas famílias recebem esse dinheiro para sobreviver:

O PBF, na verdade teve seus objetivos quebrados. O auxílio deveria garantir o progresso do aluno e assim sanar suas dificuldades, porém o mesmo **é usado para suprir a economia das famílias, várias delas só possuem esse dinheiro para sobreviver** (Resposta do Diretor de Escola, grifos nossos).

Outro aspecto é apontado, visto que acham válida a ideia do PBF, mas que não é o ideal, pois muitas famílias acabam se acomodando e na verdade precisam ter oportunidade de um emprego – o PBF reforça a pobreza e a desigualdade social:

O PBF não reforça a pobreza e a desigualdade social. Entendo que é um programa muito importante de combate a fome. **Mas temporariamente. O beneficiado precisa ter outros horizontes: emprego, salário justo e uma vida digna** (resposta do Diretor de Escola, grifos nossos).

O PBF não reforça a pobreza e a desigualdade social, pois beneficia famílias de baixa renda, **mas deveria atender uma situação de emergência e necessidade pontual e não perpetuar a dependência econômica**. Deveria promover a mobilidade social, criando mecanismos para aos beneficiados deixarem de ser dependentes. O programa intervém na vida escolar porque condiciona a transferência, diminuindo os níveis de evasão (Resposta do Professor dos Anos Iniciais, grifos nossos).

Eu acho que o PBF está longe de ser o ideal. Porém eu acredito que muitas famílias, relacionando com a questão da cidadania da questão anterior, conseguiram ter o acesso, mandar e manter os filhos nas escolas por conta do Programa. **Acho válida a ideia, no entanto, deve ser mais trabalhada, lapidada e repensada**. Muitas coisas podem ser melhoradas. Mas a ideia é viável para tentar um mínimo de

um equilíbrio. A gente sabe que isso não acontece, esse equilíbrio ainda não existe. Mas **o PBF não reforça a pobreza**, melhorado ele será uma ótima ferramenta social para tentar esse equilíbrio (Resposta do Professor de Ensino Médio, grifos nossos).

Segundo Oliveira e Soares (2013), uma das críticas de programas de transferência de renda é a respeito do “efeito preguiça”, isso porque um benefício condicionado ao fato de uma família possuir baixa renda, pode levar a acomodação, que por sua vez leva a uma depreciação do capital humano, podendo assim, frustrar os objetivos do programa, que seria a melhoria de vida dessas pessoas.

A maioria das famílias, segundo os autores, não precisa fazer nada só permanecer pobre e levar o filho na escola para receber o benefício.

Segundo Soares e Satyro (2009), o programa pode ocasionar efeitos negativos ao longo prazo, pois as famílias beneficiárias podem vir a acostumar com o benefício e por sua vez se empenharem menos pelos seus próprios meios para superar a Pobreza, para os autores uma medida coerente seria o estabelecimento de limite máximo de permanência no PBF, mas para que isso ocorra precisaria realizar medidas para que as famílias pudessem se emancipar, para que isso ocorra seria preciso incumbir programas de busca pelas portas de saída, mas não realizados pelas famílias e sim pela política social.

Considerável esforço é gasto com acompanhamento psicossocial das famílias e prestação de assessoria para que estas possam acessar políticas de intermediação de mão de obra, de formação profissional e de microcrédito, entre outras. Mais uma vez, há coerência com a ideia de que a causa da pobreza se encontra em características das famílias, que podem e devem ser mudadas pela política pública. (SOARES e SATYRO, 2009, p.19)

Segundo Oliveira e Soares (2013), é preciso primeiro visualizar uma transferência não focalizada, supondo que o governo só transfira o dinheiro sem perguntar nada sobre sua renda. “Um beneficiário de uma transferência não focalizada pode tanto trabalhar mais ou buscar trabalho com mais afinco, como trabalhar menos ou buscar trabalho com menos empenho” (OLIVEIRA e SOARES, 2013, p.342).

Porém, não se pode afirmar como o benefício é encarado, se é um incentivo ou não ao trabalho, o único efeito que se vê, são as frequências na escola, outras formas de beneficiar dependem, exclusivamente, de cada família.

Outra preocupação está no quanto o benefício é focado para a melhora da vida econômica, no caso o PBF, de acordo com as regras, se o beneficiário passa a ganhar mais do que o limite permitido, ele perde o benefício:

Em termos microeconômicos, haveria uma descontinuidade na restrição orçamentária, com soluções distintas, a depender: da distância da renda original com respeito à linha de elegibilidade e de como ocorrem às decisões de trabalho e lazer de toda a família – tendo em vista que se trata de benefício que não é individual e sim familiar (OLIVEIRA e SOARES, 2013, p.342).

Para Campello (2013), um dos mitos do PBF é relacionado ao rendimento econômico, pois sua constância poderia acomodar as famílias beneficiárias causando dependência e desestimulando para o trabalho. Porém, alguns estudos comprovaram o contrário, segundo Jannuzzi e Pinto (2013), alguns resultados realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre a relação do Bolsa Família e oferta de trabalho demonstra que o programa não causa efeito desmotivador de beneficiários, pois muito chefes de famílias apresentam nível de ocupação próximos ao de chefes de nível econômico equivalente. O “efeito preguiça” do programa seria, então, mais um mito do que realidade.

Considerando as diferentes situações e atributos que afetam a situação de inserção no mercado de trabalho – idade, condição de chefia familiar, gênero e maternidade –, não há diferença entre beneficiários e pessoas não beneficiárias com renda equivalente (JANUZZI e PINTO, 2013, p 186).

Em relação à participação das mulheres beneficiárias, segundo os autores, elas apresentam menor ocupação em relação a não beneficiárias, porém levam mais tempo para conseguir trabalho. No entanto, mulheres beneficiárias vêm adquirindo maior autonomia em virtude do benefício, uma vez que quando se tornam titulares do benefício do PBF acabam apresentando ganhos na relação de gênero, pois se tornam mais independentes dos maridos financeiramente, ampliando assim a sua autonomia em participar do mercado de trabalho.

Com esses estudos podemos notar que o PBF não acomoda as famílias beneficiárias, o que pode ocorrer é que, muitas vezes, os educadores acabam por desconhecer a realidade das famílias que demoram a conseguir um emprego por falta de oportunidades, seja pelo baixo índice de escolaridade ou mesmo pela ausência de trabalho.

Muitas são as concepções de educadores referentes ao Programa Bolsa Família, alguns acreditam na melhoria econômica das famílias e outros colocam que é mais um programa que acomoda o beneficiário – este tipo de concepção surge de sujeitos com

pouco entendimento sobre a situação de pobreza e da realidade da desigualdade social em que vivem muitas famílias brasileiras.

4.2.2. Educação, Contexto Social e PBF

Segundo Riscal (2019), nem sempre a pobreza foi considerada como carência econômica. Na antiguidade as pessoas que se ocupavam de tarefas menos dignas e indigentes eram concedidos como incapaz de ter uma vida virtuosa, mas não se tratava de uma condição social, e sim um sinal de pobreza da alma. A atual concepção de pobreza implica em uma condição que resulta em processo de empobrecimento.

Partindo da concepção de pobreza que temos hoje para Luiz e Souza (2019), a pobreza está ligada a falta de recursos mínimos ofertados a população, a camada mais rica está concentrada em uma minoria detentores de rendas e patrimônios e a grande parte da população vive em situação de pobreza ou extrema pobreza com pouca renda e também com poucas oportunidades demonstrando assim a desigualdade social existem no país.

Para as autoras (2019), o conceito de pobreza vai além somente das questões de renda, as pessoas que vivem nessa condição são as mesmas que se encontram em situação de vulnerabilidade social. As defasagens com relação à saúde e educação ocorrem por conta de que as pessoas que vivem sem condições de ter acessos viáveis de subsistência e recursos financeiros não são capazes de suprir essas despesas.

A fim de minimizar a condição de pobreza e assegurar direitos aos cidadãos, os programas sociais são criados. O Programa Bolsa Família segundo Campello (2013), tem como objetivo contribuir para inclusão social das famílias que vivem na miséria, aliviando sua situação de pobreza e fome, ajudar a superar as trajetórias escolares dramáticas das crianças pobres e contribuir para interrupção da reprodução do ciclo da pobreza.

Essa segunda categoria analisou a concepção de educadores quanto a questões dos impactos do Programa Bolsa Família nas condições de pobreza e desigualdade social que vivem muitas famílias no Brasil.

Em algumas falas dos educadores foi possível verificar que suas concepções sobre o Programa Bolsa família é de que ele reforça sim a pobreza e a desigualdade social por diversos motivos, por ser um programa apenas de assistência social, pelo fato das famílias se acomodarem com o benefício, pois elas não resolvem o problema da

pobreza e reforçam a desigualdade social, além de mascarar o problema, pois não atuam de forma a provocar mudança na vida do beneficiário.

A atitude dos familiares, mantendo as crianças na escola somente para receber o benefício, me reforça a ideia de pobreza e desigualdade social, **sendo apenas um programa de assistência social** (Resposta do Professor Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais, grifos nossos).

Considero que reforça, pois já vivenciei alguns casos de pessoas que **deixam e ir à busca de algo melhor por ficar satisfeito apenas com auxílios recebidos do governo**, mas acredito que todos deveriam ter condições melhores (Resposta do Coordenador Pedagógico, grifos nossos).

Em minha opinião, **esse programa reforça e muito a pobreza e desigualdade social**, sabendo que terão esse tipo de auxílio as pessoas não buscam condições melhores de vida, **vivendo em situações precárias que interferem negativamente na vida social e também escolar** (Resposta do Coordenador Pedagógico, grifos nossos).

Infelizmente, **considero que programas como o PBF reforçam a pobreza e a desigualdade social**. Se houvesse, de fato, políticas de intervenção para favorecer a igualdade social e a qualidade educacional, não seria necessário haver programas paliativos, que não sanam o problema, pois **não atuam de forma a provocar mudança na vida do beneficiário e ainda reforçam e perpetuam a desigualdade social**. (Resposta do Coordenador Pedagógico, grifos nossos).

O programa bolsa família apenas fornece uma maneira de mascarar e tentar reduzir o impacto direto na desigualdade social, porém não resolve o problema real. Esse problema só pode ser resolvido com investimentos adequados em projetos que tragam educação de verdade a população. A população quando tem acesso à educação de qualidade pode viver uma vida digna se depender de apoio de programas sociais e pode contribuir para o desenvolvimento do país (Resposta do Professor de Educação Infantil, grifos nossos).

O PBF ajuda a reforçar a pobreza e a desigualdade social, por ser um programa de fácil obtenção de renda, tornando cômoda a vulnerabilidade do indivíduo (Resposta do Professor de Educação Infantil, grifos nossos).

Para Arroyo (2014), os programas contra a pobreza são muitas vezes vistos como desestímulo ao esforço de cada um. A escola ainda resiste em dialogar e fortalecer essas políticas, pois para ela cada indivíduo define a sua condição social, ela não consegue ver os determinantes sociais. A trajetória escolar pensada na lógica individual se reduz a uma visão de sociedade, ou seja, quem não se esforça é fracassado e os que se esforçarem serão bem-sucedidos.

No entanto, segundo Arroyo (2013) a presença de milhões crianças e adolescentes que vivem em condições de pobreza ou extrema dentro das escolas nos obriga a superar essa visão do pobre como imoral e não qualificado para o trabalho. “Os percursos escolares trazem as marcas das trajetórias de vida, das condições sociais que lhes são dadas para produzir suas existências”. (ARROYO, 2014, p.15)

Para o autor, a escola precisa dar atenção aos alunos que estão submetidos a condições limites da sobrevivência, pois uma vida tão precária condena as trajetórias dessas pessoas como sujeitos sociais e estudantes. O profissional da educação precisa compreender a existência da pobreza e da desigualdade social e superar a visão moralizante e individual da produção da pobreza.

Podemos notar pelas respostas dos educadores que essa concepção sobre o PBF existe por acharem que o benefício mascara e não resolve realmente o problema, também não modifica a vida dos beneficiários e muitas famílias acabam ficando satisfeita com o auxílio do governo. Isso ocorre, muitas vezes, devido ao pouco conhecimento sobre o PBF, ou mesmo sobre as reais condições que as famílias vivem.

Há uma dualidade, pois para o PBF apresenta alguns pontos bons ou positivos e outros ruins ou negativos, o primeiro no sentido que diminuiu a evasão escolar e também por ser um incentivo para que os alunos compreendam a importância da educação, o segundo, pois, não muda a situação de pobreza e desigualdade social. Outra colocação é que também muitas famílias acabam se acomodando com o dinheiro do benefício e não procuram um meio de melhorar seu modo de viver.

O Programa Bolsa Família tem seus pontos positivos e negativos em relação à pobreza e desigualdade social, no ambiente escolar sobre os altos índices de abandonos escolares, isso é algo que podemos estimar que diminuí aproximadamente 95%, e quem estudou em Escolas públicas antes da implantação desse programa como é realizado atualmente percebe essa diminuição da evasão escolar, mas isso não implica em diminuição da pobreza e desigualdade social, mas é um incentivo para que os alunos possam compreender o tanto que a educação é importante para a sua formação como cidadã (Resposta do Professor do Ensino Fundamental anos finais e médio, grifos nossos).

Em certos casos sim, o PBF tem um bom resultado, e outros penso que não, pois, muitas pessoas não utilizam como deveria, pensando na criança, muitos aproveitam dessa situação se acomodam não procuram melhorar seu modo de viver, não tem consciência (Resposta do Professor de Educação Infantil, grifos nossos).

Alguns educadores dizem que existem muitas pessoas que conseguem burlar os trâmites e regras do Programa Bolsa Família e recebem o benefício, porém não necessitam, por isso deveria ter mais fiscalização e essas fraudes deveriam ser apuradas

e os envolvidos punidos, porém a maioria acredita que é um programa que pode intervir na vida dos alunos e que sua finalidade é alcançada.

Acredito que possa sim vir a intervir na vida dos alunos, mas acredito também que **é necessária uma melhor fiscalização dos órgãos que tomam conta do programa para que as pessoas que realmente necessitam** desse programa o recebam (Resposta do Professor Educação Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais e finais, grifos nossos).

No que diz respeito aos pontos negativos, os educadores percebem que há falhas quanto à seleção dos beneficiários do PBF e à fiscalização, pois acreditam que as condicionalidades do programa devem ir além da frequência escolar, buscando um rendimento desses alunos na escola:

Acredito que o programa utilizado de forma correta de acordo com os objetivos propostos tem sim sua finalidade alcançada, agora são inúmeros casos relatados que os próprios usuários do programa o fazem de forma equivocada desviando o benefício para outros fins descabidos como caso de compra de bebidas e cigarros, ou até mesmo sustentando vícios ilícitos, **bem como são inúmeros os relatos de pessoas que não precisam do programa, mas, mesmo assim, conseguem o benefício** (Resposta do Professor da EJA, grifos nossos).

Acredito que é um programa importante que não deve ser extinto. **As fraudes devem ser apuradas e os envolvidos punidos**, mas a população que tem o direito e faz o uso correto do valor não pode sofrer sanções (Resposta do Diretor de Escola, grifos nossos).

Apenas uma educadora acredita que o Programa Bolsa Família é apenas uma fonte de renda para a maioria das famílias beneficiárias.

Infelizmente o Programa Bolsa Família **é apenas uma fonte de renda para a maioria dos beneficiários**, pois não utilizam para o que realmente é proposta. **Além de muitas famílias que não necessitam receber, pois conseguem burlar os trâmites e regras do programa** (Resposta do Diretor de Escola, grifos nossos).

As famílias que podem receber o benefício do PBF são aquelas que se encontram em condições de pobreza ou extrema pobreza, para se manter elegível ao pagamento é preciso que o responsável pelas famílias mantenha todos os dados atualizados no CadÚnico.

Segundo Ribeiro (2009), a operacionalização do PBF ocorre em três fases: cadastramento, geração da folha e do cartão e fase do pagamento. O responsável pela identificação das famílias que se enquadram no perfil é a prefeitura, ela quem faz a coleta de dados para o cadastro único. O Ministério do Desenvolvimento Social e

Combate à fome (MDS) é quem define as diretrizes para implementar o cadastro e concede o benefício, a Caixa Econômica Federal gera a folha e produz o cartão a família beneficiária mediante registro e senha. O governo federal quem deve fiscalizar e detectar falhas ou irregularidades.

A fiscalização do Programa Bolsa Família consiste na apuração do recebimento indevido do benefício quando o responsável da família prestou informações falsas ou omitiu algo no cadastramento da família, quando há recebimento indevido o valor deve ser devolvido, chamada de ressarcimento do PBF, e a família fica proibida de receber o benefício por um ano. A gestão municipal tem importância na fiscalização do programa por estarem mais próximas das famílias e ter acesso aos dados por realizar o cadastro. (BRASIL, 2020).

Segundo Ribeiro (2009), as ações de controle do Programa Bolsa Família são realizadas por meio de auditorias e fiscalização na busca de verificar se o programa ocorre de acordo com os princípios de legalidade, eficiência, efetividade e economicidade, essa fiscalização acontece por meios das ações do gestor municipal, das Instancias de Controle Social (ICS), da Controladoria Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Podemos verificar que existe uma fiscalização sobre o recebimento do benefício do PBF, porém não é objetivo desta pesquisa constatar se essa fiscalização ocorre de maneira efetiva ou não, ou até mesmo se órgãos de fiscalização dão conta de verificar todas as famílias beneficiárias.

Alguns educadores colocaram sobre a importância do PBF, que tem como objetivo superar a pobreza, integrar as famílias na sociedade, porém ele é um paliativo para resolver essa situação.

Segundo Testa et al. (2013), os programas de transferência é um paliativo diante das dificuldades existentes, porém pode ser um recurso importante para que possibilitar que as famílias saiam do círculo vicioso da pobreza.

PBF tem como objetivo central mudar a condição de pobreza no atual contexto brasileiro, **mas como se pode perceber a bolsa família vem sendo uma forma paliativa emergencial de resolver essa situação.** O PBF requer a integração da família e da escola no seu desenvolvimento, ação que possibilita reforçar a importância da educação para superar a pobreza. Esse programa pretende amenizar os problemas urgentes de pobreza induzindo a melhoria da educação visando futuramente condições para que seus filhos possam entrar no mercado de trabalho (Resposta do Diretor de Escola, grifos nossos).

Em um sistema capitalista, a desigualdade sempre será um efeito colateral. Contudo, caberá ao Estado não permitir que a política econômica faça a desigualdade chegar ao estágio da pobreza. O Brasil é um país que ainda está aprendendo a lidar com o capitalismo e, desta forma, **é necessário programas sociais que impeçam que a política econômica deixem as pessoas na pobreza absoluta.** Desta forma, o Programa Bolsa Família é, sim, atualmente, necessário, mas ele deve ser encarado apenas como algo transitório, **um paliativo, até a qualidade de vida ser efetivamente melhorada por meio da educação, saúde e segurança** (Resposta do Professor Ensino Fundamental Anos Finais, grifos nossos).

Em outras respostas os educadores acreditam nas melhorias que o PBF, pois tem ajudado a reduzir a pobreza e diminuir as desigualdades sociais, auxiliando na sobrevivência, podendo transformar e melhorar a vida das famílias que vivem na pobreza e estão excluídos da sociedade.

Acredito que o Programa Bolsa Família tem ajudado a reduzir a pobreza e diminuir as barreiras das desigualdades sociais do nosso País, principalmente nas regiões mais carentes da nação. Existem dados que mostram que os participantes do Programa Bolsa Família têm taxas de escolaridade mais elevadas, maior progressão escolar e níveis de repetência menores. **O programa também melhora as condições de saúde dos recém-nascidos, ao diminuir a mortalidade infantil, desnutrição e diarreia** (Resposta do Orientador Educacional, grifos nossos).

Entendo que esse programa é de grande auxílio para a sobrevivência de muitas pessoas que estão à margem da pobreza, pois sabemos que a mesma não constitui uma identidade, mas uma condição gerada pelas dinâmicas da sociedade, devendo ser enfrentada e superada. Com certeza, esse programa **colabora na vida escolar das crianças,** uma vez que é através da renda recebida que eles podem se alimentar e sobreviver (Resposta do Professor de Educação Infantil, grifos nossos).

Acredito que o Programa possa sim intervir, embora haja muitos aspectos a ser melhorado, ele permite uma vida mais digna a famílias que muitas vezes não tem nem o que comer, não tem acesso à saúde nem a educação. Ou seja, visa **transformar e melhorar a vida desses cidadãos tão excluídos perante a sociedade** (Resposta do Professor Ensino Fundamental anos iniciais, grifos nossos).

Não reforça a pobreza, absolutamente. **Acredito que possa intervir de maneira positiva.** Acredito que o PBF **é um programa fundamental para a superação da pobreza e diminuição da desigualdade social** (Resposta do Professor Ensino Fundamental anos finais, grifos nossos).

O Programa Bolsa Família não é assistência e sim justiça social. **Num país com famílias em extrema pobreza; uma simples quantia significa a sobrevivência daquele mês.** Estamos falando de uma questão humanitária que envolve a fome. Como se desenvolver cognitivamente na escola se a criança não se sustenta fisicamente?

Claro, deve-se ter regras claras para o auxílio a essas famílias e uma delas é a permanência desses jovens na escola como já é desenvolvido pelo Programa (Resposta do Professor Ensino Fundamental anos finais, grifos nossos).

Segundo Jannuzzi e Pinto (2013), a melhoria das condições de vida nos últimos anos são efeitos de políticas sociais que expandem a cobertura dos programas sociais e ações das políticas de desenvolvimento do país, por conta disso nota-se um avanço social e uma queda da pobreza no país. O PBF atua nas regiões mais pobres, priorizando as famílias em situação de vulnerabilidade social.

Vinculando transferência de renda e cumprimento de condicionalidades pelas famílias na educação, saúde e assistência social; e com os decorrentes efeitos da ampliação da oferta de serviços e equipamentos públicos destas áreas programáticas nas regiões mais desassistidas, era de se esperar mudanças sociais expressivas entre os segmentos populacionais e territórios historicamente mais pobres do país (JANNUZZI e PINTO, 2013, p.180).

Ao reconhecer as questões de pobreza e desigualdades sociais, os educadores percebem as práticas pedagógicas e a gestão educacional com outra visão, isto é, de forma mais consciente de como deve lidar com estudantes em situação de pobreza, de como compreender melhor as vivências da pobreza, e de como pode ajudar nas precariedades e/ou dificuldades que demandam às práticas escolares para esses alunos.

Portanto, pudemos verificar nessa categoria que as concepções de educadores sobre o PBF impactar nas questões de pobreza e desigualdade social são diversas. Alguns educadores acreditam que o PBF pode minimizar as condições das famílias pobres, outros já acreditam que ele reforça ainda mais a pobreza.

As sociedades podem ser consideradas abertas ou fechadas justas ou injustas, isso depende das vantagens e desvantagens que são transmitidas de pais para filhos ao longo das gerações (RIBEIRO, 2007, p.137).

Segundo Ribeiro (2007), em uma sociedade considerada justa e aberta a posição do indivíduo não dependeria do fato de terem nascido em uma família com condições sociais e econômicas melhores. Nas sociedades fechadas e injustas, é a posição dos pais, boas ou más que interfere diretamente nos filhos. Uma das características da ideologia da sociedade moderna é que os indivíduos não devem herdar as posições sociais, mas ter oportunidade de garantir seu lugar na sociedade através das suas capacidades e de esforços próprios. Porém, ainda na sociedade moderna a posição de classes e ocupação das pessoas são fortemente determinadas por suas origens sociais.

Para o autor há diversas teorias que discutem a diminuição da desigualdade de oportunidade, e depende muito mais de políticas de equalização do que do desenvolvimento econômico, ou seja, as políticas redistributivas são importantes para a redução das desigualdades sociais. A igualdade de oportunidades deveria ser um valor central das sociedades democráticas modernas. (RIBEIRO, 2007, p.140)

Segundo Testa et al. (2013), o PBF procura minimizar as diferenças sociais e contribui para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária. O programa tem contribuído para melhoria das situações das famílias decorrentes do aumento de renda relacionados com a educação e saúde, assim, colaborando para maior autonomia das famílias.

Para alguns educadores participantes o valor do benefício é muito baixo e que, por isso, acaba não suprimindo as necessidades básicas da família. O Programa Bolsa Família ajuda na mudança da sociedade, pois sem ele muitos estudantes nem estariam na escola. Isso não é suficiente, mas é o mínimo que o Estado faz pela parcela mais pobre da sociedade:

Não acredito que ele reforce a pobreza. **O PBF é fundamental para essa mudança na sociedade.** É suficiente? Não! Mas sem ele, muitos dos alunos de minha escola, por exemplo, não estariam lá. É o mínimo que o Estado pode fazer para pagar sua dívida com a parcela mais pobre da sociedade (Resposta do Professor do Ensino Médio, grifos nossos).

O Programa Bolsa Família, com certeza, intervém na vida escolar dos alunos beneficiados. Uma vez, **que o benefício pode auxiliar na preparação das crianças para conquistar seu lugar na sociedade,** desenvolvendo suas habilidades individuais e a exercerem sua cidadania (Resposta do Diretor de Escola, grifos nossos).

A escola precisa adotar ações educativas permanentes para ensinar aos alunos que são sujeitos de direitos e deveres, que não podem ser passivos frente aos problemas, **precisam exercer a sua cidadania, acreditar na democracia, conquistar seu espaço na discussão por uma sociedade melhor** (Resposta do Vice-Diretor, grifos nossos).

Segundo Testa et al. (2013), o sujeito pobre é aquele que não tem renda suficiente para suprir suas necessidades básicas, com alimentação, higiene, vestuário, educação, etc. eles não são valorizados e respeitados como cidadão, senso assim, o Programa Bolsa Família busca diminuir a desigualdade social de modo que todos sejam reconhecidos como cidadãos.

Para Silva (2007), os programas de transferência de renda ainda são muitos modestos para superar a pobreza, porém ele pode melhorar a vida das famílias que

vivem em situações de subsistência. Segundo a autora esses programas permitem para as famílias beneficiárias acesso a uma renda “por parte de um número elevado de famílias que se encontra à margem da sociedade, considerando o nível de destituição em que sobrevivem.” (SILVA, 2007, p.1437)

Alguns educadores colocam que o PBF é um método combate a pobreza, permite as famílias beneficiárias alcançar autonomia, e ser fomentador de mudanças sociais.

Há de se considerar, que as ofertas de serviços sociais básicos e complementares não poder ser as únicas estratégias utilizadas para vencer os desafios de miséria. No caso do Bolsa Família, **tal renda poderá permitir também alcançar tanto a autonomia como a cidadania** (Resposta do Diretor de Escola, grifos nossos).

O programa, analisando seu escopo, sua orientação inicial, o contexto no qual ele foi desenvolvido e suas intenções básicas, seria **um mecanismo de transferência de renda bastante eficiente, pautado em conceitos como a renda básica de cidadania, respeitado amplamente como método de combate á pobreza, fome e fomentador de mudanças sociais** (Resposta do Diretor de Escola, grifos nossos).

O Programa Bolsa Família é benéfico na perspectiva de transferência de renda para populações pobres e desfavorecidas, no entanto merece consideração para que **sirva como elemento reparador de questões como violência, trabalho e organização social** (Resposta do Professor Ensino Fundamental – Anos Finais, grifos nossos).

Segundo Pinzani e Rego (2013), a ideia é de que a renda recebida por meio do PBF traga as famílias maiores possibilidades de liberdades e conseqüentemente autonomia, uma vez que o dinheiro acaba trazendo capacidade de escolhas e de desejos das pessoas, trazendo a capacidade de decidirem sobre suas vidas e, portanto, mais iguais às outras. Outro ponto colocado pelas autoras é de que grande parte da renda das famílias é do PBF e que antes disso a vida se resumia a uma luta diária.

Segundo pesquisa das autoras (2013) nota-se que a autonomia econômica é condição para a autonomia moral, pois para muitos beneficiários não tem como ser sujeito ativo se não se consegue assegurar seu próprio sustento, pois, a falta de independência econômica traz sensação de frustração. “O PBF possui em germe condições de se transformar em política pública de cidadania para se efetivar no Brasil um desenvolvimento econômico comprometido com radicalização substantiva da nossa democracia” (PINZANI e RÉGO, 2013, p.366).

Uma educadora pontuou que não acredita que o PBF atenda as necessidades básicas das famílias que vivem em situações de pobreza, para ela é preciso que tenha outros programas para que essas famílias tivessem a chance de estar no mercado de trabalho.

Quanto ao PBF teria maior significado, se realmente garantissem o direito à alimentação, o acesso à educação e à saúde. **No entanto, acredito que o programa não atende a todas as necessidades da sociedade em situação de precariedade e seria primordial**, outros projetos permanentes que possibilitassem a geração de renda, qualificando e inserindo essa população para o mercado de trabalho (Resposta do Professor de Educação Infantil, grifos nossos).

Alguns educadores colocam na importância do PBF, pois, eles dão a possibilidade das crianças e adolescentes estarem na escola.

O Programa em si não tem influência direta na vida escolar das crianças, **mas possibilita a permanência de forma mais regular a muitas delas**, o que dá a chance aos educadores de conquistar e conscientizar as crianças e suas famílias (Resposta do Diretor de Escola, grifos nossos).

Para mim o Projeto Bolsa Família tem proporcionado a muitas **crianças em situações de extrema pobreza a possibilidade de frequentarem uma escola**, o que talvez não acontecesse se esse benefício não existisse. Mas em minha opinião deveriam existir políticas públicas que dessem ao cidadão a família brasileira condições de vida e cidadania, para que não precisassem recorrer a nenhum benefício (Resposta do Professor do Ensino Fundamental anos iniciais, grifos nossos).

Como já foi dito, uma das condicionalidades do PBF diz respeito à frequência escolar, nas falas de alguns educadores podemos notar que essa condição trás a possibilidade de crianças e adolescentes frequentarem a escola, e por sua vez ela ser um caminho para a mudança de vida desses alunos que vivem em situações de pobreza. Assim, os jovens que precisam trabalhar ou mesmo ajudar em casa sendo beneficiário precisam estar na escola, senso assim, é preciso que os profissionais de educação colaborem conscientizando os alunos sobre a importância dos estudos para melhorarem sua condição de vida.

Os programas de transferência de renda têm como foco aumentar os níveis de utilização da educação pública eliminando barreiras de acesso. Um dos objetivos do Programa Bolsa Família é que os beneficiários tenham frequência na escola.

Segundo Silveira Neto (2010), o PBF tem apresentado impactos positivos sobre indicadores educacionais, que além de reduzir condições desfavoráveis dos

beneficiários, favorece efeitos intergeracionais sobre o bem-estar da família beneficiada. A partir da pesquisa realizada pelo autor, as crianças beneficiárias do PBF apresentam uma elevação na frequência escolar.

Para Modesto e Castro (2010), o Programa Bolsa Família criado com o foco na família, tem registrado maiores níveis de acompanhamento de condicionalidades de renda no Brasil. Muitas famílias enfrentam problemas de acesso à educação e saúde, a maioria enfrenta dificuldades a ponto de conseguir manter o filho na escola.

A partir das falas dos autores, podemos apontar como é importante o PBF na vida das famílias beneficiárias, uma vez que além de ajudar na renda contribui com a inserção de muitas crianças na escola além de auxiliar em algumas questões com relação à saúde. Nessa categoria analisamos a concepção de educadores quanto ao impacto do Programa Bolsa Família na educação.

Para alguns educadores o PBF tem importante papel para que as famílias mantenham seus filhos nas escolas, uma vez que o acesso e a permanência na escola tenham como consequência evitar a evasão e contribuir com o êxito escolar, pois a participação no processo escolar intervém de forma positiva na vida dos beneficiários.

O Programa Bolsa Família auxilia as famílias a manterem os filhos na escola, desestimulando o trabalho infantil, também auxilia na aquisição de materiais escolares e outras despesas que os alunos possam ter (Resposta do Coordenador Pedagógico, grifos nossos).

O programa incentiva o acesso, permanência e consequentemente êxito escolar dos alunos, pois o objetivo é auxiliar a classe menos favorecida a não desistir dos estudos, ou seja, um subsídio para alavancar a capacitação e formação dos indivíduos atentos pelo programa (Resposta do Coordenador Pedagógico, grifos nossos).

A implementação do Programa Bolsa Família requer o estabelecimento de condicionalidades a serem cumpridas por àquelas famílias que acessam ao benefício do Programa, **o que significa a participação efetiva no processo educacional intervindo de forma positiva na vida escolar dos beneficiários** (Resposta do Coordenador Pedagógico, grifos nossos).

O programa bolsa família é um programa antigo que foi mudando de nome ao longo do tempo. Não é o PBF que vai garantir a formação de do cidadão. **Mas ele contribui para evitar a evasão escolar e talvez o trabalho infantil** (Resposta do Professor de Ensino Médio, grifos nossos).

Podemos notar nas indicações desses educadores que o acesso de estudantes na escola contribui para que tenham participação significativa na vida escolar, segundo Pires (2013), a questão da frequência escolar de crianças e jovens atendidos pelo PBF,

tem o intuito de promover melhores condições para que esses estudantes possam futuramente ingressar no mercado de trabalho e conseqüentemente sair da condição de pobreza. A exigência da frequência é também instituída com intenção de contribuir com o enfrentamento do trabalho infantil, porém para que ocorra uma mudança é preciso levar em conta a qualidade do ensino oferecido.

Para o autor (2013) foi possível notar que as possibilidades de ganho vão além da condicionalidade da frequência escolar, mas fortalece sentimentos de pertencimento e reconhecimento social para as famílias beneficiária.

Nas pesquisas de Brandão, Pereira e Dalt (2013), têm ocorrido impactos positivos quanto ao acesso escolar que o PBF promove, tanto que a maioria dos responsáveis legais pensa em voltar a estudar após o benefício do PBF. Segundo os autores ocorrem melhorias no acesso da população pobre nos serviços sociais e principalmente na frequência de crianças pobres na escola.

Outro ponto na pesquisa dos autores é que são nas famílias de beneficiários mais jovens que o PBF produz mais efeitos, sendo assim, devemos pensar que são os mais jovens que tem maiores possibilidades de reverter à situação de vulnerabilidade e assim conquistar sua própria renda sem precisar do benefício.

Nestes termos, os investimentos educacionais das famílias devem contribuir para uma maior compreensão dos laços que ligam a população pobre aos outros setores da sociedade, criando oportunidades para a formação de uma nova consciência cidadã e reforçando os compromissos do Estado brasileiro com a superação da nossa persistente pobreza (SILVA, BRANDÃO e DALT, 2009 p.317).

Para alguns educadores é a escola que vem se preocupando para que o aluno tenha sucesso escolar, uma vez que os pais apenas tem a preocupação de mantê-lo dentro do espaço escolar. Segundo as respostas dos educadores é importante que a escola oriente os alunos, porém a escola não está preparada para receber os beneficiários do PBF, pois eles não têm conhecimento ou orientação sobre o programa. Há um desconhecimento dos professores sobre os reais objetivos do PBF, como também das suas condicionalidades.

Existe, sem dúvida, a crítica de que esse programa não estimula o trabalho e é focado, ao invés de universalizar. É indiscutível, porém, que os recursos públicos estão sendo usados de modo eficiente e atendem de forma efetiva as famílias socialmente excluídas. **Quanto à vida, escolar as famílias têm mantido seus filhos na escola e há uma preocupação com a frequência escolar e poucos se preocupam com o rendimento/ desenvolvimento, no entanto as**

escolas tem se desdobrado para que a criança tenha sucesso apesar das dificuldades (Resposta do Coordenador Pedagógico, grifos nossos).

Infelizmente muitos ainda têm a concepção de maior quantidade de filhos na escola, maior a quantidade de benefícios. **A escola necessita fornecer outros tipos de informações, e principalmente que trabalhe com a parte social.** Acredito que esse programa ainda incentiva a pobreza, e a escola tem um importante papel de orientar os alunos levando palestras e fazendo rodas de discussões sobre o assunto, e isso não vejo em nenhuma escola que já atuei, então temos as políticas públicas, mas não temos profissionais preparados para orientar sobre as vantagens e desvantagens desses programas. **Na escola mesmo nunca tivemos nenhum tipo de orientação sobre o PBF** (Resposta do Professor Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio, grifos nossos).

Notamos nas declarações dos educadores que é a escola que tem o papel de orientar os alunos, de trabalhar com as desigualdades sociais. Segundo Leite (2014), uma escola que se comprometa com a diversidade precisa se posicionar diante das desigualdades sociais, buscando construir uma sociedade mais justa e democrática, para isso é preciso que as escolas repensem suas práticas e sua relação com a sociedade.

Alguns educadores demonstram em suas respostas que o PBF é uma oportunidade para que os alunos frequentem a escola e melhore seu desempenho e rendimento escolar, podendo assim quebrar as barreiras com a pobreza e desigualdade social.

Com a Bolsa família houve uma queda significativa na pobreza e desigualdade social, mas vai além da renda, **em relação a educação houve maior frequência escolar, oportunizando um melhor rendimento do aluno**, diminuindo o fracasso escolar. Acredito que só tenha pontos positivos na área educacional (Resposta do Diretor de Escola, grifos nossos).

O Programa Bolsa Família pode ser considerado determinante para promover melhores condições para que seus beneficiários quando em fase economicamente ativa, ingressem no mercado de trabalho, ampliando assim a renda e gerando o rompimento do ciclo da pobreza, **haja vista que a condicionalidade educação garante a elevação do nível de escolaridade, pois concentra-se na matrícula e na frequência escolar** (Resposta do Professor do ensino médio, grifos nossos).

O Programa é de suma importância para a qualidade e permanência dos estudantes em seus ambientes escolares, garantindo que toda criança/família possa estar de fato participando do processo de inclusão, uma vez que seus direitos básicos estejam garantidos. **A crítica que se faz é pela eficiência em fiscalização e processual administrativo**, que só compete aos órgãos gestores e não ao cidadão usuário (Resposta do Auxiliar de Desenvolvimento Educacional, grifos nossos).

O dever de manter as crianças na escola e de ter que acompanhar a saúde de crianças e nutrizes tem a finalidade de construir a porta de saída da pobreza, todavia, apesar do governo ter realizado um bom acompanhamento da **frequência escolar das crianças, as portas de saída da pobreza ainda são muito estreitas, impossibilitando uma ampla melhora de vida das famílias beneficiadas** (Resposta do Diretor de Escola, grifos nossos).

No que tange à relação da evasão escolar com a pobreza, observa-se que o tempo todo uma influencia a outra, e provoca uma sucessão de acontecimentos (quase que irremovíveis), pois, quanto maior a situação de pobreza do sujeito, menor tempo permanece na escola; e quanto menor o grau de estudo do sujeito, maior é a condição de pobreza; e, quanto menor o grau de escolaridade e maior nível de pobreza do sujeito, menor é possibilidade de lutar por seus direitos básicos.

Segundo Craveiro e Ximenes (2013), a educação tem um papel importante para que se tenha um rompimento com o ciclo da pobreza, para isso a escola precisa assegurar para essas famílias uma educação de qualidade e aprendizagens significativas. Portanto, faz-se necessário que as crianças tenham assiduidade escolar, por muito tempo as famílias em situações de pobreza não conseguiram garantir que as crianças tivessem acesso e permanência na escola, por isso, o PBF tem papel fundamental na vida dos beneficiários.

Segundo Gusmão (2013), a qualidade no contexto da educação remete aos fins educacionais, portanto, seria uma educação que cumpre com seus objetivos. O autor em seu texto estudo cinco enfoques da qualidade da educação: ao processo de expansão da educação, os resultados das provas em larga escola, a associação da qualidade a uma perspectiva econômica, questões relativas a diversidades e discutir a temática da educação vigentes senso necessário mais que melhorar, reestruturar e transformar a educação.

Para a autora (2013) os cinco enfoques são importantes, pois todos relacionam a qualidade da educação como um direito de todos, onde ocorra igualdade de resultados, oposição a uma visão mercantil, transformação do modelo educacional e diminuição das desigualdades.

Na concepção de uma educadora, o PBF não é suficiente para que as famílias saiam da pobreza, porém ele não é um benefício que reforça a pobreza e a desigualdade social, mas também não ajuda em nada na vida escolar, uma vez que apenas ter frequência escolar não quer dizer que tenha desempenho e melhora na sua escolaridade.

O PBF não é suficiente para fazer com que as famílias saiam da pobreza apenas recebendo o benefício. É necessário que os adultos também tenham um trabalho, que geralmente é informal, precário e com renda incerta e variável. O PBF reduz a incerteza, trazendo uma fonte estável de renda, **mas que não é suficiente para tirá-los da pobreza**. Assim, não acredito que reforce a pobreza e a desigualdade social, mas também **não ajuda na vida escolar dos beneficiários** (Resposta do Professor Ensino Fundamental anos finais, grifos nossos).

Faz-se necessário que os educadores acreditem em ações pedagógicas que posam incentivar de maneira positiva os alunos, com intenção de que tenham conhecimentos dos seus direitos, portanto, a escola deve ser um espaço que todos tenham consciência de si como pessoas de direitos. A resposta do professor de Ensino Fundamental Anos Finais foi contundente com relação a não ajudar na vida escolar de estudantes beneficiados, mas será que este conhece a verdadeira situação de seus alunos pobres? Será que todos os docentes têm essa preocupação em conhecer?

Podemos notar na maioria das respostas de educadores que o Programa Bolsa Família é de extrema importância para que discentes frequentem a escola. Porém é preciso que a escola desenvolva uma aprendizagem significativa para esses alunos, visto que o PBF condiciona apenas a presença, a parte de ensino e aprendizagem em que estudantes consigam romper com as condições de pobreza tendo oportunidades de um futuro melhor vem da possibilidade do que fazem no tempo em que estão dentro da sala de aula.

Segundo Mendonça (2014), os sistemas de ensino tem que promover ações em defesa dos direitos humanos, combater o preconceito e ser facilitador de processos formativos, onde as diferenças sejam respeitadas e a atenção seja oferecida a todos.

4.3. FLUXO ESCOLAR EM SITUAÇÃO DE POBREZA

Assim como nas questões A e B as categorias da questão C também foi realizada a partir do software IRaMuTeQ. A figura abaixo representa o dendrograma gerado pelo *software*, para definir as categorias de análise da questão C:

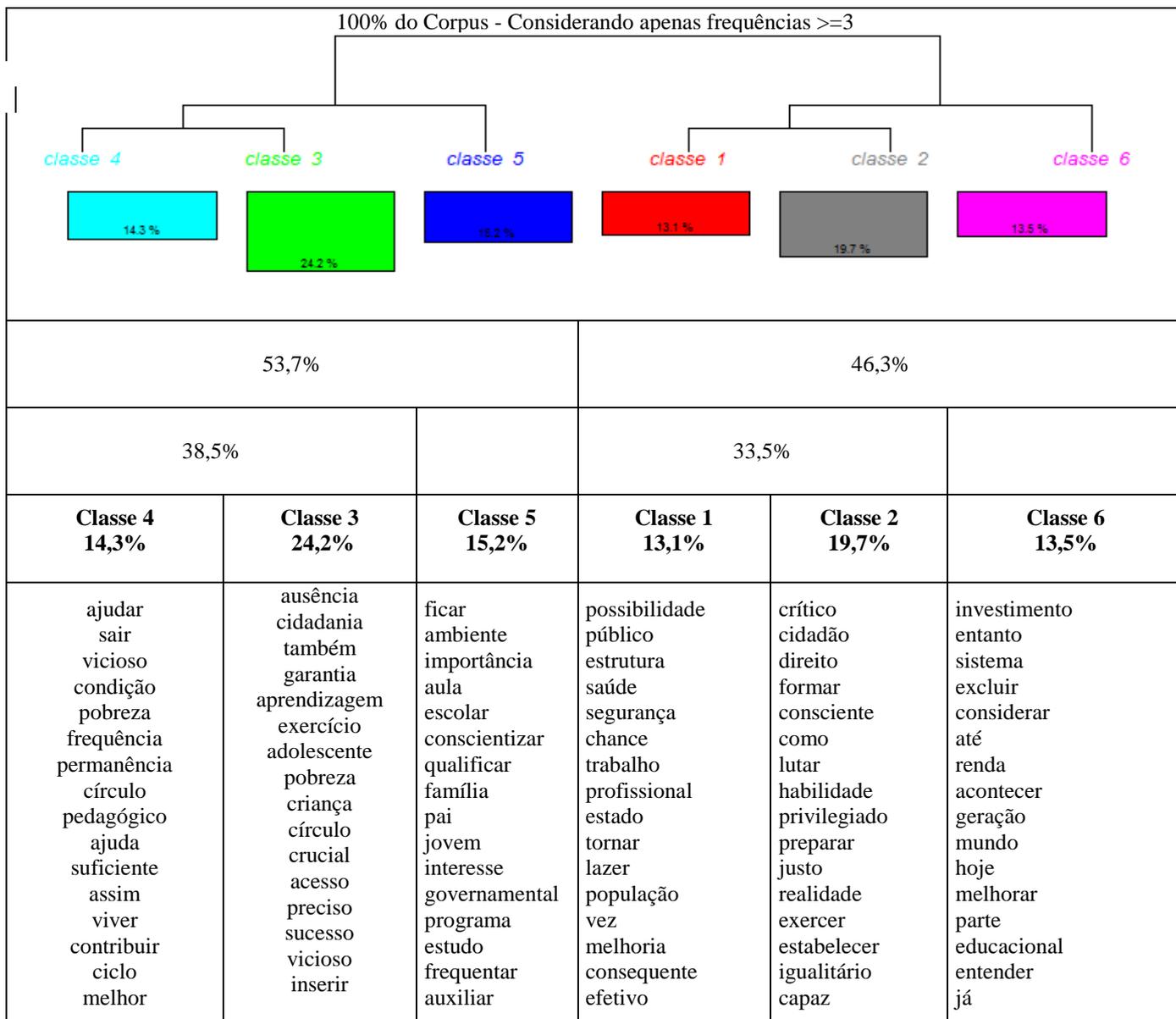


Figura 9 - Dendrograma da CHD (classificação Hierárquica Descendente) do corpus questão C

Fonte: Elaboração da pesquisadora

Sendo assim a partir das classes geradas pelo software, surgiu as categorias resultantes, que foram definidas pelo pesquisador, como vemos no quadro 7:

Quadro 7 - Denominações utilizadas para indicar as categorias do corpus da questão C

Classes do dendrograma gerado pelo software IRaMuTeQ - Figura 8	Categorias definidas pelo pesquisador
Classe 1, 2 e 6	1) Situação de pobreza e o acesso e permanência na escola
Classe 3, 4 e 5	2) O limite da escola com relação ao círculo vicioso da pobreza

Fonte: Elaboração da pesquisadora

Na questão (C): o acesso e a permanência das crianças e adolescentes na escola são suficientes para que sua formação as ajude a sair do círculo vicioso da pobreza e da ausência de cidadania? Por quê?

De acordo com o quadro 7 é possível observar, a partir das respostas apresentadas pelos participantes, seis classes do dendrograma, mas ao serem averiguadas com mais precisão foram compostas por apenas duas categorias de análises: 1) Situação de pobreza e o acesso e permanência na escola; 2) O limite da escola com relação ao círculo vicioso da pobreza. Assim como na questão (A e B) as falas dos participantes também estão divididas por funções que exerciam na escola.

4.3.1. Acesso e permanência na escola em situação de pobreza

Nessa categoria analisamos por meio das respostas dos educadores a importância do acesso e permanência na escola de crianças e adolescentes brasileiros em situação de pobreza. Para alguns educadores é por meio da educação que pode se modificar a vida das famílias que vivem em condições de pobreza, porém para outros não é só a permanência na escola que faz com que as famílias superem a pobreza, visto que é preciso acontecer mais políticas públicas, com o apoio do estado para garantir que essas crianças e adolescentes tenham melhores oportunidades de vida em sociedade, onde se quebre as barreiras das desigualdades sociais.

Para alguns educadores a escola tem um importante papel na formação e desenvolvimento dos educandos, para isso é importante que ela seja democrática e forme sujeitos críticos e éticos, crie possibilidades e garantindo melhor qualidade de vida, sendo de suma importância para a superação da pobreza:

Sim, a escola tem um papel privilegiado para formação e desenvolvimento do indivíduo em sua totalidade, torna-se fundamental, porém **é necessário que a escola seja justa e democrática**, formando assim, um sujeito crítico e consciente de sua realidade, apontando caminhos para que este possa intervir mudar as condições adversas, **criando possibilidades na busca das condições**

necessárias para uma vida digna. (Resposta do Coordenador Pedagógico, grifos nossos).

Suficientes não são, **mas são um bom caminho, a escola ensina, faz pensar, busca formar cidadãos críticos e éticos** e busca o tempo todo ensinar que a educação é um lado árduo que exige dedicação, mas que alcançarão bons frutos para fazer uma história diferente de seus pais (Professor Ensino Fundamental anos iniciais, grifos nossos).

Alguns educadores acreditam que o programa é um direito da população e que é dever do Estado atenuar a pobreza, devido às desigualdades existentes:

Sim, porque **a escola é um espaço privilegiado para a formação e desenvolvimento do educando** como um todo, tornando-o consciente, crítico e participativo na sociedade (Resposta do Diretor de Escola, grifos nossos).

Penso que a educação é de suma importância para a superação da pobreza, porém esta não deve se restringir ao grau de escolaridade dos indivíduos. **A educação deve compreender a qualidade do processo ensino/aprendizagem, além de fatores ligados a cultura e habilidades que o ser humano deve desenvolver no âmbito escolar e fora** deste para que possa concorrer com maior igualdade às escassas vagas no mercado de trabalho vigente, haja vista que devem ser consideradas as complexidades do sistema capitalista e seus reflexos na sociedade (Resposta do Coordenador do Programa Bolsa Família, grifos nossos).

É importante sim, **mas a escola precisa possibilitar a seus educandos a formação para uma consciência crítica e denunciadora, para que se efetive a real emancipação cidadã** (Professor Ensino Fundamental anos finais, grifos nossos).

De maneira geral os participantes responderam que a escola é quem da possibilidade de uma melhor qualidade de vida, para que os estudantes se tornem cidadãos críticos, e exerçam seus direitos na sociedade:

Sim. Eu creio nisto. Porque podem conquistar novas possibilidades de ascensão, através de profissões mais bem remuneradas. Pois podem conseguir ingressar em cursos superiores em instituições públicas de ensino no país. Com isso, **terem maiores chances de empregos com melhores remunerações;** conseguindo assim, **uma melhor qualidade de vida** (Resposta do Coordenador Pedagógico, grifos nossos).

A escola é um ambiente rico em possibilidades e experiências, quando desenvolvidos com qualidade. **Acredito que a educação é a chance de mudar e dar esperança para o futuro da nossa sociedade** e em especial, chance para quem mais precisa (Resposta do Professor de Educação Infantil, grifos nossos).

Acredito que não seja o suficiente, mas já é um caminho **para que eles consigam se tornar cidadãos críticos** (Resposta do Professor Ensino Fundamental anos finais, grifos nossos).

Provavelmente, pois é **por meio do conhecimento que o indivíduo vai se tornar um cidadão crítico**, preparado para exercer seus deveres e conseqüentemente lutar pelos seus direitos, tendo a partir da sua educação mais oportunidades igualitárias (Resposta do Professor de Educação Infantil, grifos nossos).

Um educador pontuou a importância do PBF de proporcionar por meio do acesso e permanência na escola a possibilidade das crianças futuramente estarem no mercado de trabalho, porém isso ocorre em longo prazo, assim, em sua visão, em curto prazo não são alteradas as condições das famílias pobres, apesar dos programas de transferência de renda auxiliar essas famílias, apenas se constituem em medidas paliativas.

A educação aumentará a possibilidade das crianças ingressarem futuramente no mercado de trabalho, o que faz com que, em longo prazo, o PBF tenha grandes chances de proporcionar ascensão social, porém, em curto prazo, não são alteradas as condições de geração de renda das famílias, fazendo com que elas continuem enfrentando vulnerabilidades. (Resposta do Diretor de Escola, grifos nossos).

A permanência na escola **promove interação social** ajuda a criança e a adolescência a almejam um futuro melhor, criando **condições e esperança para saírem da pobreza e fortalecer seu vínculo como cidadão** (Resposta do Professor do Ensino Fundamental anos finais e Ensino Médio, grifos nossos).

A permanência na escola possibilitará um futuro melhor para quem vive na pobreza. **Através da escola**, crianças e adolescentes **poderão no futuro exercer sua cidadania pela formação que terão**, pois, conseguirão sua colocação no trabalho direcionada para uma **profissão com dignidade** (Resposta do Professor da Educação Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais, grifos nossos).

Em contrapartida, vários educadores abordaram algumas perspectivas preconceituosas com relação à situação de pobreza e a possibilidade de que crianças e adolescentes não tenham oportunidades para que saírem das suas condições:

Penso que quando crianças e adolescentes **não frequentam a escola aumentam a possibilidade de se tornarem adultos incapazes de modificarem sua condição de miséria** e conseqüentemente de se libertarem da **ideia estereotipada de caridade e criminalidade que circula o cotidiano social das populações mais pobres de nosso país** (Resposta do Professor Ensino Fundamental anos finais, grifos nossos).

[...] os alunos ficam apenas por um tempo na escola, **no restante do período ele fica com sua família e dependendo das condições de vida e moradia os avanços com essa permanência simplesmente na escola não adianta**, pois lhe **falta muita coisa para que ele perceba a importância e relevância do estudo em seu futuro** (Resposta do Diretor de escola, grifos nossos).

O acesso e a permanência do indivíduo no ambiente escolar, **apenas garantem que este cidadão tenha um lugar para ficar, que não sejam as ruas ou qualquer outro fora da escola**. Para falarmos em ações que provoquem mudanças efetivas na vida desse sujeito e o retire do universo da pobreza e da ausência de cidadania, é imprescindível discutir qualidade educacional (Resposta do Coordenador Pedagógico, grifos nossos).

O acesso e permanência da criança e adolescente no ambiente escolar são de fundamental importância para quem possa **desenvolver os seguintes valores: comprometimento** – atuação efetiva em prol do bem estar de todos; **sustentabilidade** – conscientização e responsabilidade com o meio ambiente; **responsabilidade social** (Resposta de Educação Infantil, grifos nossos).

[...] em **muitos casos eles** [referindo-se aos estudantes] **recorrem à escola para poderem se alimentar e ter acesso a programas de assistência social**. Os mesmos frequentam as aulas regularmente, mas, **sem interesse na aquisição de um bom conhecimento e de uma mudança de posição na sua vida futura** (Resposta do Professor de Educação Infantil, grifos nossos).

Os educadores atrelam muito o PBF a um cunho assistencial, por não o enxergarem como um direito social e ligado a políticas públicas que objetivam assegurar o direito à cidadania. Além disso, notamos que, desse ponto de vista, incide sobre a população empobrecida a responsabilidade da superação da pobreza por “conta própria”. É perceptível a necessidade de conectar as ações do PBF àquelas que promovem qualificação profissional e geração de emprego, para que as famílias tenham condições objetivas de superação da pobreza, ao invés de abordar a necessidade do recebimento do benefício.

O PBF pode intervir positivamente na vida dos seus beneficiários. Contudo, na escola **a obrigatoriedade da assiduidade às aulas é apenas um ponto**, mas não é o suficiente. **É necessário que as famílias participem mais da vida escolar de seus filhos, que recebam orientações da escola pelos professores e discutam em suas casas a importância e o valor da escola** (Resposta do Vice-Diretor, grifos nossos).

Para outros educadores o acesso e permanência na escola são importantes, mas não são suficientes para que as famílias possam sair da condição de pobreza é preciso que as Políticas Públicas e o estado tenham ações efetivas para que todos possam

usufruir de condições de boas formações e trabalho além de auxiliar no lazer e na cultura.

Não, o acesso e a permanência não são suficientes para a maioria dos alunos porque se faz necessário à ajuda dos pais, o empenho do aluno e do professor, **além da responsabilidade das políticas públicas** também [...] (Resposta do Coordenador Pedagógico, grifos nossos).

Entendo que o acesso e a permanência dos alunos na escola são importantes, mas acredito que o **Estado e as Políticas Públicas devem ter ações efetivas para garantir ainda mais a formação/trabalho dos alunos**, para que de fato eles possam sair da situação de pobreza (Resposta do Professor de Educação Infantil, grifos nossos).

A escola tem um papel fundamental na formação cidadã de nossos alunos, porém **não é o único instrumento para transformação da realidade dos estudantes**. Acredito que a erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais, **o Estado precisa trabalhar com outros aparelhos públicos, como por exemplo, a saúde, a segurança, o lazer e a cultura** (Resposta do Orientador Educacional, grifos nossos).

O acesso e a permanência são importantíssimos para que se dê oportunidades a essa criança, porém, com certeza não são suficientes, **pois é necessário um amparo das políticas públicas para que mais oportunidades sejam dadas no decorrer de sua trajetória escolar e profissional** (Resposta do Professor Ensino Fundamental anos iniciais, grifos nossos).

[...] a escola em si não basta, mas sem ela, o caminho se torna quase impossível. **Precisamos de políticas públicas que apoiem a luta dos professores pela melhoria na qualidade de vida dos alunos e consequentemente, da comunidade onde elas estão inseridas**. Para a quebra do círculo vicioso é necessário que a Educação seja focada na formação de um cidadão crítico e pensante, com sonhos e ferramentas para a sua realização (Resposta do Professor do Ensino Médio, grifos nossos).

Observa-se que, para os respondentes, o papel da educação na formação dos alunos é importante, mas por causa das suas condições de vulnerabilidade social, das condições de seus familiares etc. a escola e seus educadores não dão conta de oferecer ensino de qualidade:

A simples permanência não é suficiente, **são necessárias melhorias e expansão das capacidades de atendimento** para garantir o acesso, a permanência e a **efetiva educação dentro do ambiente escolar** (Resposta do Coordenador Pedagógico, grifos nossos).

Porém é limitado demais crer que apenas no cenário escolar essa formação seja concluída, **não podemos reduzir a importância do papel da família**, ainda mais quando sabemos que encontramos inúmeros cenários nos quais ela inexistente, **não é atuante ou ainda**

atua de forma prejudicial na formação de bons cidadãos.
(Resposta do Diretor de Escola, grifos nossos).

Não são suficientes, mas colaboram muito, uma vez que estando na escola, a **presença contínua e a participação nas aulas podem proporcionar um vínculo e o despertar do interesse da criança e da família** com os estudos e da importância da sua participação na sociedade, sendo necessário antes de tudo, que a criança esteja presente na aula, para que dela se aproprie. Também como forma de **evitar com mais eficácia o trabalho infantil e o abandono escolar** (Resposta do Diretor de Escola, grifos nossos).

Também acredito que **o papel da sociedade é fundamental** para que nossos estudantes saiam do círculo vicioso da pobreza e da ausência de cidadania e, claro, **a participação da família** é de extrema importância nesse processo (Resposta do Orientador Educacional, grifos nossos).

Com o acesso e a permanência das crianças e adolescentes na escola eles vão sair desse círculo vicioso, porque a educação é como a maior das incentivadoras. [...] Por isso essa importância, **a família tem a sua parte**, mas da escola muito mais, em questão dessa desigualdade. **Os pais e mães fazem o seu trabalho dentro de casa e a escola também recicla** (Resposta do Professor Ensino Fundamental anos iniciais, grifos nossos).

As expectativas escolares em relação aos alunos beneficiários do PBF, de modo geral, são positivas com relação à progressão dos estudos, na capacitação profissional, com possibilidade da ascensão social por meio da escola:

É preciso **desenvolver políticas públicas que envolva a escola, o governo e a família nesse processo, pois sem esse tripé fica difícil tirar as pessoas da pobreza e oferecer o mínimo de cidadania nesse país** (Resposta do Coordenador Pedagógico, grifos nossos).

Mesmo com respostas bastante progressistas de alguns educadores, a pesquisa demonstrou que existe uma visão ainda preconceituosa sobre o recebimento dos recursos, bem como um desconhecimento sobre os objetivos e as condicionalidades do programa, principalmente, por parte de professores, algo que preocupa devido ao contingente expressivo de beneficiários do PBF nas escolas.

4.3.2. O limite de intervenção da escola: círculo vicioso da pobreza

Por fim, buscamos compreender qual seria a intervenção da escola, da educação (de forma geral), na quebra do círculo vicioso da pobreza. Para alguns educadores é

importante o papel da sociedade para que crianças e adolescentes tenham oportunidades melhores além de sair do círculo vicioso da pobreza e da ausência de cidadania.

Sim. Ao garantir ou possibilitar a frequência do aluno tem acesso a saberes e experiências significativas para sua transformação pessoal. **A escola pode sim mudar o rumo da história, já construímos um caminho significativo se olharmos para a sociedade nos últimos anos** (Resposta do Coordenador Pedagógico, grifos nossos).

No Brasil, por vezes, os pobres são tidos como sujeitos incapazes e de má conduta. Historicamente, a população brasileira carrega o preconceito com relação à capacidade cognitiva e da conduta moral de pobres e negros (PATTO, 1990). E a conjectura torna-se prática, devido às tristes estatísticas que engrossam este discurso: do fracasso escolar; de desemprego ou subemprego; sistema jurídico etc.

O mapa da violência nos mostra que as vítimas têm classe, raça e gênero (CERQUEIRA et al., 2018). Assim, por séculos a política de extermínio vem imperando no Brasil, com a desculpa de que os fatores individuais de cada um é quem fazem as histórias dos sujeitos:

O acesso e permanência das crianças e adolescentes na escola são fatores que os auxiliam a sair do círculo vicioso da pobreza e ausência de cidadania, pois oferece cultura e conhecimento para os alunos, e isso é primordial para que cada um tenha condições de buscar sair deste ciclo. Mas, **fatores individuais, como a força de vontade e experiência completam as condições necessárias** para que cada um busque sair destas condições (Resposta do Diretor de Escola, grifos nossos).

Somente o acesso e permanência **não garante a mudança/saída** do círculo vicioso. O **compromisso das famílias** deveria ser maior, o acompanhamento do rendimento de seus filhos na escola e por fim a compreensão de que **todos fazem parte da sociedade, são cidadãos plenos e que podem através do conhecimento sair desse círculo vicioso** (Resposta do Coordenador Pedagógico, grifos nossos).

Fica evidente a necessidade de aprofundar as discussões teóricas acerca desta temática, com efetivação de novas políticas formativas nos sistemas educacionais, de modo a colaborar com a superação das desigualdades estruturantes da sociedade, oferecendo uma educação de qualidade, como indica alguns educadores:

O acesso e a permanência da criança na escola **não são suficientes**, pois só o fato de estar na escola, não mudará a situação da pobreza ou a ausência da cidadania. **O que muda realmente essa situação é que se ofereça a sociedade, uma educação de qualidade e que tenha**

significado para sua vivência (Resposta do Professor de Educação Infantil, grifos nossos).

O acesso e a permanência na escola são um ponto crucial para sair do círculo vicioso da pobreza e da ausência de cidadania, entretanto isso também **dependerá da qualidade da educação que recebe na instituição** (Resposta do Coordenador Pedagógico, grifos nossos).

Acho que não, pois a educação, oferecida na rede pública pelo menos, em se tratando de ensino básico, **não possui qualidade suficiente para desenvolver em nossos alunos a consciência de suas realidades e como buscar e aproveitar as oportunidades para mudá-las**. Não adianta ensinar matérias básicas e não ensiná-los a terem vontade de mudar suas vidas e de suas gerações futuras (Resposta do Professor Ensino Fundamental anos iniciais, grifos nossos).

Não sei afirmar se são suficientes, pois acredito que **não são os únicos fatores que interferem** (se o aluno sairá ou não da pobreza), porém tem uma parcela muito significativa, ela pode mudar toda a nossa sociedade, e **é fundamental para reduzir a pobreza**. (Resposta do Professor Fundamental anos iniciais)

As políticas educacionais desenvolvidas pelo Estado brasileiro pressupõem um conceito de educação que se enquadra numa perspectiva instrumental, referindo-se apenas à preparação de sujeitos para o desenvolvimento financeiro (um emprego, ou um trabalho), num processo de adaptação às necessidades do campo econômico, sem considerar as desigualdades das classes sociais e suas consequências para a vida social.

Nesta perspectiva, caberia à educação o papel de uma formação díspar, contraditória a própria organização social brasileira: para os estudantes da classe alta economicamente, uma formação geral, humanista e ascendente (Ensino Superior); e para os filhos da classe baixa economicamente uma formação de caráter deficitário, com ênfase na qualificação técnico-profissional e terminalidade baixa.

Para romper com este ciclo educacional, as políticas públicas educacionais em contextos democráticos devem ser “ações coletivas que participam da criação de determinada ordem política e social, da direção da sociedade, da regulação de suas tensões, da integração dos grupos e/ou da resolução de conflitos” (LASCOURMES; LEGALÈS, 2012, p. 32). Assim, fóruns, congressos, conselhos e organizações sociais (espaços democráticos) são instâncias de consulta ou mesmo de decisão, em que as ideias, decretos, leis etc. circulam e são adotados por programas governamentais.

Para Narayan (2000), só serão eficazes e sustentáveis as estratégias de redução da pobreza se refletirem as percepções dos pobres, pois será um grande equívoco traçar estratégias de combate à pobreza sem ouvi-los.

A situação de pobreza deve ser compreendida como um fator multidimensional (CRESPO; GUROVITZ, 2002). Estudos e conceitos tornam-se necessários para se ter uma visão mais clara e analítica do objeto de estudo e não apenas uma visão imediatista ou reducionista do que ele representa, para dessa forma conceber intervenções eficientes na escola, na família e na sociedade.

Alguns educadores, de diferentes formas, acabam manifestando este ponto de vista em suas respostas:

O acesso e a permanência das crianças e adolescentes na escola **não são suficientes** para que os mesmos saiam do círculo vicioso da pobreza e da ausência de cidadania. Afirmo isso, por que **é necessário elaborar projetos sociais que causam impacto social contribuindo para o desenvolvimento da autonomia cidadã** (Resposta do Diretor de Escola, grifos nossos).

Não, **a escola é mais um instrumento de reforço da desigualdade, hoje a escola tem objetivos ultrapassados não pertencentes a essa geração**, é necessário rever e repensar o currículo com investimento real e ações participativas de todos os setores (Resposta do Professor do Ensino Médio, grifos nossos).

Não. Pois, **a escola é palco de tragédias e atrocidades, também sendo um agente de más influências, pela integração social**. [...] **O investimento social precisa acontecer, dentro e fora da escola** (Resposta do Professor do Ensino Médio, grifos nossos).

Deve existir **maior investimento governamental para que a igualdade aconteça nas instituições educativas**, em que as mesmas características de **uma escola de qualidade privada apareçam em qualquer outra escola pública de todo o país** (Resposta do Professor de Educação Infantil, grifos nossos).

Também faz **se necessário ter políticas que possam prover o acesso a empregos quando a formação do indivíduo é concluída**. Resumindo é preciso parar de investir somente em **programas sociais que apenas amenizam o problema**, o que realmente é necessário são investimentos em programas que favorecem o **crescimento econômico possibilitando uma melhor divisão de rendas através de empregos** (Resposta do Professor de Educação Infantil, grifos nossos).

Acredito que **a educação seja a base para qualquer mudança, mas atrelada a investimento, estímulos e uma educação libertadora e democrática para todos**. (Resposta do Professor de Educação Infantil, grifos nossos).

Existem várias definições para pobreza, e quase todas estão relacionadas à baixa renda; exclusão social; vulnerabilidades – precárias condições de saúde e saneamento básico etc. Apesar de concordarmos com esta deficiência econômica, em muitos casos, o principal critério para classificar o nível da pobreza está longe de ser o único. A

continuidade da pobreza acontece, também, na exclusão dentro da escola, que tem sido uma marca da violência simbólica que a instituição causa em seus alunos. Alguns educadores perceberam esta questão:

No entanto, **a escola ao não oferecer condições de permanência para todos, estabelece processos de exclusão extremamente perversos.** (Resposta do Diretor de Escola, grifos nossos).

Nosso sistema educacional é muito desigual por causa da **combinação da nossa absurda concentração de renda com o fato que a educação é uma mercadoria à qual cada um tem acesso segundo suas possibilidades econômicas** (Resposta do Professor de Educação Infantil, grifos nossos).

A escola deve estar preparada para discutir e intervir pedagogicamente ante as deficiências causadas pelas limitações impostas pela pobreza, de forma a minimizar os danos à educação de seus estudantes. Os próprios debates dentro das salas de aula, nos pátios, nas reuniões, nos currículos certamente causarão impacto sobre a mentalidade do aluno, fazendo-o entender o contexto em que está inserido e, além disso, tornando-o apto a captar as possibilidades de vencer limitações por meio da educação. Faz-se necessário que ela abra mão de conceitos defasados, ou práticas pedagógicas ineficientes, para superar estes conceitos difundidos dentro dos sistemas de ensino.

Segundo Butler (2007), a importância dos corpos é fundamental, por isso a debilidade física em que muitos alunos chegam à escola, reforça a ideia de que as condições ideais para o aprendizado também existe. Quando ignoradas, pode-se cometer um grande erro, a falha de reduzir a pobreza a uma questão moral, de valores, atitudes e hábitos. De nada adiantaria o ensino do conhecimento científico sem que fisicamente e mentalmente as crianças estivessem aptas para o aprendizado. Afinal, a escola não pode se excluir o querer de seus estudantes, sendo que a educação existe por elas e para elas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender o fenômeno da pobreza e toda sua influência sobre as sociedades não é tarefa fácil, tal dificuldade se dá devido as suas diversas variáveis. Nas últimas décadas, várias políticas públicas de transferência direta de renda têm sido realizadas no Brasil, o que (conforme diversas pesquisas apontam) tem ajudado no combate à privação de renda, entretanto, combater a pobreza significa erradicar algo muito maior, por isso necessitaríamos de políticas públicas com determinação em mudar à visão política e social de um país que possui divisão de classes sociais tão discrepantes.

Elencamos três categorias de análises para refletir sobre o objetivo desta dissertação – analisar as concepções de educadores paulistas (diretores, coordenadores, docentes) sobre educação, pobreza e desigualdade social, acrescido pelo entendimento do Programa Bolsa Família (PBF) e suas percepções com relação ao PBF modificar, ou não, a vida escolar dos beneficiários – são elas: 1) Pobreza, desigualdade social e as práticas de educadores; 2) PBF e a trajetória escolar dos beneficiários; e, Fluxo escolar em situação de pobreza.

Ao recuperarmos a hipótese, comprovamos que as concepções dos educadores participantes pouco se diferenciavam, pois suas respostas eram marcadas por duas ideias principais: ou os beneficiários precisavam ter um esforço “individual” para saírem da situação de pobreza; ou foi perceptível perceber o reconhecimento de que os recursos oriundos do PBF conseguiam alterar significativamente a vida dessas famílias.

A partir dos resultados apresentados pelas falas dos educadores é possível considerar que a situação social e econômica das famílias interfere na vida escolar das crianças e adolescentes, pois a maioria tem uma alimentação inadequada moram em lugares precários e sem cuidados de higiene e isso acaba afetando diretamente na aprendizagem escolar e no rendimento do aluno em sala de aula, pois a ausência de alimentação prejudica a saúde diminuindo a energia e isso provavelmente faz com que as crianças acabam não tendo interesse na aula. Desde modo podemos ponderar a importância da escola para alimentação das crianças, pois acaba sendo muitas vezes o único local pra refeições delas.

Os resultados também nos levam a ponderar que os altos índices de falta que acabam gerando a evasão escolar estão ligados diretamente com a questão de renda,

pois muitas crianças e adolescentes precisam trabalhar para ajudar financeiramente ou mesmo cuidando dos irmãos mais novos.

Deste modo é importante que a escola possa valorizar, estimular e possibilitar mudanças para os destinos dessas crianças, a instituição escolar deve informar e formar sujeitos com capacidade de compreender as diferentes relações e situações, pois ela é um local privilegiado de mediação e conhecimentos.

A pobreza tem força na vida do aluno e isso faz transparecer a sua vontade em parar de estudar, visto que o aluno nessa condicionalidade não apresenta motivo para continuar no âmbito educacional. O fazer com crianças, adolescentes e jovens em situação de pobreza, deve oferecer informações e motivação à reflexão sobre valores de justiça e respeito pelos outros, aproximar vozes e experiências humanas.

Ao aprofundar suas concepções com relação à trajetória escolar de estudantes beneficiários do PBF, aparecem dois grandes grupos possíveis de análise: os que apontam perspectivas externas à escola e os que apontam perspectivas internas. A primeira, diz respeito a uma vinculação entre a perspectiva de Intersetorialidade e o acesso a serviços. Apesar de não refletirem sobre a Intersetorialidade como um processo de responsabilização conjunta de vários setores, percebeu-se que as situações de parcerias e apoio aos problemas mais crônicos poderiam ajudar no combate a pobreza.

A segunda, a categoria na perspectiva interna, acreditava-se que as atividades que promovem mudanças nas condições dos sujeitos estavam na escola e nas suas ações, sendo estas ações importantes para modificações não somente na vida escolar, mas também na vida social. Essas transformações são pontuadas em conjunto com uma emancipação dos estudantes, mas, destaque-se que em nenhum momento foi explicitado o significado desta emancipação descrita pelos educadores.

Ao colocar a fome como problema da humanidade, o autor brasileiro Josué de Castro² alcançou reconhecimento internacional, tendo sido indicado para receber o prêmio Nobel por três vezes: em 1954 (medicina), 1963 e 1970 (paz). Tal reconheci-

² Josué de Castro (1908-1973) foi um pensador e ativista político brasileiro nascido na cidade de Recife. Apesar de não ser geógrafo de formação (sua graduação era em medicina), tornou-se um dos maiores pensadores da Geografia, em virtude, principalmente, das obras *Geografia da Fome* e *Geopolítica da Fome*. Além de sua formação em medicina, também foi livre-docente em Fisiologia (Faculdade de Medicina do Recife), professor catedrático de Geografia Humana (Faculdade de Ciências Sociais do Recife e na Universidade do Brasil) e de Antropologia (Universidade do Distrito Federal). Foi também embaixador do Brasil na ONU, em Genebra, além de ter sido eleito Deputado Federal pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) em 1954 e em 1958. Como resultado da implantação do regime militar, mesmo tendo sido eleito o Deputado com maior número de votos no Nordeste, Josué de Castro teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº1 em 1964. [<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/josue-castro.htm>]

mento internacional não o livrou de ser exilado no período do golpe militar de 1964, do que se compreende que, para as elites brasileiras, a fome, a pobreza e a extrema pobreza são temas incômodos. Mesmo tendo a temática como algo inoportuno, é importante lembrar que nenhuma região brasileira fica de fora do “fantasma” da fome, o que nos leva a refletir sobre quem estamos culpando ou protegendo quando falamos de produção de renda no Brasil, da sua distribuição e da desigualdade social.

É fato que o PBF já completou 15 anos de existência, período em que beneficiou milhões de famílias. O PBF tem garantido os mínimos direitos sociais para as famílias, mas, O Brasil ainda possui uma expressiva parcela da população brasileira, nas faixas menos favoráveis de renda, isto é, na pobreza ou extrema pobreza.

A Constituição de 1988 representou um pacto social e colocou as questões sociais e da cidadania em lugar de destaque, por isso nela se constatou a assunção de que o direito à vida e à vida digna, de “bem-estar”, constitui-se elemento fundante do Estado democrático. Neste período, houve a concretização do compromisso assumido pelo Estado brasileiro de construir políticas públicas com concretude e eficácia. Tais modificações nas políticas mostraram, para além de sua historicidade, que as condições objetivas e subjetivas de sua produção se relacionavam muito diretamente com as transformações experienciadas pela sociedade, pois o período pós-constituição de 1988 se caracterizou como de ampliação da vivência democrática.

Cada momento histórico propicia políticas de acordo com os pactos social, econômica, cultural e ético-política, conforme afirma Stephen Ball (2011). Porém, é importante não nos deixarmos enganar pelo entendimento de que em determinado ciclo as políticas serão sempre progressivas, pois vivenciamos ciclos regressivos.

A aprovação da Emenda Constitucional n. 95, de 16 de dezembro de 2016 (BRASIL, 2016), que promove a diminuição dos recursos para educação, saúde e assistência social, e as políticas de currículo produzidas na Reforma do Ensino Médio e na edição da Base Nacional Curricular Comum (Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017a)) apontam essa direção de provocar as redes públicas a buscarem ajuda na filantropia, no voluntariado e no financiamento privado para a manutenção do serviço público, que é direito subjetivo de cidadania. Há ainda a privatização do currículo por meio da aquisição de “pacotes” curriculares apostilados, de modo que empresas vendam o material didático, serviços de formação continuada dos professores para atuar com a proposta e até mesmo gerenciem escolas.

Além disso, a visão social do educador é permeada por muitos olhares que normalmente seguem o interesse de quem as exhibe. As representações governamentais tentam transferir para a sociedade o pensamento de que todo fracasso da educação é culpa somente dos educadores, principalmente, dos professores, buscando se eximir de toda e qualquer responsabilidade para com o sistema.

Encerra-se esta pesquisa com a certeza de que a magnitude do tema deixa lugar para novas investigações, além da possibilidade de aprofundamento das análises, algo que não foi possível devido à questão do tempo.

Acredita-se na capacidade de trabalho pedagógico dos profissionais da educação, por isso estes precisam compreender a realidade da pobreza no Brasil, não dá mais para ignorá-la. As estruturas educacionais brasileiras (inclusive na formação de educadores feitas pelas universidades) estão distantes de incluir a realidade da situação de pobreza e das necessidades de estudantes pobres em suas ações concretas de mudanças e de integração social, mas, a perspectiva de não desistir nos faz pensar que tais concepções ainda estão em processo, como a prática da democracia, não muda rápido e nem fica estagnada para sempre. Isso significa lutar sempre.

REFERÊNCIAS

ADAMS, José Rodrigo Barth. **Educação em Direitos Humanos: cultura de resistência?** 2009. Disponível em:

<http://www.dhnet.org.br/dados/textos/edh/br/adams_edh_cultura_resistencia.pdf

As condicionalidades da educação em situação de pobreza e desigualdade social no Estado de São Paulo / organizadora: Maria Cecília Luiz. – São Carlos: Editorando, 2019.161 p.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Pobreza, Desigualdades e Educação. **Módulo Introdutório do curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social.** Disponível em:

<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/intro/index.html>

BARDIN, Laurince. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 123-142, Feb. 2000. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000100009&lng=en&nrm=iso>. access

on 17 Dec. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092000000100009>.

BRANDÃO, André; PEREIRA, Rita de Cássia; DALT, Salete da. **Programa Bolsa Família: percepções no cotidiano da escola política e trabalho.** Revista de Ciências Sociais, n. 38, 2013, p. 215-232. Disponível em: Acesso em:

BRASIL. Curso de Especialização Educação, pobreza e desigualdade social. **Projeto Político Pedagógico. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania/Coordenação Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar.** MEC, Brasília, 2014.

BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição Federal.** São Paulo: Lex, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação – PNE** e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011_2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 3 de junho de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). **Acompanhamento da condicionalidade da educação do programa Bolsa Família: avanços, desafios e perspectivas: gestão 2011-2014.** Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome.** Guia de Atuação das Instancias de Controle Social – ICS. Brasília, 2020. Disponível em: http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/fiscalizacao?fbclid=IwAR0OzL_y9_2e1sGnzgd70Nk80O4WYrYW1qETyYF9vszeG_eshTC32uNFyBY Acesso em: 10/01/2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96. Brasília: 1996

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**. Buenos Aires: Paidós, 2007.

BZUNECK, José. Aloyseo. A motivação do aluno: aspectos introdutórios. In: BORUCHOVITCH, E.; BZUNECK, J. A. (orgs.). **A Motivação do Aluno: Contribuições da psicologia contemporânea**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 9-36.

CAMARGO, Brígido Vizeu.; JUSTO, Ana Maria. **Tutorial para uso do software IRAMUTEQ**. Universidade Federal de Santa Catarina [Internet]. 2018 [citado 2019 ago 29].

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. (Org.) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013. 494 p.

CAMPELLO, Tereza. **Uma década derrubando mitos e superando expectativas**. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. (Org.) Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013. 2013. p. 15-24.

CASTRO, Jorge Abrahão de e MODESTO, Lúcia (orgs.). (2010), **Bolsa Família 2003-2010: Avanços e Desafios**. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2010. p. 15-24. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_vol2.pdf. Acesso em: 06/01/2020

CRAVEIRO, Cleia Brandão Alvarenga; XIMENES, Daniel de Aquino. **Dez anos do Programa Bolsa Família: desafios e perspectivas para a universalização da educação básica no Brasil**. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. (Org.) Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013. p. 109-123.

CRAHAY, Marcel. **L'école peut-elle-être juste et efficace?** De l'égalité des chances à l'égalité des acquis. Belgique: De Boeck, 2000.

CERQUEIRA, Daniel. et al. **Atlas da violência 2018**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)/Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em: 11 jul. 2018.

CIRENO, Flávio; SILVA, Joana; PROENÇA, Rafael. **Condicionalidades, desempenho e percurso escolar de beneficiários do Programa Bolsa Família**. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (org.). Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília, DF: Ipea, 2013. p. 297-304.

CODES, Ana Luiza Machado. A Trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa. **Texto para discussão N° 1332**. IPEA. 2008.

CONNELL, Raewyn. Pobreza e educação. In: GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da**

exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação. 11. ed., Petrópolis/RJ: Vozes, 2002, p. 11-42.

CRESPO Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ Elaine. A Pobreza como um Fenômeno Multidimensional. **RAE-eletrônica, Fundação Getúlio Vargas**, v. 1, n. 2, jul-dez/2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03>> Acesso em: set.2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S.l.], v. 23, n. 3, mar. 2011. ISSN 2447-4193. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/19144>>. Acesso em: 10 jun. 2019. doi:<https://doi.org/10.21573/vol23n32007.19144>.

CUSTÓDIO, Ivanir Madoenho; PINHO, Kátia Elisa Prus. **Influências da Alimentação na Aprendizagem**. 2008. 28 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Tecnologia em Radiologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1674-8.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

ESMANHOTTO, Marialda. **O significado da educação para as mães do Programa Bolsa Família na grande Curitiba: uma abordagem da psicologia social comunitária**. (Dissertação, Educação). Curitiba: UFPR, 2009. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24032/DISSERTACAO%20COMPLETA%20MARIALDA%20ESMANHOTTO.pdf?sequenc e=1>>. Acesso em: 11 nov. 2016. (2009).

FERREIRA, Ender Lucas. COMO DEFINIR POBREZA? : A síntese da trajetória de um conceito. **Revista de Economia: Universidade Estadual de Goiás, Anápolis-GO**, v. 12, n. 2, p. 268-284, dez./2016. Disponível em: file:///C:/Users/viviane/Documents/Mestrado/Reuni%C3%A3o%20Cec%C3%ADia%20-%20Leitura%20e%20prazos/5560-Texto%20do%20artigo-19797-2-10-20170419.pdf. Acesso em: 6 jan. 2020.

FONSECA, Jorge Alberto Lago; CONCEIÇÃO, Caroline Machado Corteline. **Desigualdade social e cotidiano escolar: reflexões sobre a educação como direito social e humano**. In: XVI ENDIPE, 2012, Campinas. X Colóquio sobre questões curriculares e VI Colóquio Luso Brasileiro de Currículo – Desafios Contemporâneos no Campo do Currículo, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARCIA, Adir Valdemar; YANNOULAS, Silvia Cristina. Educação, pobreza e desigualdade social. **Revista Em Aberto**, Brasília, v. 30, n. 99, p. 21-41, maio/ago. 2017. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/3262/pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2019.

GUIMARÃES-IOSIF, Ranilce. **Educação, pobreza e desigualdade no Brasil**.

Brasília: Liber-Livro, 2009.

GUERRA, Isabel Carvalho; **Pesquisa qualitativa e análise do conteúdo**: Sentidos e formas de uso. 1. ed. Cascais: Principia, 2006. p. 1-95.

GUROVITZ, Elaine. **Gênero e pauperização das mulheres**. São Paulo: FGV/ EAESP, 2003. 135 p. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio. Brasília, IBGE, 2012.

GUSMAO, Joana Buarque de. A construção da noção de qualidade da educação. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 79, p. 299-322, June 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362013000200007&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Jan. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362013000200007>.

HORTA, José Silverio Baia. Direito à educação e obrigatoriedade escolar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 104, p. 5-34, jul. 1998. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/713>>. Acesso em: 10 de junho de 2019

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA E APLICADA. **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania / organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. – Brasília: Ipea, 2013. 494 p.: gráfs., mapas, tabs.

IOSIF, Ranilce Mascarenhas Guimarães. **A qualidade da educação na escola pública e o comportamento da cidadania global emancipada**: implicações para a situação da pobreza e desigualdade no Brasil. 2007. 310 f. Tese (Doutorado em Política Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

JANNUZZI, Paulo de Martino; PINTO, Alexandro Rodrigues. **Bolsa Família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira**: uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação de impacto do Bolsa Família II. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. (Org.) Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013. 2013. p. 179-192.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. A ação pública abordada pelos seus instrumentos. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 9, n. 18, p. 19-43, 2012.

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Econômica**, v. 4, n. 1, jun./2002, p. 25-59.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. Escola: Espaços e Tempos de Reprodução e Resistências da Pobreza. Módulo III do **curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social**. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-3/index.html>

LIBÂNIO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2007. 408 p. (Coleção Docência em Formação).

LONGO, Flávia Vitor; VIEIRA, Joice Melo. **Educação de mãe para filho: fatores associados à Mobilidade Educacional no Brasil**. Educ. Soc., Campinas, v. 38, n. 141, p. 1051-1071, Dec. 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000401051&lng=en&nrm=iso>. access on 17 Sept. 2019. Epub July 24, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302017162420>.

LUIZ, Maria Cecília; SOUZA, Aline Cristina de. Condições que permeiam e possibilitam as escolhas humanas: pobreza, exclusão social e direitos humanos. In: LUIZ, Maria Cecília (org.) **As condicionalidades da educação em situação de pobreza e desigualdade social no Estado de São Paulo**. São Carlos/SP: Editorando, 2019.161 p.

MATOS, Larissa Araújo et al. Resiliência Familiar: o olhar de professores sobre famílias pobres. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 22, n. 3, p. 493-501, dez. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572018000300493&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 07 jan. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392018038602>.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Pobreza, Direitos Humanos, Justiça E Educação. **Módulo II do curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social**. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-2/index.html>

NARAYAN, Deepa. *Voices of the poor: Can anyone hear us?* Washington: The World Bank/Oxford University Press, 2000. Disponível em: <<http://www.rrojasdatabank.info/voices/vol1.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2016.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; SARAIVA, Ana Maria Alves. A relação entre educação e pobreza: a ascensão dos territórios educativos vulneráveis. **ETD – Educ. Tem. Digit.**, Campinas, SP, v.17, n.3, p.614-632, 2015.

PATTO, Maria Helena Souza. **A Produção do Fracasso Escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

PINZANI, Alessadro; REGO, Walquiria Leão. **Pobreza E Cidadania**. Módulo I do curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-1/index.html>

PIRES, André. Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família?. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 513-531, Sept. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362013000300007&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Jan. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362013000300007>.

RISCAL, Sandra. Um breve ensaio sobre o conceito de pobreza. In: LUIZ, Maria Cecília (org.) **As condicionalidades da educação em situação de pobreza e desigualdade social no Estado de São Paulo**. São Carlos/SP: Editorando, 2019.161 p.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

SILVA, Anderson Paulino da; BRANDÃO, André, DALT, Salete da. "Educação e pobreza: o impacto das condicionalidades do Programa Bolsa Família." *Revista Contemporânea de Educação* [Online], v. 4 n. 8, p. 301-318 6 dezembro 2009. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1587/1435>>. Acesso em: 20 Jan. 2020

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro , v. 12, n. 6, p. 1429-1439, Dec. 2007 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000600006&lng=en&nrm=iso>. access on 14 Jan. 2020.

SILVEIRA NETO, Raul da Mota. **Impacto do Programa Bolsa Família sobre a frequência à escola**: estimativas a partir de informações da pesquisa nacional por amostra de domicílio (PNAD) In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. (Org.). *Bolsa Família 2003 – 2010: avanços e desafios*, v. 2 Brasília: IPEA, 2010. p. 215 – 234. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_vol2.pdf . Acesso em: 06/01/2020.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. **O Programa Bolsa Família: Desenho institucional, impactos e Possibilidades Futuras**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1424.pdf. Acesso em: 01 abr 2020.

TESTA, Maurício Gregianin *et al.* Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 6, p. 1519-1541, dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Poverty reduction begins with children**. New York: UNICEF, 2000. Disponível em: <https://www.unicef.org/publications/files/pub_poverty_reduction_en.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

YANNOULAS, Silvia Cristina; ASSIS, Samuel Gabriel; FERREIRA, Kaline Monteiro. Educação e pobreza: limiares de um campo em (re)definição. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro , v. 17, n. 50, p. 329-351, Aug. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782012000200005&lng=en&nrm=iso>. access on 26 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782012000200005>.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. Os Programas Sociais Sob a Ótica dos Direitos humanos: o caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil. *Sur, Ver. Int. direitos human.*, São Paulo, v. 3, n. 4, p.144-159, jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-

64452006000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 mar. 2016

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família**: Avanços, limites e possibilidades do Programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo. Editora Perseu Abramo: 2006.

APÊNDICE 1**ROTEIRO DE ENTREVISTA:****1. Dados da escola**

Nome da escola: _____

Qual o(s) nível(is) de ensino da escola que você atua?

- Educação Infantil,
- Ensino Fundamental – anos iniciais
- Ensino Fundamental – anos finais
- Ensino Médio

Qual é a renda média dos alunos da escola que você atua?

- menos de um salário mínimo;
- Até um salário mínimo;
- mais de um salário mínimo até dois salários mínimos;
- mais de dois salários mínimos até quatro salários mínimos;
- mais de quatro salários mínimos até cinco salários mínimos;
- mais de cinco salários mínimos
- Outros. Especifique: _____

Qual a **localização** da unidade escolar onde você atua?

- área central
- bairro
- bairro periférico
- área rural
- Outros. Especifique: _____

Obs: esta questão está voltada para o local geográfico da escola

A escola que você atua, efetua matrículas somente aos alunos que residem no bairro e nas proximidades, ou atende também alunos de outras localizações?

- sim
- não
- Outros. Especifique: _____

A qual Secretaria de Educação a escola pertence?

- Estadual,
- Municipal,
- Outras: Quais? _____

2. Dados do entrevistado:

Nome: _____

Idade: _____

Sexo: _____

• Formação Acadêmica:

Assinale qual é a sua escolaridade:

- () Ensino médio incompleto
 () Ensino médio completo
 () Nível superior (Especifique):

Graduação:

Em que instituição se formou?

Pós-graduação *Lato Sensu* (cursos de especialização):

Em que instituição se formou?

Pós-graduação *Stricto Sensu* (mestrado, doutorado, pós doc):

Em que instituição se formou?

Aponte cursos de aperfeiçoamento que considere relevantes. Especifique o nome, ano e a instituição que promoveu:

• Atuação Profissional:

Qual o município do estado de São Paulo você atua? _____

Qual o município do estado de São Paulo você reside? _____

Qual é seu cargo ou função hoje no município?

- () coordenador do Programa Bolsa Família
 () diretor de escola
 () coordenador pedagógica
 () professor de Educação Infantil
 () professor de Ensino Fundamental – anos iniciais
 () professor de Ensino Fundamental – anos finais
 () professor do Ensino Médio
 () Outros. Especifique: _____

Qual é seu provimento de cargo ou função?

- () efetivo - concursado
 () Admitido por contrato temporário
 () designado – cargo de confiança
 () Outros. Especifique: _____

Quantos anos você trabalha na área de educação? _____

3. Questões sobre Pobreza, Desigualdade Social e PBF

- a) O que você compreende sobre a pobreza e desigualdade social? Como esta situação social e econômica se relaciona com a escola?
- b) Você considera que o governo e as legislações (políticas públicas educacionais) têm uma responsabilidade com relação a estas questões? Quais?
- c) Como a pobreza e a desigualdade social refletem em suas práticas escolares? Descreva-as.
- d) Viver em situação de pobreza no nosso país significa ter seus direitos de cidadania negados, e a impossibilidade de ter uma participação ativa e livre em

sociedade. O que a escola pode fazer para modificar essa situação que impede a democracia?

- e) Você considera que o Programa Bolsa Família reforça a pobreza e desigualdade social, sendo apenas um programa de assistência social, ou acredita que o Programa possa intervir na vida escolar dos beneficiários?
- f) O acesso e a permanência das crianças e adolescentes na escola são suficientes para que sua formação as ajude a sair do círculo vicioso da pobreza e da ausência de cidadania? Por quê?

APÊNDICE 2

Quadro 1: Porcentagem dos 230 educadores que não fizeram o Curso do EPDS e seus municípios

	Cidade da escola dos educadores	%
01	Araras	15
02	São Paulo	9,7
03	Suzano	6,2
04	Aguai	4,9
05	Assis	3,2
06	Indaiatuba	1,9
07	Tatuí	1,9
08	São José dos Campos	1,9
09	Diadema	1,8
10	Pirassununga	1,8
11	Taubaté	1,8
12	Cabreúva	1,3
13	Iperó	1,3
14	Ribeirão Preto	1,3
15	Rio Claro	1,3
16	Américo Brasiliense	0,9
17	Bálsamo	0,9
18	Casa Branca	0,9
19	Guarulhos	0,9
20	Itapevi	0,9
21	Itaquaquetuba	0,9
22	Mogi das Cruzes	0,9
23	Não respondeu	0,9
24	Ourinhos	0,9
25	São Caetano do Sul	0,9
26	São Carlos	0,9
27	São José do Rio Preto	0,9
28	São Vicente	0,9
29	Álvares Florence	0,5
30	Andradina	0,5
31	Aramina	0,5
32	Araraquara	0,5
33	Barra Bonita	0,5
34	Batatais	0,5
35	Birigui	0,5
36	Botucatu	0,5
37	Cachoeira Paulista	0,5
38	Campinas	0,5
39	Canas	0,5
40	Capela do Alto	0,5
41	Caraguatatuba	0,5
42	Charqueada	0,5
43	Corumbataí	0,5
44	Engenheiro Coelho	0,5
45	Fernandópolis	0,5
46	Garça	0,5
47	Gavião Peixoto	0,5
48	Guaratinguetá	0,5
49	Guatapar	0,5
50	Ipaussu	0,5
51	Itaoca	0,5

52	Itapetininga	0,5
53	Itapeva	0,5
54	Jacareí	0,5
55	Jaú	0,5
56	Leme	0,5
57	Lençóis Paulista	0,5
58	Magda	0,5
59	Marília	0,5
60	Miguelópolis	0,5
61	Mirassolândia	0,5
62	Nuporanga	0,5
63	Onda Verde	0,5
64	Osasco	0,5
65	Ouroeste	0,5
66	PARAPUÃ	0,5
67	Pariquera-Açu	0,5
68	Piracicaba	0,5
69	Pirapozinho	0,5
70	Poá	0,5
71	Pontal	0,5
72	Porto Ferreira	0,5
73	Pradópolis	0,5
74	Praia Grande	0,5
75	Presidente Prudente	0,5
76	Rincão	0,5
77	Rio das Pedras	0,5
78	Sabino	0,5
79	Santa Bárbara do Oeste	0,5
80	Santa Cruz das Palmeiras	0,5
81	Santa Rita do O'este	0,5
82	Santo André	0,5
83	São Bernardo	0,5
84	São João da Boa Vista	0,5
85	São José do Rio Pardo	0,5
86	São Pedro do Turvo	0,5
87	São Roque	0,5
88	Serra Negra	0,5
89	Suzano e São Paulo	0,5
90	Taboão da Serra	0,5
91	Tanabi	0,5
92	Tarabai	0,5
93	Tupi Paulista	0,5
94	Viradouro	0,5

APÊNDICE 3

Quadro 2: Função que exercia dos 230 educadores que não fizeram o Curso do EPDS

FUNÇÃO	%
Coordenador Pedagógico	21
Diretor	19,3
Vice-Diretor	3,5
Professores do Ensino Fundamental Anos Finais	9,3
Professores do Ensino Fundamental Anos Iniciais	17,8
Professores da Educação Infantil	12,3
Professor do Ensino Médio	5,3
Professores que lecionam na Educação Infantil e no Ensino Fundamental Anos Iniciais	2,4
Professores que lecionam no Ensino Fundamental Anos Finais e no Ensino Médio	1,7
Professores que lecionam no Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais	1,4
Educadores que trabalham em outras áreas como: supervisão ou secretária da escola.	6
Total	100

APÊNDICE 4

Quadro 3: Formação acadêmica dos 230 educadores que não fizeram o Curso do EPDS

FORMAÇÃO	%
Graduação	31
Especialização	64,3
Pós-graduação	3,4
Ensino Médio	1,3
Total	100

APÊNDICE 5

Quadro 4: Dados das escolas dos 230 educadores que não fizeram o Curso do EPDS

DADOS DAS ESCOLAS DOS EDUCADORES							
Secretaria	%	Região	%	Renda socioeconômica do público atendido	%		
Municipal	84,40	Área Central	19	De um salário mínimo até dois salários mínimos	64,		
				De dois salários mínimos até quatro salários mínimos	21,6		
				Até um salário	8		
				Várias rendas	2,8		
				Não respondeu a pergunta	2,8		
				Total	100		
		Área Rural	4,2	Até um salário mínimo	62,5		
				De um salário mínimo até dois salários mínimos	25		
				De dois salários mínimos até quatro salários mínimos	12,5		
				Total	100		
		Bairro	37,6	De um salário mínimo até dois salários mínimos	45,2		
				De dois salários mínimos até cinco salários mínimos	38,3		
				Até um salário mínimo	13,7		
				Menos de um salário mínimo	1,4		
				Não tinham essa informação	1,4		
				Total	100		
		Bairro Periférico	39,2	De um salário mínimo até dois salários mínimos	60,6		
				Até um salário mínimo	23,7		
				De um salário mínimo até quatro salários mínimos	6,6		
				Menos de um salário mínimo	5,2		
				Várias rendas	1,3		
				Escola não tem essa informação	1,3		
				Não respondeu a pergunta	1,3		
				Total	100		
Total	100						
Estadual	14,20	Área Central	18,2	De um salário mínimo até dois salários mínimos	66,6		
				De dois salários mínimos até quatro salários mínimos	16,7		
				Até um salário	16,7		
				Total	100		
		Bairro	45,4	De um salário mínimo até dois salários mínimos	60		
				De dois salários mínimos até quatro salários mínimos	20		
				Até um salário mínimo	13,3		
				Menos de um salário mínimo	6,7		
				Total	100		
		Bairro Periférico	36,4	De um até dois salários mínimos	50		
				Até um salário mínimo	25		
				De dois salários mínimos até quatro salários mínimos	8,4		
				Menos de um salário mínimo até dois salários mínimos	8,3		
				Várias rendas	8,3		
				Total	100		
		Total	100				
		Não responderam	1,2%				